



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THALYTA MABEL NOBRE BARBOSA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS PÓS
AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Natal-RN
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

THALYTA MABEL NOBRE BARBOSA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS PÓS
AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rita de Lourdes de Lima

Natal-RN
2007

THALYTA MABEL NOBRE BARBOSA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS PÓS AS
CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Dissertação aprovada em: ____/____/2007.

BANCA EXAMINADORA:

Rita de Lourdes de Lima

Profª Drª Rita de Lourdes de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Orientadora)

Sâmya Rodrigues Ramos

Profª Drª Sâmya Rodrigues Ramos
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
(Membro titular externo)

Odília Sousa de Araújo

Profª Pós-Drª Odília Sousa de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Membro titular interno)

Profª Drª Eliana Costa Guerra
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Membro suplente)

Às mulheres da minha família, em especial as minhas avós, Joana Figueirêdo de Castro (Voinha) e Maria de Lourdes Nobre (Vó Lourdes), sinônimos de fé e coragem em vida, as quais me serviram de inspiração para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

É difícil enumerar as pessoas que compartilharam e que me auxiliaram, mesmo que indiretamente, na elaboração deste trabalho. Esta foi uma etapa em minha vida que conjugou reflexões intelectuais e pesquisas. Por isso, a compreensão das ausências, das tensões e das discussões acadêmicas foi essencial para chegar ao resultado que ora apresento. Sendo este o primeiro produto de um projeto de vida pessoal, como tal, esteve sempre repleto da participações especiais, às quais não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos com muita atenção e carinho.

A Deus, nosso Pai Celestial, por me conduzir pelo seu caminho com misericórdia e luz, por acolher as minhas aflições e por suavizar-me o peso das incertezas.

Aos meus pais, Francisco Lázaro e Maria das Graças, a minha irmã, Tatyana Mabel, e ao meu cunhado, Marcos Aurélio, pelos estímulos, apoios diários e pelo acompanhamento atento e afetuoso ao meu crescimento profissional.

Aos tios, primos e demais familiares pelo carinho e apoio em todos os momentos.

Aos amigos, pela compreensão das ausências necessárias, pela afabilidade, doçura e pelas torcidas para o êxito deste trabalho: Mirian, Ariana, Etiene, Sandla, Érika, Mel, Ruth, Paulinho, Henrique, Janaina, Sandra, Verônica, Gustavinho, Eugenio e Adriano.

À professora Doutora, Rita de Lourdes, pela extrema paciência, atenção, incentivos e leituras preciosas ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho. Minha eterna gratidão e admiração!

Às professoras examinadoras Sâmya Ramos, sinônimo de ética e simplicidade, e Odília Araújo, sinônimo de conhecimento e sensibilidade, por terem participado da minha Banca de Qualificação e pela leitura e apontamentos para a finalização desta Dissertação.

Aos professores do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pelos ensinamentos e dedicação. Em especial, a Denise Câmara por me fazer compreender e perceber as vozes do silêncio na pesquisa e a Severina Garcia pelas sugestões e contribuições para o projeto de dissertação.

Agradeço por fazerem parte desse processo de magia e descobertas, dando-me incentivos para o enfrentamento das dúvidas e dos desafios.

À Coordenação da Pós-graduação em Serviço Social, pelo apoio, organização e zelo com a formação.

Não poderia deixar de agradecer a Lúcia, Secretária da Pós-Graduação, pela amizade, meiguice, carinho e incentivo. São tantos os adjetivos que não caberiam nesta página.

A todas as colegas da turma 2005.1 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em especial a Iana, Joseneide, Janaína, Renata e Suzana pelo presente da companhia em sala de aula, pelo partilhar das descobertas, das trocas, das dúvidas, dos medos e pelas palavras amigas. Mais especialmente ainda, a Suzana, amiga fundamental e com certeza para toda a vida, pelo carinho e incentivo durante toda a trajetória de elaboração deste trabalho e principalmente nos momentos finais.

A Verônica, pelo zelo e atenção na revisão da ABNT; a Sandra e Tatyana, pelo cuidado e precisão na revisão textual; e a Gustavinho, pela elaboração dos gráficos e do abstract.

As minhas deusas, as Assistentes Sociais do INSS, que colocaram as suas práticas profissionais a disposição do meu espírito investigativo e cujas vozes me apontaram os caminhos para este trabalho.

Aos usuários do INSS, pelo sonho de uma Previdência Social justa.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

[...] acho que o contato com o sobrenatural é feito em silêncio e [numa profunda] meditação solitária. A inspiração, para qualquer forma de arte, tem um toque mágico porque a criação é absolutamente inexplicável.

Clarice Lispector

RESUMO

O presente estudo trata do trabalho profissional do (a) Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social no Estado do Rio Grande do Norte. Focalizaremos as condições de trabalho e suas demandas em face dos limites estabelecidos com a desestruturação do seu espaço institucional oriundos das Contra-Reformas do Estado e da Previdência Social. Na década de 1990, houve a adesão do Brasil à política neoliberal, o que configurou uma nova organização do trabalho e uma nova atuação do Estado. Dentro desse contexto, foi realizada a Contra-Reforma com ênfase nas privatizações, Reforma da Previdência e do aparelho do Estado, dentre outras ações. Particularmente, na Previdência a reforma trouxe profundas consequências para os Assistentes Sociais do INSS, dentre elas: redução no quadro de profissionais e no espaço institucional. Assim, situamos o Assistente Social da Previdência diante das modificações contemporâneas no mundo do trabalho, como também diante das consequências advindas das Contra-Reformas implementadas e executadas pelos governos neoliberais no país como forma de se enquadrar e adentrar ao mundo “globalizado” e à nova ordem do capital. A partir da pesquisa qualitativa, fundamentada na perspectiva teórico-metodológica crítica e dialética que busca estudar os fenômenos a partir das suas relações, mediações e contradições, foi possível analisarmos os limites e as possibilidades do trabalho profissional do Assistente Social no INSS pós as Contra-Reformas da Previdência Social. Os resultados dessa investigação indicam que há uma maior precarização do trabalho, no que se refere a situação funcional do Assistente Social, e as suas condições de trabalho na instituição.

Palavras Chaves: Trabalho do Assistente Social. Contra-Reformas da Previdência Social. Condições de Trabalho.

ABSTRACT

The present research study the work professional of the Social worker in the National Institute of Social Security of Rio Grande do Norte's State, especially about the working terms, the demands and working process of Social worker in consequence of the limits established with disorganization of his institutional space derived of the Counter-Reforms of the State and of Social Security. In decade of 1990 there was in Brazil adhesion to the neoliberal politics what configured a new organization of work and a new performance of the State. Inside this context, it was accomplished the Counter-Reforms with emphasis in the privatizations, reform of the Social Security and of the device of the Brazilian State, among other actions. Particularly, in Social Service reforms brought profound consequences for the Social workers of INSS, among it: reduction of professionals and in his institutional space. This study situates the Social Worker of Social Security in front of the contemporary modifications in the world of work as well as in front of the consequences come upon of the Counter-Reforms implemented and executed by the neoliberal governments in the country of way the of frame and to enter to the "globalized world" and the new order of the capital. From the qualitative research based in the critical and dialectic theoretician-methodological perspective that study the phenomena from your relations, mediations and contradictions, was possible unveil the limits and the possibilities of the professional work of the Social worker in INSS placed the Counter-Reforms of Social Security. Synthetically, the results of this investigation indicate that, there is an worsening in the inconsistency of the work with relation to social worker's functional situation and his working terms in the institution.

Key-words: Work of the Social worker. Counter-Reforms of the Social Security. Working terms.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação profissional/Assistentes Sociais em exercício profissional

Gráfico 2 – Formação atual/Assistentes Sociais Aposentadas

Gráfico 3 – Participação em grupos de estudo

Gráfico 4 – Participação em eventos da categoria

Gráfico 5 – Acesso a bibliografia atualizada acerca do Serviço Social

Gráfico 6 – Participação Política

Gráfico 7 – Conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão

Gráfico 8 – Recursos materiais disponíveis

Gráfico 9 – Sala de atendimento

Gráfico 10 – Dificuldades encontradas no exercício profissional

Gráfico 11 – Autonomia no desempenho das atividades

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de Assistentes Sociais por APS em Natal-RN

Quadro 2 – Distribuição de Assistentes Sociais por APS no Rio Grande do Norte

Quadro 3 – Universo de Assistentes Sociais no INSS no Rio Grande do Norte e amostra escolhida

Quadro 4 – Deusas Greco-romanas e seus significados

Quadro 5 – Ano e local de conclusão da graduação e faixa etária das Assistentes Sociais em exercício profissional

Quadro 6 – Ano e local de conclusão da graduação e faixa etária das Assistentes Sociais Aposentadas

Quadro 7 – Tempo de trabalho no INSS e Instituição de origem

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CAP – Caixa de Aposentadoria e Pensões
CEME – Central de Medicamentos
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DORT – Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem estar do menor
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional da Previdência Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC – Ministério da Educação
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS - Ministério da Previdência Social
MST – Movimento dos Sem-Terra
ONG – Organização Não-Governamental
OP – Orientador Profissional
PIB – Produto Interno Bruto
PRP – Programa de Reabilitação Profissional

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

URRP – Unidade de Referência de Reabilitação Profissional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: AS CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NOS MARCOS DA PROTEÇÃO SOCIAL	23
2.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A REALIDADE BRASILEIRA	23
2.2. A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: universalidade, equidade, diversidade e democracia?	31
2.3. RECONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: cobertura e proteção?	35
2.3.1. Do nascimento da Proteção Social no “Velho Mundo” a criação da Lei Eloy Chaves no Brasil:	36
2.3.2. A trajetória da construção da Previdência Social e a sua desconstrução no âmbito da Contra-Reforma do Estado.....	38
2.3.3. A Contra-Reforma do Estado e seus rebatimentos na Previdência Social brasileira – da proteção ampla a lógica do mercado.....	45
3 O ASSISTENTE SOCIAL NO INSS E AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	58
3.1. SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS: o serviço social e a reabilitação profissional	62
3.1.1. O Serviço Social e o esclarecimentos dos direitos sociais dos usuários	62
3.1.2 A Reabilitação Profissional: (re)educação e (re)adaptação profissional e social dos usuários?	69
3.2. IMPACTOS DAS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS: uma luta incansável pela permanência e pelo espaço de atuação	81
4 O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSS NO RIO GRANDE DO NORTE PÓS AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	84
4.1 O PERCURSO METODOLÓGICO: o espírito investigativo e o fascínio das primeiras descobertas	84
4.2 PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS.....	91
4.3 OS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: condições de trabalho, demandas e desafios	105
4.3.1 Trabalho do Assistente Social no INSS.....	106

4.3.2 As Contra-Reformas da Previdência Social na perspectiva das Assistentes Sociais entrevistadas.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES	140
APÊNDICE A.....	140
APÊNDICE B.....	144
ANEXOS	146
ANEXO A	147
ANEXO B	149
ANEXO C	153
ANEXO D	157
ANEXO E	168
ANEXO F.....	170
ANEXO G.....	173
ANEXO H	175

1 INTRODUÇÃO

As questões da Previdência Social Brasileira sempre fizeram parte dos nossos interesses de pesquisa. Começamos com os trabalhos realizados, no Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (de agosto de 2001 a abril de 2004), primeiramente, como pesquisadora voluntária e, depois, como bolsista¹. Posteriormente, realizamos a experiência do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na Unidade de Referência de Reabilitação Profissional no Programa de Reabilitação Profissional (de outubro de 2002 a julho de 2003) onde vivenciamos a prática profissional do Assistente Social.

Ao desenvolvermos os estudos de Iniciação Científica acerca das mudanças no Regime Geral de Previdência Social e no Regime do Servidor Público e suas conseqüências no tocante aos direitos de Seguridade Social dos beneficiários, vivenciamos a nossa primeira experiência de pesquisa empírica. Isso nos permitiu compreender a necessidade da ética e honestidade em todo o processo de pesquisa, a necessidade da coleta e análise dos dados em coerência com as suas fontes e a importância da contribuição científica séria e ética para o progresso da Ciência. Tais pressupostos são valores que devem acompanhar o pesquisador em todas as circunstâncias da sua vivência acadêmica. Essas noções, posteriormente aprofundadas na Pós-Graduação, foram muito importantes nas escolhas realizadas e nos critérios adotados durante o percurso metodológico desta Dissertação. Neste sentido, pautamo-nos nesses parâmetros durante a observação, na escolha dos procedimentos teórico-metodológicos e nos momentos de coleta e análise dos dados.

Aos poucos, foi possível aprofundar nossos conhecimentos teóricos e, principalmente, conciliar ambição e humildades científicas. Ao aprender a reconhecer os limites dos nossos trabalhos e criar novas expectativas de pesquisa, pudemos vivenciar, na mesma medida, o fascínio das primeiras descobertas e a

¹ Trabalhamos na pesquisa "A Reforma da Previdência Social Brasileira – um processo inconcluso de modificação dos direitos de Seguridade Social" sob a orientação da professora Dr^a Odília Souza de Araújo, no DESSO/UFRN.

desolação dos equívocos. Só nos foi possível dar continuidade aos trabalhos, com o amadurecimento que a Pós-Graduação exige, porque durante os quatro anos da Iniciação Científica a postura que a orientadora esperava não era a de mera investigadora, mas de pesquisadora em permanente formação. Consideramos a Pós-Graduação o momento ideal para darmos seqüência ao trabalho iniciado e para prosseguirmos na nossa qualificação como pesquisadora, sempre voltada para questões relativas a Previdência Social Brasileira.

Assim, ao longo desses seis anos de pesquisa, a cada relatório elaborado, a cada coleta de dados realizada, a cada leitura de textos, a cada rascunho deste trabalho acompanhamos o avanço dos resultados das nossas pesquisas e, nesse sentido, compreendemos a complexidade da Previdência Social Brasileira.

No seio da formação em Serviço Social, tanto na Iniciação Científica como no Estágio Curricular começamos a nos indagar sobre o atual papel do Assistente Social naquela instituição. Seguindo esses caminhos abertos, optamos por aprofundar, em nível de mestrado, a pesquisa sobre o Assistente Social no INSS, por ser uma das instituições qualificadas como um dos mais tradicionais empregadores destes profissionais.

Dessa forma, situa-se a questão norteadora deste trabalho: Qual o atual espaço profissional do Assistente Social, no INSS no Estado do Rio Grande do Norte, pós Contra-Reformas da Previdência Social? É deste conjunto de inquietações que emerge o objeto da presente Dissertação: o trabalho profissional do Assistente Social no INSS no RN pós as Contra²-Reformas da Previdência Social.

A escolha do tema incide sobre um problema de grande relevância para a profissão, pois a Previdência Social foi a primeira instituição que abriu espaço na estrutura organizacional para o Serviço Social. Foi o maior empregador de Assistentes Sociais nos dois programas existentes: Serviço Social e Reabilitação Profissional, e desde o final da década de 1970, vem se desmontando esses serviços previdenciários.

Para tentar responder à questão norteadora deste trabalho, delimitamos o seguinte objetivo geral:

² Baseando-se em Behring (2003) que utiliza o termo Contra-Reforma para denotar o caráter regressivo das Reformas implementados no Estado brasileiro. O nosso trabalho, em alguns momentos, utilizará o termo Reforma, pois esta é a denominação dada no discurso oficial e em muitos trabalhos publicados. Noutros momentos, utilizaremos o termo Contra-Reforma, quando estivermos analisando seu caráter regressivo.

▪ Analisar o trabalho profissional do Assistente Social no Rio Grande do Norte pós as Contra-Reformas da Previdência Social em relação às condições de trabalho, demandas e desafios.

A fim de atingir este objetivo, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Traçar o perfil sócio-econômico e cultural dos Assistentes Sociais no INSS.
- Identificar as demandas profissionais para os Assistentes Sociais no INSS.
- Caracterizar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais no INSS.
- Analisar o processo de trabalho do Assistente Social no INSS em face dos limites estabelecidos com a desestruturação do seu espaço institucional.
- Contribuir para a discussão acerca dos desafios postos aos Assistentes Sociais na atual conjuntura.

Para atender aos objetivos citados anteriormente, o trabalho apoiou-se na perspectiva teórico-metodológica crítica e dialética, que busca estudar os fenômenos a partir das suas relações, mediações e contradições. Então, realizamos uma aproximação sempre parcial com a realidade social por meio do objeto de estudo, que foi mediado através das categorias que unem o teórico ao empírico.

O método crítico-dialético foi a nossa opção como método de investigação e de exposição nesse trabalho. Entendemos que esse método foi escolhido não apenas em virtude de uma postura ideológica, mas também por acreditarmos que suas categorias (historicidade, totalidade e contradição) são as mais adequadas para o conhecimento da realidade em estudo, uma vez que se tratam de categorias ontológicas.

Esse método nega a neutralidade do pesquisador. O objeto a ser pesquisado está inserido numa realidade concreta, mas para ser revelado, exige a abstração desse objeto através do sujeito. Essa relação é estabelecida de forma dialética numa aproximação sucessiva com a realidade.

Para se obter o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais, as categorias analíticas retém, historicamente, as relações sociais fundamentais e servem como guias teóricos e balizas para o conhecimento deste objeto (MINAYO, 2007).

Segundo Minayo (2007, p.178) as

categorias são conceitos classificatórios. Constituem-se como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é pensada de forma hierarquizada. Todo ser humano classifica a sociedade e os fenômenos que vivencia.

Assim, para apreendermos as particularidades do movimento e a configuração da realidade, temos como eixos temáticos e como categorias teóricas de análise: a Previdência Social Brasileira, a Contra-Reforma da Previdência Social e Contra-Reforma do Estado, o Serviço Social e o Trabalho Profissional.

Devemos lembrar que o conhecimento da realidade é realizado dentro de uma visão de totalidade, sendo a pesquisa entendida como movimento constante de articulação teoria-realidade e processo de aproximação sucessiva.

Neste sentido, a análise, baseada numa perspectiva crítica e de totalidade, será baseada nos autores abaixo referidos, conforme cada eixo temático ou categoria de análise.

O estudo da Previdência Social Brasileira, Contra-Reforma da Previdência e Contra-Reforma do Estado será aprofundado sobretudo em Ana Elizabeth Mota (2000), Ana Maria Baima Cartaxo (1995; 2001; 2003), Elaine Rossetti Behring (2002; 2004; 2003; 2006), Odília Sousa de Araújo (2004), Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna (1999), Laura Tavares Soares (2002) e Vicente de Paula Faleiros (1994;1995;2000). Com relação ao Serviço Social, ao Serviço Social na Previdência Social e ao Trabalho profissional partimos de Marilda Vilela Iamamoto (1998; 2001a, 2001b; 2002) e Ana Maria Baima Cartaxo (1992; 1995; 2001; 2003), Maria do Socorro Cabral (1979; 1992;2000; 2001; 2004), Karl Marx (1977; 1985; 1996) e Ricardo Antunes (1996; 1997; 1999; 2004; 2005).

Este trabalho adota a abordagem qualitativa para o desenvolvimento e análise dos dados, no qual os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica, havendo uma interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Roese (1998) analisa os limites e possibilidades das abordagens qualitativas e quantitativas:

A utilização de técnicas qualitativas enriquece com detalhes nosso conhecimento de realidades, o que a padronização indispensável às técnicas quantitativas não permite. Por outro lado, a obtenção

extensiva de dados quantitativos igualmente contribui para ampliar a abrangência das pesquisas qualitativas

Para Richardson (2007, p. 79)

a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Nesse sentido, eleger a abordagem qualitativa como perspectiva de análise significa realizar o confronto entre os dados coletados e o conhecimento teórico acumulado a seu respeito.

Segundo Minayo (2007, p. 42) as abordagens qualitativas:

(a) devem ser contextualizadas, permitindo distinguir as visões dominantes das outras formas de pensar a realidade (pois as classes e segmentos se encontram entre si, no seio de uma sociedade em relação e em aculturação recíproca); (b) devem levar em conta a origem e a historicidade dos fatos sociais e dos grupos que estão sendo estudados; (c) devem incluir os espaços formais da economia e da política como matrizes essenciais da cultura da família, da vizinhança, dos grupos etários, dos grupos de lazer, dos grupos religiosos, mas também percebê-los como sendo permeados por esse mundo da vida; (d) devem considerar espaços ao mesmo tempo de consensos e de conflitos, contradições, subordinação e resistência, tanto as unidades de trabalho como o bairro, o sindicato como a casa, a consciência como o sexo, a política como religião.

Assim, Entendemos que o Assistente Social é um profissional da “linha de frente” no atendimento aos usuários e aos seus dependentes, esclarecendo-os de maneira qualificada sobre os seus direitos com relação ao sistema previdenciário. Neste sentido, o Assistente Social se constitui num dos principais canais de interlocução com a sociedade civil na área do Seguro Social. Mediante a realização de reuniões, encontros e seminários voltados para a socialização das informações na ótica do direito e da cidadania, esse profissional, atual, sobretudo, junto aos segmentos populacionais, que possuem acentuada dificuldade de acesso às informações, devido a localidade que residem (zona rural, municípios com poucos recursos de comunicação e/ou onde não existem Agências da Previdência Social), e o perfil que possuem (analfabetos, idosos, portadores de deficiência, dentre outros).

A Contra-Reforma do Estado e da Previdência, na década de 1990, trouxe inúmeros rebatimentos para o Serviço Social da Previdência, entre eles redução no

quadro de pessoal sem nenhuma recomposição, apesar da crescente demanda institucional. Constatamos que o Assistente Social foi também afetado como trabalhador, pela desregulamentação de suas funções ao nível institucional, como também pela defasagem salarial e flexibilização ou redução de seus direitos sociais, com as reformas administrativas e previdenciárias.

É nesse contexto que a Previdência Social, como política pública distributiva de renda, exerce um papel relevante na produção e reprodução da força de trabalho e na amenização das desigualdades sociais. Historicamente, esta instituição procurou atender às exigências estruturais e conjunturais, cumprindo seu papel de proteção social para aqueles que se inserem formalmente no mundo do trabalho, sobretudo, os empresários, os trabalhadores e os seus dependentes. Por vezes, contudo, estes dois últimos não possuem clareza sobre os seus direitos de cidadãos.

A inserção do Assistente Social no campo previdenciário deu-se em 1944, inicialmente, para trabalhar as questões sócio-educativas na área do Seguro Social. Isso ocorreu em virtude do crescimento das instituições provedoras de benefícios, a exemplo das Caixas de Aposentadoria e Pensões e Institutos de Aposentadoria e Pensões, o que conferiu ao Assistente Social legitimidade profissional. Nos primórdios da profissão, a função do Assistente Social era trabalhar sob inspiração da filosofia humanista abstrata baseada no neotomismo e, posteriormente, centrou sua intervenção no conjunto de atividades mediadoras do exercício dos direitos dos usuários do referido sistema.

Neste trabalho, ao discutirmos nosso objeto, iremos apresentar as atuais condições de trabalho dos Assistentes Sociais, as quais precisam ser modificadas, urgentemente, para um melhor atendimento aos usuários. Nele, apresentaremos também, para a sociedade e para a categoria profissional, a importância da permanência e da abertura de novos postos de trabalho na instituição por meio de concursos públicos para os Assistentes Sociais.

Então, mais do que denunciar as atuais condições de trabalho dos (as) Assistentes Sociais, a presente Dissertação busca compreender as determinações que contribuem para a emergência dessas condições.

Os resultados deste estudo visam a contribuir para o avanço das pesquisas sobre o Serviço Social para que outros profissionais se interessem pela temática relativa à Previdência Social nas suas diversas manifestações.

Neste sentido, ao final da nossa pesquisa, retornaremos ao INSS com os seus resultados, na expectativa que esses possam servir como elementos reflexivos para a categoria profissional.

Finalmente, para a exposição deste estudo, esta Dissertação está organizada da seguinte forma: no item 2 intitulado “A Previdência Social brasileira: as construções e desconstruções nos marcos da proteção social”, abordaremos a contextualização da Previdência Social em diversas épocas e momentos históricos. Em seguida, apresentamos uma discussão acerca das Contra-Reformas do Estado e Contra-Reformas da Previdência Social e seus impactos com relação aos direitos dos usuários.

No item 3 “O Assistente Social no INSS e as Contra-Reformas da Previdência Social”, abordaremos o trabalho do Assistente Social no INSS, tanto no Setor Serviço Social, como no Programa de Reabilitação Profissional. Para isso, abordaremos a trajetória histórica desse profissional na instituição como forma de se entender a profissão hoje naquele espaço sócio-ocupacional. Dando continuidade, apresentaremos os impactos sofridos pelos Assistentes Sociais no que se refere as essas Contra-Reformas, fundamentando nossas análises nas falas dos sujeitos entrevistados.

No item 4, analisaremos o trabalho profissional do Assistente Social no INSS no Estado do Rio Grande do Norte pós as Contra-Reformas da Previdência Social, a partir dos dados coletados na pesquisa. Para isso, traçaremos o perfil do Assistente Social, identificando as demandas profissionais e caracterizando as suas condições de trabalho. Também analisaremos os significados e impactos das Contra-Reformas da Previdência Social a partir das falas dos sujeitos entrevistados.

As reflexões aqui contidas não ousam dar conta de uma realidade tão complexa, até porque concebemos que se trata de uma primeira aproximação, realizada, a partir de um recorte da realidade e também porque comungamos com a idéia de que não existe verdade absoluta e acabada. Desta forma, o conhecimento científico sempre é um processo de constante aproximação da verdade. Entretanto, esperamos que as reflexões possam contribuir na perspectiva de fornecer novos elementos para a análise da Previdência Social no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Norte, bem como possibilitar avaliar, de forma mais apurada, o trabalho profissional dos Assistentes Sociais de modo a atender aos interesses e

necessidades dos usuários dos seus serviços, respeitando suas especificidades e condição ímpar de cidadãos.

2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: AS CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NOS MARCOS DA PROTEÇÃO SOCIAL

Este capítulo tem como ponto de partida a contextualização da Previdência Social no Brasil, a partir da circunscrição de diferentes processos sócio-históricos, que nos mostrará que esta, como política pública, não pode ser esvaziada de análises que enfatizem o jogo de interesses, a correlação de forças, as lutas e as conquistas populares e as concessões do poder público.

Realizaremos um resgate histórico-crítico do surgimento da Previdência Social no Brasil, analisando cada momento, cada avanço e retrocesso. Em seguida, faremos uma discussão referente às Contra-Reformas da Previdência Social e suas implicações no tocante aos direitos dos usuários.

2.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A REALIDADE BRASILEIRA

As contradições oriundas da relação capital x trabalho estão imbricadas, na Previdência Social e sua análise não pode ser reduzida aquilo que Vianna (1999, p. 20) chama de “mito da supremacia técnica”, ao atribuir à má administração da Previdência Social a culpabilidade por um *déficit* e, assim, justificar sua Reforma.

Desse modo, a Previdência Social constituiu-se num sistema de proteção social, compondo-se de um amplo leque de “benefícios” e cobertura ao trabalhador e, com certeza, tanto a ordem nacional como mundial do capitalismo rebatem em seu interior. Se quisermos aprofundar a discussão, identificaremos que a cada crise do capital, a Previdência se insere por uma via de mão dupla: ora como problema que causa *déficits* e onera capitalistas e Estado, ora atendendo demandas dos trabalhadores, naquilo que Iamamoto (2001a, p. 248) chama de “fetichização dos direitos e benefícios”. Neste pêndulo, muitas vezes, se desconfigura seu real significado de sistema de proteção social, inserido nos marcos da Seguridade Social, e evidencia-se a configuração do Seguro, da contribuição. Ou seja, substitui-se a redistribuição, a solidariedade, por gastos excessivos, capitalização, ônus, falência etc, reduzindo-se as conquistas sociais. Em épocas de expansão do capital estas mesmas conquistas se ampliam, reconhecem-se direitos e ampliam-se coberturas. O financiamento não é problema e o Estado cobre os gastos, tentando tirar alguma vantagem política da situação. No entanto, permanece inalterada a relação capital x trabalho, reafirmando-se o domínio do capital, mesmo que incorporem-se reivindicações dos trabalhadores.

Numa análise da Previdência Social, nos diversos contextos históricos e sociais, observa-se que a mesma se imbrica, nas suas particularidades, com uma categoria central, que é o trabalho. Isso ocorre não apenas pela sua vinculação ao caráter contributivo, extraído do salário dos trabalhadores, num regime seja de repartição simples³ ou de capitalização⁴. Assim, os trabalhadores, numa correlação de forças desigual, num contexto permanentemente contraditório, constituem-se no sujeito político e social da construção da Previdência.

Ocorre, desta forma, a vinculação da Previdência com o trabalho e o direito à Previdência aproxima-se do conceito de cidadania regulada de Wanderley Guilherme do Santos (1994, p. 68), que diz:

por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal [...] a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.

Os direitos existem, mas, para tanto, a condição imposta é uma relação de emprego, na qualidade de empregado/contribuinte individual. Assim, o assalariamento pressupõe uma suposta renda, da qual sairão às contribuições e custeio do sistema previdenciário. Ou seja, a garantia do acesso ao padrão de proteção social, está ligada ao registro de um vínculo empregatício.

Neste aspecto, qualquer que seja a linha de análise, ou para justificar falências, crises, *déficits*, reestruturação, ou para defender o aumento da proteção social viabilizado pela Previdência, o trabalho torna-se um elemento determinante da discussão. Neste sentido, o entendimento e a discussão da Previdência, passam, necessariamente, pela discussão da categoria analítica do trabalho.

³ O Regime de Repartição Simples tem como base a chamada solidariedade entre os participantes. Ou seja, as contribuições dos integrantes deste regime, e da respectiva contribuição “patronal” são utilizadas para o pagamento de todas as aposentadorias, pensões e demais benefícios dos também participantes deste Regime.

⁴ No Regime de Capitalização as contribuições dos servidores deste Regime e a respectiva parte “patronal” formam um fundo garantidor do pagamento dos benefícios dos participantes, cujos valores devem ser aplicados no mercado financeiro de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Nessa sociedade, o trabalho⁵ é uma relação social, assim como o capital, que dá vida ao trabalho assalariado. A burguesia detentora do capital, do monopólio dos meios de produção está em confronto com os trabalhadores que, por sua vez, não possuem os meios necessários à materialização de seu trabalho.

A produção capitalista é a produção e a reprodução da totalidade das relações sociais de produção. Esta produção ocorre na vida em sociedade. As atividades sociais em gerais, inclusive a produção, mudam de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Ou seja, a medida em que os meios de produção se modernizam a produção também sofre mudanças e junto, com ela, toda a vida social. Portanto, podemos concluir que a produção, e toda a vida social, é, essencialmente, histórica.

Assim, o processo de produção capitalista não se restringe apenas a um processo de trabalho, é também um processo de valorização que, ao mesmo tempo, cria e conserva o valor do capital.

Para Marx (1996, p. 584):

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim a auto-expansão do capital.

Como existe uma monopolização dos meios de produção por parte dos capitalistas (Burguesia), o trabalhador assalariado vende a única mercadoria que possui, sua força de trabalho, para poder sobreviver. E, essa força de trabalho, sendo consumida, não mais pertence ao trabalhador, e sim ao capitalista que a comprou. Essa torna-se fonte de valor que cria um valor superior ao que é pago em forma de salário. Assim, através do tempo de trabalho acumulado gera-se a mais-valia. Isto é, para gerar a mais-valia o trabalhador tem que ultrapassar o tempo de trabalho socialmente necessário.

Através do valor de uso da força de trabalho, o capital não só se produz como se reproduz, e através da mais-valia gera meios de consumo e capital adicional para

⁵ Para Lukács, o trabalho é a categoria fundadora do Ser Social e todas as demais categorias já têm em sua essência um caráter social (ORGANISTA, 2006, p.128).

o capitalista que o aplica em um novo ciclo produtivo. Desse modo, cria-se o ciclo do capital que consolida a exploração do trabalho assalariado.

Marx (1985, p. 131) ressalta que o

“valor de uso” que o trabalhador fornece ao capitalista não é na verdade, sua força de trabalho, mas sim a função dela, determinado trabalho útil, trabalho do alfaiate, trabalho do sapateiro, trabalho do fiandeiro, etc. O fato de que esse mesmo trabalho, sob outro aspecto, é elemento geral criador de valor, o que distingue das demais mercadorias, não está ao alcance da consciência ordinária.

Assim “o capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente”. (MARX, 1977, p. 71).

Acerca da relação capital x trabalho, assim se expressa Antunes (2004, p. 344),

[...] a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e “submete”, é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua subordinação precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real), com o corolário de que a transformação da força de trabalho em capital acaba por consolidar-se socialmente.

A alienação do trabalho se expressa, sobretudo, nas seguintes formas: na relação existente entre o trabalhador e o produto construído por ele no processo de trabalho e que é visto como um objeto estranho. Dito de outra forma, esse trabalhador cria um produto que não lhe pertence e que, acima de tudo, exerce sobre ele uma dominação. No momento em que o trabalhador cria um produto ele está recriando e fortalecendo o capital, e pelo mesmo processo, criando e recriando sua própria dominação. Conseqüentemente, a classe capitalista que explora ao máximo a força de trabalho e extrai a mais-valia é sempre beneficiada.

A relação existente entre o trabalhador e o capitalista ocorre de uma maneira alienada, pois este trabalhador não percebe que o que vende ao capitalista é visto como uma mercadoria que será trocada por um determinado valor que lhe é colocado sob a forma de salário. Ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho e recebe como forma de pagamento um salário. Esse salário também encobre a

alienação devido o capitalista pagar por essa força de trabalho um valor que não corresponde ao trabalho socialmente gasto, e grande parte deste sobre valor é extraído sem que o trabalhador perceba, configurando a mais-valia.

Outra forma de alienação é expressa na relação existente entre trabalhador e a atividade por ele desenvolvida. Ou seja, a atividade do trabalhador, o ato da produção, é desenvolvida por ele. Mas, não lhe pertence. Quanto mais o trabalhador produzir mais dependente ele fica do produto construído no processo de produção.

Em função do seu caráter intrinsecamente contraditório (desejo de maiores lucros, aumento da exploração e taxa de mais-valia, crescimento da produção, sub-consumo gerado pelas altas taxas de exploração que dificultam o consumo, excedente de produção, crise), o capitalismo entra em crises sucessivas.

Assim, na segunda metade do século XX, o capitalismo mundial começou a dar sinais de crise, que podiam ser observadas através da queda da taxa de lucro; do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, tendo em vista a incapacidade de responder a retração do consumo que se acentuava; da posição prioritária do capital financeiro em relação ao capital produtivo, enquanto campo para especulação; e uma maior concentração de capitais frente às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas.

Paralelamente a esse processo de crise estrutural do capital, e como consequência desta, temos a crise do Estado de bem-estar social, com a retração dos gastos públicos e um acentuado processo de privatizações.

A crise estrutural do capital teve como resposta um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. Isso pode ser observado na década de 1980, na qual houve várias transformações no mundo do trabalho, nas maneiras de inserção na estrutura produtiva, nas representações sindical e política nos países de capitalismo avançado e num salto tecnológico, devido à automação, à robótica e à micro-eletrônica, que penetraram nas fábricas e desenvolveram novas formas de relações no trabalho e na produção do capitalismo.

Nesse momento, então, vemos emergir novos processos de trabalho, nos quais o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pelos novos padrões de busca de produtividade e por diferentes maneiras de adequação da produção à lógica do mercado.

Surge a busca por novos padrões de gestão da força de trabalho, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs)⁶. A gestão participativa e a qualidade total são visíveis não apenas no Japão, mas também nos países de capitalismo avançado. Tem-se a penetração do toyotismo nessa época, substituindo-se assim, o padrão fordista⁷ dominante em várias partes do capitalismo globalizado. Em meio a esse processo, os direitos dos trabalhadores são desregulamentados e flexibilizados como maneira do capital adequar-se a sua nova fase.

Essa nova fase do capital é voltada para seu crescimento e se apóia na exploração do trabalho no universo da produção, recusando, assim, a produção em massa dominante na indústria fordista. Essa nova forma produtiva, que articula o desenvolvimento tecnológico com a desconcentração produtiva é chamada de especialização flexível.

Devido a todo esse processo, ocorreram altos níveis de desemprego estrutural, retrocesso da ação sindical, com a criação do sindicalismo de empresa, atrelado ao universo patronal; a desregulamentação e eliminação dos direitos do trabalho; a precarização do trabalho, sem proteção social; a fragmentação da classe trabalhadora; a intensificação da exploração da força do trabalho; a ênfase na polivalência do trabalhador; baixos salários e a intensificação da alienação do trabalhador que passa a ser vigia de si mesmo.

Frente ao exposto, vemos que as metamorfoses do mundo do trabalho não eliminaram a alienação do trabalho. Além disso, levaram a uma intensificação do estranhamento, tanto no processo de produção, como na esfera do consumo.

Desta forma, podem ser identificadas, na sociedade contemporânea, profundas mudanças na forma e no conteúdo do trabalho, que assume um caráter crescentemente “informacional”, devido às modificações que se processaram na

⁶ Os Círculos de Controles de Qualidade tiveram origem no Japão, por volta de 1962. Podem ser definidos como sendo um pequeno grupo voluntário de funcionários pertencentes ou não à mesma área de trabalho, treinados da mesma maneira, com compreensão da mesma filosofia e os mesmos objetivos, e que tentam melhorar o desempenho, reduzir os custos, aumentar a eficiência, etc, especialmente no que se refere à qualidade dos seus produtos ou de seu trabalho.

⁷ O fordismo se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do [taylorismo](#). Teve seu ápice no período posterior à [Segunda Guerra Mundial](#), nas décadas de 1950 e 1960, que ficaram conhecidas na história do capitalismo como “Os Anos Dourados”. A crise sofrida pelos [Estados Unidos](#) na década de 1970, foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros.

economia mundial ao final do século passado que incidiram de forma devastadora sobre o mercado de trabalho.

Vemos alterações no mercado do trabalho, como: altas taxas de desemprego; perda da estabilidade; substituição do emprego fixo pelo temporário e eventual; alternativas como a terceirização oferecidas em troca do emprego formal e como formas de redução dos custos sociais; mudança na forma de contratação nas relações trabalhistas; baixo índice de sindicalização dos trabalhadores; fragilização e perda dos direitos sociais e trabalhistas, entre outros.

Temos um quadro caracterizado pela retração do mercado de trabalho e pelo avanço na deteriorização das condições laborais daqueles, cujos postos ou ocupações se encontram em níveis diferenciados de formalidade das relações contratuais ou empregatícias. Situação essa que tem trazido importantes reflexos nas variações e tendências dos acidentes de trabalho no país.

No Brasil, particularmente nas regiões metropolitanas, temos um mercado de trabalho caracterizado, por um lado, pela queda do emprego no setor formal e, por outro, pela expressiva elevação da ocupação no setor informal, que, por sua vez, inclui os “sem carteira assinada” e os trabalhadores “por conta própria”. Esses, somados aos desempregados, indicariam não apenas o grau de precariedade do mercado de trabalho como, sem dúvida, as bases em que se assenta o próprio processo de precarização das condições de trabalho, atribuídos por exemplo, a reprodução de baixos níveis salariais, a não cobertura da Seguridade Social e a falta de assistência médica.

Este quadro, nos países periféricos, reflete em dados reveladores conforme aponta Pochmann (2001, p. 34)

Enquanto os países ricos possuem 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são objeto de competição mundial. Por conta disso, são justamente, os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrentes da liberação comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais.

A partir deste período, teremos, cada vez mais, a não intervenção do Estado no mercado de trabalho e a redução das políticas de proteção social. Neste sentido,

a ação do Estado passa a ter as seguintes orientações: ofertar políticas de inclusão as parcelas mais excluídas do processo produtivo, mantendo a focalização e setorização; “descentralizar” as políticas voltadas aos “novos pobres”, passando, para a esfera da sociedade civil, em especial através do chamado terceiro setor⁸; a responsabilidade do atendimento à questão social. Essas ações, em última instância, possibilitam gestões privatistas no sistema de proteção social, nas quais as políticas sociais, mediações para o atendimento as expressões da questão social, passam a se constituir objetivos de negociação lucrativas. Isso significa um deslocamento do campo do direito universal para o campo contratual de atendimento social.

Mota (2000, p. 131) aponta que

é no interior de um processo de disputas políticas que o capital incorpora as exigências do trabalho. É no leito das lutas ofensivas dos trabalhadores e da ação reativa do capital, que os sistemas de seguridade são incorporados na ordem capitalista, como mecanismos potencialmente funcionais ao processo de acumulação e afetos ao processo de construção de hegemonia.

É o início de um processo de modificação crescente da adoção de medidas neoliberais, que vem fazendo com que o Estado fique cada vez mais diminuto, adotando políticas sociais restritas, seletivas, focalistas e, principalmente, discriminatórias. Com a diminuição do papel do Estado, vemos a questão social agravar-se profundamente. A cada dia, aumenta o número de desempregados, de favelas, de indigentes e o enfrentamento desses problemas é tido como desafio para a sociedade moderna.

Antunes (1996, p. 22) ressalta que o

neoliberalismo passou a ditar o ideário e os programas a serem implementados pelos países capitalistas [...] contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional.

⁸ Para uma discussão mais detalhada acerca do Terceiro Setor e da crescente desobrigação do Estado com a questão social, ver Montaño (2002).

A Seguridade Social no Brasil não ficou imune ao projeto de enxugamento da máquina estatal. No Projeto de Reforma do Estado ou Contra-Reforma nas palavras de Behring, inclui-se como pauta prioritária a também Contra-Reforma⁹ da Previdência Social, fazendo parte do projeto mais amplo de redefinição do papel do Estado.

A perda da efetividade do Estado é diretamente manifesta na expansão da chamada economia invisível, na informalização das relações de trabalho e no surgimento de novas modalidades de ação criminosa, que põem em xeque o monopólio estatal da coerção.

Assim, as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho, o avanço acelerado das novas tecnologias, métodos gerenciais e a automação frente à atual fase de reprodução do capital proporcionam, cada vez mais, o aumento do número de trabalhadores acometidos de doenças relacionadas ao trabalho e de acidentes de trabalho. Acrescentam-se a esse quadro, que a maioria das empresas e empregadores não possuem programas de atualização e treinamentos que possam minimizar as enfermidades que acometem os/as operários/as.

O Estado brasileiro é marcado, historicamente, pelo patrimonialismo e pelo favorecimento do clientelismo e da lógica do favor. Com essas características peculiares, a construção da política previdenciária no Brasil reflete a própria correlação de forças e os interesses presentes em diferentes momentos históricos. Vejamos isto a seguir.

2.2. A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: universalidade, equidade, diversidade e democracia?

O sistema de proteção social, particularmente a Seguridade Social, na sociedade capitalista, foi construído como exigência histórica resultante da relação capital x trabalho, com o objetivo de manter a acumulação do capital e, ao mesmo tempo, atender às demandas dos trabalhadores.

⁹ Como já dissemos na Introdução deste trabalho, comungamos da idéia de Behring e para nós a Reforma da Previdência Social no Brasil nada mais é do que uma Contra-Reforma que está inserida na Contra-Reforma do Estado brasileiro.

Entender as complexas relações sociais presentes na construção do sistema de Seguridade Social no Brasil, com destaque para a Previdência Social, exigiu que enfocássemos a centralidade do trabalho no processo de produção capitalista, como também as mudanças presentes no mundo do trabalho na contemporaneidade e no conjunto da classe trabalhadora.

Na história da Seguridade Social no Brasil, teremos momentos conjunturais marcados pela implantação restrita de seguros e momentos de expansão, onde mesmo sem adotar o termo Seguridade Social, e sim Previdência Social, vivenciamos a ampliação dos serviços e benefícios.

Para compreensão da Seguridade Social, é essencial clarificar a concepção de Seguro Social. Nesse sentido, a autora Ana Maria Cartaxo, em sua Tese de Doutorado, apresenta-nos a seguinte conceitualização:

Seguro social, baseado no seguro privado, tem como características comuns a indenização pelo risco, agrupados em tipos, para uma determinada coletividade; a contributividade; o cálculo matemático atuarial para retribuição, os critérios para ingresso e concessão. Tem como especificidade a obrigatoriedade por meio de uma relação jurídica, independente da vontade dos contratantes; a não proporcionalidade ao grau do risco; e a abrangência nacional (DURAND apud CARTAXO, 2003, p. 216).

Já a Seguridade Social, no entendimento de Vianna (1999, p.11) consiste, justamente, num pacto pelo qual os desiguais habitantes de um país reconhecem na cidadania uma medida de igualdade que capacita todos ao gozo do patrimônio comum de uma vida digna e civilizada.

A Previdência Social brasileira nasce e fundamenta-se numa concepção de Seguro Social, muito embora ao longo de sua história, tenha incorporado alguns princípios da Seguridade Social. Estes princípios se expressam claramente na Constituição Federal brasileira de 1988.

Na década de 1980, com a reconquista da democracia, através da Constituição Federal de 1988, e a adoção do princípio da universalidade de direitos, a Seguridade Social abrangeu três das principais áreas de atuação do Estado, imprescindíveis ao cumprimento de sua função social e política: Saúde, Previdência e Assistência Social.

A definição de Seguridade Social nessa Constituição Federal remete à concepção de Seguridade Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção nº 102, aprovada em Genebra em 1952:

Seguridade Social é a Proteção que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e também a proteção em forma de assistência médica e ajuda as famílias com filhos.(ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1952).

Fundamentada num conceito universal, redistributivo e solidarista, a Seguridade Social brasileira, na Constituição Federal de 1988, buscou garantir a população o direito a sobrevivência, resgatando a cidadania. O texto constitucional no art. 194 assim dispõe:

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
I - universalidade da cobertura e do atendimento;
II -uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços as populações urbanas e rurais;
III -seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV -irredutibilidade do valor dos benefícios;
V -equidade na forma de participação no custeio;
VI -diversidade da base de financiamento;
VII – caráter democrático descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988, p. 115).

Porém, o que vemos é que a Seguridade Social no Brasil tornou-se um sistema híbrido, que emparelha, mas não integra os princípios competitivos entre si pelos, os quais têm de orientar a sua prática: contributivos de um lado e distributivos de outro. Assim, temos a Saúde e a Assistência Social como políticas de caráter distributivo, enquanto a Previdência Social tem caráter contributivo.

Assim, a Seguridade Social está diretamente relacionada com a reprodução da força de trabalho e com os processos de exclusão e precarização do trabalho, conforme nos sinaliza Mota (2000). Segue a autora destacando que

a previdência e a assistência social são consideradas como mecanismos que compõem o conjunto das práticas institucionais que interferem no processo de constituição do trabalhador coletivo e na gestão estatal e privada da reprodução da força de trabalho.

A universalização da Saúde tornou-se realidade com a Constituição Federal de 1988, art. 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, garantido-a mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doença e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Isso seria realizado por meio do Sistema Único de Saúde¹⁰ (SUS), que conta com hospitais públicos e privados pelo país, e seus serviços de saúde não possuem vínculo qualquer com o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

A regulamentação do artigo 196 se deu dois anos após a promulgação da Constituição, por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde. Essa lei dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, entre outros.

A Assistência Social, ao contrário da Saúde, só foi regulamentada cinco anos após a Constituição, apesar da luta empreendida pelas instâncias representativas

¹⁰ O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do Sistema Único de Saúde fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) e o Instituto Vital Brasil. Através do Sistema Único de Saúde, todos os cidadãos têm direito as consultas, exames, internações e tratamentos nas Unidades de Saúde vinculadas ao SUS, sejam públicas (da esfera municipal, estadual e federal), ou privadas, contratadas pelo gestor público de saúde.

dos profissionais do Serviço Social. Neste sentido, a regulamentação da Assistência Social só veio a ser efetivada com a Lei nº 8.742 de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diferentemente da Saúde, de caráter universal, a Assistência Social destina-se a quem dela necessita, tendo caráter, portanto, universalizante.

Já a Previdência Social, que será mais explicada e analisada nesse trabalho, visa a proteção do cidadão quando da perda temporária ou permanente, da sua capacidade de trabalho, por isso oferece benefícios e serviços como proteção social destinada ao segurado, dentre estes: auxílio-doença, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, salário maternidade, salário-família e a reabilitação profissional; e aos dependentes: a pensão por morte, o auxílio-reclusão e a reabilitação, a qual depende dos recursos orçamentários.

A Previdência Social foi criada legalmente com a finalidade de amparar o futuro dos trabalhadores e da sua família, na velhice ou quando ocorresse algum infortúnio no seu dia-a-dia. Porém, com o passar dos anos a Previdência Social vem enfrentando sucessivas crises na sua estrutura político-administrativa. Desse modo, as três áreas que compõem o complexo de Seguridade Social não foram agregadas a uma mesma instituição ou a um mesmo corpo administrativo e nem partilham de plano e projetos comuns. Ou seja, cada uma das instâncias funciona isoladamente e até mesmo de maneira contrária a lógica das demais.

Percebemos que a Previdência Social é uma política, cujo referencial de proteção social, não consiste apenas em seu caráter contributivo. Resulta e se constrói de um processo de lutas e conquistas e, para compreendê-la, é necessário traçar a sua evolução histórica, situando-a numa perspectiva de análise histórico-crítica. Desconhecer ou analisá-la de uma maneira a-histórico e a-crítica é omitir sua construção como resultante de uma combinação de lutas dos trabalhadores e das próprias demandas do capital no que se refere à reprodução da força de trabalho, mediada e regulada pelo Estado. Portanto, estamos tratando de Previdência Social como política pública, vinculada às relações trabalhistas e constituinte de um sistema de proteção social do trabalho.

Inicialmente, teceremos breves considerações sobre o seu surgimento no cenário internacional, considerando principalmente, que esta historicidade influencia os marcos da Previdência brasileira nas suas origens.

2.3. RECONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: cobertura e proteção?

Nesse item faremos um percurso histórico da Previdência Social em nosso país, do seu início a atualidade.

2.3.1. Do nascimento da Proteção Social no “Velho Mundo” a criação da Lei Eloy Chaves no Brasil

É na Grécia e Roma Antigas e na Idade Média que podemos remontar a história da Previdência Social. Na Grécia e Roma Antigas essas manifestações eram em instituições de cunho mutualista¹¹; na Idade Média, com o surgimento das corporações de profissionais, algumas instituíram seguros sociais para seus membros, que reivindicavam melhorias nas suas condições sociais e de trabalho.

Contudo, o marco inicial do Seguro Social com caráter compulsório foi o período de consolidação da Revolução Industrial alemã e as lutas operárias que ocorriam naquele país sob a direção do Partido Social Democrata.

Em 1871, Otto Von Bismarck, chanceler alemão, envia ao Parlamento o projeto de lei para a instituição do seguro-acidente obrigatório, sendo aprovado em 1883, sob a tríplice contribuição do Estado, dos trabalhadores e das empresas. Em 1884 e 1889, respectivamente, sucedeu-se a criação do seguro contra acidente de trabalho e seguro-invalidez e velhice. (TEIXEIRA, 2006).

O modelo de proteção social é implementado na Alemanha na segunda metade do século XIX, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões compulsórias. Estas eram financiadas por trabalhadores e empregadores e seus benefícios eram proporcionais à contribuição e fundados nos princípios do Seguro Social.

Esse modelo serviu de inspiração para o modelo de Previdência Social no Brasil, como veremos adiante no qual os recursos são provenientes das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

¹¹ Um grupo de pessoas se associam e contribuem, a fim de que fosse formado um fundo para a cobertura de determinados infortúnios.

Na Inglaterra, em 1942, o sistema de Seguro Social estrutura-se como serviço público e adquire status de direito social por meio das propostas elaboradas pelo deputado William Beveridge¹². Sua proposta de Seguridade Social propunha a unificação do sistema de proteção social, contemplando, além de políticas de aposentadoria, saúde e educação voltadas aos trabalhadores formais, políticas de atendimento aos desempregados, inválidos, crianças e idosos. Este amplo sistema de Seguridade Social foi consolidado como o padrão de proteção social no pós-guerra e tornou-se hegemônico nas décadas de 1950 e 1960 na Europa. (FALEIROS, 1995).

No Brasil, as primeiras manifestações de preocupação com o Seguro Social remontam as Santas Casas de Misericórdia, em Santos-SP no ano de 1543, que formaram os montepios¹³ e sociedades beneficentes, de cunho mutualista e particular. Após este período, em 1808, institui-se o montepio para a Guarda Pessoal de D. João VI e o pagamento de pensões às viúvas dos militares que faleceram na Guerra do Paraguai.

Estas podem ser consideradas as primeiras manifestações de Seguro Social no Brasil, contudo, tem-se como marco da Previdência Social no Brasil a Lei Eloy Chaves, através do Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923¹⁴.

Assim, em 1923, por sugestão do deputado Eloy Chaves¹⁵ e após um longo processo de tramitação do Projeto na Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional criou, através do Decreto Legislativo nº 4.682, as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para os empregados em empresas de estrada de ferro, exceto àquelas que tivessem menos de cinquenta empregados, para os quais a aplicação da lei era facultativa.

¹²William Beveridge foi um dos secretários de Beatrice e Sidney Webb na comissão de estudo para a reformulação da assistência pública. Em 1941, foi incumbido de elaborar um relatório acerca da organização de um sistema britânico de segurança social.

¹³ Os montepios são as manifestações mais antigas da Previdência Social. São instituições em que, mediante o pagamento de cotas, cada membro adquiria o direito de, por morte, deixar pensão pagável a alguém de sua escolha. O primeiro montepio de funcionários públicos surgiu em 22 de julho de 1835, o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral) e funcionou através de mutualismo.

¹⁴ A data de 24 de janeiro é comemorada como o dia nacional da Previdência e dos aposentados.

¹⁵ Eloy Chaves, era um latifundiário, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo e comandou com rigor a repressão a greve geral, em 1917.

Essa legislação reflete as características do desenvolvimento capitalista do período, centrado numa economia agroexportadora para aqueles serviços públicos que eram essenciais.

2.3.2. A trajetória da construção da Previdência Social e a sua desconstrução no âmbito da Contra-Reforma do Estado

A Lei Eloy Chaves é considerada o marco referencial da Previdência Social brasileira, pois instituiu o Sistema de Caixas de Aposentadorias e Pensões, multiplicando-se, posteriormente, e atingindo o número de 183 (cento e oitenta e três) Caixas. Os trabalhadores da estrada de ferro e seus familiares passaram a ter direito à assistência médica, fornecimento de medicamentos, às aposentadorias por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensões para os dependentes dos empregados e auxílio-funeral. Posteriormente, através do Decreto nº 5.109 de 1926, a Lei foi ampliada estendendo estas medidas aos marítimos e portuários, que eram as categorias mais organizadas politicamente e com maior poder de pressão, além de serem as categorias profissionais responsáveis pela escoação da produção.

Este regime, no entanto, era pouco abrangente e estruturalmente frágil. As Caixas eram organizadas pelas empresas e, na maioria das vezes, não era atingido um número mínimo de filiados com capacidade contributiva que permitisse estabelecer um fluxo de receita adequado para garantir o pagamento dos benefícios a longo prazo. Este sistema previdenciário baseado na Caixa por empresa, passou a ser, durante alguns anos, o modelo utilizado em outros setores da economia. Vemos, então, que a legislação previdenciária no Brasil surgiu quarenta anos após seu aparecimento na Alemanha e sofreu também influências do modelo inglês (Beveridge) ao longo de sua história.

Segundo Cartaxo (1995, p. 62):

A Previdência Social afirmou-se, no Brasil, em caráter de seguro social contrapondo-se a seguridade social. Sua origem remonta aos anos 30, quando foi difundida a idéia de seguro social com contenção de despesas e regime de capitalização, em vez de prestação de serviço. Baseava-se em uma prática fundamentalmente privada, na qual o Estado era apenas um dos contribuintes do sistema, cabendo ao trabalhador, em parte, garantir o seu salário nos casos de riscos sociais.

A conjuntura brasileira na época do Governo Vargas (1930-1945) foi marcada por um processo de substituição das importações por meio da instalação de um parque industrial e da ação efetiva do Estado na economia e no setor social, redefinindo novas relações entre este e a sociedade, numa perspectiva intervencionista.

Esse período foi marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista e por uma política favorável à industrialização, a partir de 1937. Tendo em vista a sua legitimação, o Poder Público buscou apoio na classe operária, o que suscitou a elaboração de uma legislação social e de proteção ao trabalho com vistas à regulamentação da questão social, através da incorporação de algumas demandas sociais, do controle operário e atrelamento sindical aos organismos estatais (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1995, p.10).

Neste sentido, Getúlio Vargas representou, na política brasileira, o rompimento com o modelo agrário-exportador da República Velha (1889-1930) e o começo do processo crescente de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, Getúlio adota um modelo de gestão populista que se caracteriza pela constante tentativa de conciliar os interesses do capital com o trabalho. Isso era possível através de medidas de cunho social e trabalhista, com vistas a controlar a classe trabalhadora, que, desde 1920, vinha passando por um processo crescente de organização.

Em 1930, ocorreu a primeira crise financeira e administrativa no sistema previdenciário brasileiro. Devido ao grande número de fraudes e corrupções, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 1.954, suspendeu, por seis meses todas as aposentadorias em vigor e iniciou uma reestruturação do sistema, passando a incorporar, praticamente, todas as categorias dos trabalhadores urbanos. Porém, a implantação dos seguros sociais no Governo Vargas foi numa perspectiva gradualista, controladora e fragmentadora da classe operária, com base numa ideologia corporativista.

Vemos assim, que o projeto previdenciário do governo Vargas está articulado a uma série de medidas sociais e trabalhistas, que integram sua estratégia de política estatal e sua proposta nacional e desenvolvimentista. Buscava-se a manutenção da ordem, sem hostilizar o capital e transformando os trabalhadores

numa força orgânica de cooperação com o Estado. Tal forma de agir é própria dos governos populistas como já assinalamos e que se instalam em todo o Brasil, a partir de então.

É neste quadro conjuntural que se dá a reestruturação da Previdência, a partir de 1933, quando foram criados seis grandes Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em substituição às Caixas de Aposentadorias e Pensões. Os IAPs, diferentemente das Caixas, não se vinculavam às empresas e sim às categorias profissionais mais expressivas no mercado de trabalho, para as quais sempre havia um sindicato (marítimos, bancários e industriários), servidores do Estado, trabalhadores vinculados ao setor de transporte de cargas e comerciários). Inicialmente, as categorias ligadas à infra-estrutura de serviços públicos foram beneficiadas com a aposentadoria, a pensão, o auxílio-funeral e auxílio-doença e, aos poucos, foram incluídos outros setores. (FALEIROS, 1995).

Esses Institutos, eram de caráter nacional, segmentando os trabalhadores por inserção nos diferentes setores de atividade, sendo juridicamente concebidos como entidades públicas autárquicas de administração colegiada, no qual o Estado tinha presença direta.

Segundo Faleiros, (1995, p. 136) os

Institutos que substituíram as Caixas, respondiam a uma racionalização tecnocrática, a uma centralização federal, a uma cooptação da classe operária, como também a uma substituição das antigas caixas de previdência, ligadas a cada indústria e a cada região. A criação dos Institutos permitiu aos patrões, diminuir suas despesas administrativas e socializarem os custos das Caixas, com a contribuição dos trabalhadores de todo o país.

Ainda, no governo de Vargas, tem-se uma tentativa de reforma do sistema previdenciário, através do projeto de unificação da Previdência com a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB) que se espelhava na experiência da Inglaterra (Beveridge). Mas, a conjunção de interesses corporativos aliados às manifestações dos setores políticos interessados em impedir o fortalecimento do governo determinou o arquivamento desse projeto.

Essa tentativa de Reforma faz surgir a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), Lei nº 3.807, de 1960, que propunha a uniformização dos benefícios prestados pelos Institutos (aposentadorias e pensões). Essa lei é aprovada e

promulgada no governo de Juscelino Kubstichek (1956-1961), sob forte pressão dos trabalhadores, que exigiam eficiência do sistema previdenciário, coisa impossível, dado seu perfil organizacional e sua lógica mais geral.

O Governo de Juscelino Kubstichek, ampliou os programas assistenciais¹⁶, numa conjuntura de forte exclusão dos trabalhadores da cena política e da modernização do Estado, por meio da associação ao capital estrangeiro. Tal associação, atinge seu ápice após 1964, quando se instaura no Brasil a Ditadura Militar.

A Ditadura Militar foi um golpe de Estado patrocinado pela burguesia nacional e estrangeira, preocupada com o contexto de crescente organização dos trabalhadores no campo e na cidade, exigindo maior distribuição de renda e reformas de base. No contexto da Guerra Fria, a direita nacional e estrangeira via como receio a possibilidade de se repetir no Brasil a experiência cubana (Revolução de 1959).

Cabral (1979, p. 120) destaca o importante papel que a previdência social cumpriu nesse período

como política previdenciária compensatória, ampliando programas sociais, numa conjuntura de forte exclusão dos trabalhadores da cena política e de modernização da máquina estatal para atender às exigências para nova ordem econômica.

Assim, esse foi um período autoritário, com o fechamento político e forte intervenção nas organizações de trabalhadores, além de depuração políticas nos IAPS.

Após o Golpe de 1964 várias mudanças foram introduzidas na previdência social, como forma de legitimação, já que os "direitos sociais" dos assegurados não modificavam os deveres de submissão dos cidadãos. A Previdência Social é um instrumento político não só em épocas de mobilização e democracia, mas também de autoritarismo e controle (FALEIROS, 1995, p.139).

Desta forma, em 1966, através do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro e partindo da proposta de modernizar o Estado, houve a fusão dos seis Institutos de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O

¹⁶ É importante ressaltar que os programas assistências do governo de Juscelino eram ligados a política desenvolvimentista no New Deal. Então, não era Previdência.

INPS foi criado com base na unificação e uniformização dos planos de benefícios , mas baseia-se na expulsão dos trabalhadores da gestão previdenciária. Em 1967, o INPS assume também o seguro acidente, apesar da resistência das seguradoras.

Nesse momento, os usuários da Previdência Social continuam sendo constituídos, basicamente, pelos trabalhadores do setor urbano, formalmente inseridos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que se aprofundam as diferenciações de tratamento entre os vários segmentos da população previdenciária, avança-se num discurso universalizante da cobertura do Seguro Social. A uniformização e unificação da Previdência é parte integrante do projeto de modernização do país assumido pelos Militares, que ao mesmo tempo que moderniza exclui os trabalhadores dos mecanismos de decisão¹⁷.

Em 1963, já havia sido criado o Fundo dos Trabalhadores Rurais, nunca implementado. Em 1971, é criado o PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), destinando fundos específicos para a manutenção do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), representando, formalmente, a extensão da Previdência Social aos trabalhadores rurais.

Segundo Araújo (2004, p. 96):

Em 1968, foi criado o Plano Básico de Assistência ao Trabalhador Rural e, em seguida, em 1971, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) que passou a ser executado pelo FUNRURAL. Foram concedidos aos trabalhadores rurais alguns benefícios previdenciários sem a exigência de contribuições individuais. Essa característica redistributiva produziu uma ruptura com o critério da contribuição tripartite, empregado, empresa e Estado.

Em 1974, em meio ao regime militar, a política previdenciária assume maior importância por ser o elo de ligação entre a classe trabalhadora e o Estado, constituindo-se o maior órgão arrecadador da União. Nesse mesmo ano foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), através da Lei nº 6.036 de 05 de maio de 1974, assumindo o controle da Previdência e Assistência Social no país.

Já em 1977, a Lei nº 6.439, de 01 de setembro, instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), orientado, coordenado e controlado

¹⁷ Netto(1998) chama este projeto geral de Modernização Conservadora.

pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS foi estruturado com base na natureza dos serviços prestados e era formado pelas seguintes entidades: INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social), Dataprev (Empresa de processamento de dados da Previdência Social), LBA (Legião Brasileira de Assistência), FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), FACR (Fundação Abrigo Cristo Redentor) e a CEME (Central de Medicamentos). Nesse sentido, as entidades dividem-se em três autarquias, três fundações, uma empresa e uma entidade autônoma.

O INPS ficou apenas com a função de conceder, manter os benefícios e prestar serviços de reabilitação profissional e assistência complementar; o IAPAS, de arrecadar e fiscalizar as contribuições previdenciárias e promover a administração financeira e patrimonial do sistema; o INAMPS, de prestar assistência médica aos segurados e dependentes; a LBA, de prestar assistência social a população carente¹⁸; a FUNABEM, de definir a política nacional de bem-estar do “menor”¹⁹; a FACR, de oferecer atendimento aos idosos e menores abandonados, a Dataprev com a função de processar os dados das atividades do SINPAS; e a CEME, de distribuir medicamentos aos beneficiários da Previdência Social.

As coberturas sociais abrangidas pelo SINPAS na área da Previdência e Assistência Social são comuns aos sistemas adotados pela maioria dos países do mundo. No Brasil, algumas delas remontam a Lei Eloy Chaves, que cobria os riscos de acidente de trabalho, invalidez, morte, velhice e socorros médicos, em caso de doença do trabalhador e de seus familiares.

Contudo, já a partir de meados da década de 1970, identifica-se o agravamento da estabilidade econômica, marcada pela falência do “Milagre Brasileiro” e pelas crises internacionais do petróleo, com conseqüente aceleração do processo inflacionário, explosão da dívida externa, recessão, desemprego e aumento da pobreza. Cenário marcado também pelo aumento da pressão popular para o restabelecimento das liberdades democráticas, com novos sujeitos sociais se expressando no cenário político através da organização sindical e popular.

¹⁸ Nesta época, a população usuária dos serviços da LBA eram denominados “carentes.”

¹⁹ Assim eram chamados, a época, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Nesse período, vivenciamos o processo de “abertura política” com o movimento pelas “Diretas Já”, para presidente da República; a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração da Carta Constitucional, concluída em outubro de 1988.

Percebemos que a extensão da cobertura previdenciária, no Brasil, em sua trajetória histórica, buscava atender aos trabalhadores através das categorias profissionais, principalmente e prioritariamente aqueles que detinham maior organização política e eram vitais à economia brasileira. O governo atendia às reivindicações dos trabalhadores organizados, viabilizando os direitos sociais aceitáveis pelo grupo dirigente do momento e mantendo o papel da dominação política. Isso aponta para uma reflexão em torno dos trabalhadores rurais, que, mesmo sendo maioria da população, não tinham condição salarial, ficando excluídos do sistema estatal previdenciário, até a década de 1970, quando só então foi criado o PRORURAL e FUNRURAL²⁰. A explicação para este fato se deve ao crescimento do processo de organização no campo, a partir da década de 1950 com a criação das Ligas Camponesas e vários sindicatos rurais, crescendo a luta no campo por Reforma Agrária. Neste sentido, também a extensão da previdência ao campo se dá como tentativa de controle dos trabalhadores rurais.

Segundo Araújo (2004, p. 97):

Com o fim do regime militar e o restabelecimento da democracia, foi promulgada a Constituição de 1988, que garantiu os direitos civis, políticos e sociais. Pode-se considerar a Constituição de 1988 como um marco na consolidação dos direitos da seguridade social e do sistema previdenciário brasileiro.

Apesar desta ampliação da Previdência na década de 1960, será somente na década de 1980, conforme Araújo (2004), no contexto de reorganização dos Movimentos Sociais, que se pode falar de um processo de estruturação geral da Seguridade Social no Brasil.

²⁰ Substituiu pela Lei Complementar n.11, de 25 de maio de 1971, o Plano Básico de Previdência Social Rural. O trabalhador não contribuía e tinha direito a aposentadoria por velhice, invalidez, pensão e auxílio funeral, no valor de meio salário-mínimo.

2.3.3. A Contra-Reforma do Estado e seus rebatimentos na Previdência Social Brasileira – da proteção ampla a lógica do mercado

Como foi visto até o momento, a Previdência Social brasileira é a instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados, servindo para substituir a renda do segurado-contribuinte, quando da perda de sua capacidade de trabalho. Organiza-se hoje a partir da seguinte estrutura básica: Ministério da Previdência Social²¹ (MPS), INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), Dataprev (Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social) e os Órgãos Colegiados.

Em 1990, o Decreto nº 99.350, de 27 de junho criou o Instituto Nacional de Seguro Social²² (INSS), mediante a fusão do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social) com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Tal mudança caracteriza, de uma forma explícita, a lógica já analisada, ou seja, substitui-se Previdência Social por Seguro Social e adota-se como marketing na mídia o slogan: “Previdência Social: a seguradora do trabalhador brasileiro”, adotando, portanto, explicitamente a lógica securitária.

O INSS é uma autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS). Tem por finalidade a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais; gerir recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), conceder e manter os benefícios previdenciários. Assim, é uma instituição que executa a política previdenciária, arrecadando-a, fiscalizando-a e pagando os benefícios.

Entre os vários órgãos descentralizados, destacam-se as Gerências Executivas, num total de cem, que têm por finalidade promover a operação integrada do INSS, a autonomização da estrutura da prestação de serviços a sociedade e a defesa dos interesses da instituição, judicial e extrajudicialmente.

²¹ O MPS é o órgão da administração Federal responsável pela elaboração e gestão das políticas previdenciárias. Vinculado ao MPS estão o INSS, a Dataprev e cinco Órgãos Colegiados.

²² Atualmente, o INSS é uma Diretoria Colegiada: com a Procuradoria Geral, a Diretoria de Administração, o Diretor Presidente, a Diretoria de Arrecadação e a Diretoria de Benefício. Sintetizando, está organizado sob a forma de uma diretoria colegiada, com áreas técnicas e administrativas, bem como com unidades e órgãos descentralizados.

Com a proposta de Reforma da Previdência Social, que será analisada posteriormente, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ocorreu um redimensionamento institucional na qual foi eliminada a existência de Superintendências por Estados da Federação. Criaram-se as gerências-executivas, de forma que os Estados que possuem mais de duas gerências-executivas passam a ter também, em sua estrutura, uma superintendência.

O Estado do Rio Grande do Norte que tem uma Superintendência conta, hoje, com duas Gerências Executivas²³: a Gerência Executiva de Mossoró, que abrange a Região Oeste até a cidade de Mossoró; e a Gerência Executiva de Natal, que abrange a Faixa Litorânea até a cidade de Currais Novos. Cada uma destas Gerência Executiva possui Agências vinculadas a ela. A Gerência Executiva Natal (GEXNATAL) possui nove Agências da Previdência Social (APS), são elas: Currais Novos, João Câmara, Parnamirim, Santa Cruz, Santo Antônio, Natal-Sul, Natal-Nazaré, Natal-Ribeira e Natal-Centro.

Constatamos que o setor tem sido alvo de mudanças que enfatizam os aspectos administrativos. No caso específico do INSS houve uma mudança no organograma da instituição, na busca pela simetria e afinidades funcionais. Representando, assim, a reestruturação do Estado já discutida anteriormente, no qual se prioriza o enxugamento da máquina pública, dando ênfase e incentivo aos setores modernos da economia.

O discurso de reestruturação do Estado começa a ser discutido a partir de meados de 1980 num contexto de crise fiscal. A crise brasileira dos anos 1980 e 1990 repercutem sobremaneira na Seguridade Social, quando ocorre uma redução na arrecadação mediante um elevado índice de sonegação, e um aumento na demanda por benefícios e serviços.

Para Mota (2000, p.118-119)

[...], as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado são objetivadas em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são: os mecanismos de privatização e as pressões do empresariado e da burocracia estatal no campo dos direitos sociais, como condição para operar reformas nas políticas da seguridade social.

²³ As duas Gerências-Executivas do Rio Grande do Norte pertencem a Gerência Regional do INSS – Recife-PE. Essa Gerência Regional é composta pelas Gerências que estão nos estados: Alagoas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Observa-se que fatores como problemas na alocação de recursos são causadas pois a verba orçamentária que deveria ser destinada para a Previdência Social é desviada para outras finalidades. Junta-se a isto um alto índice de evasão fiscal, sonegação e fraudes, que terminam por culminar numa Previdência Social deficitária e ineficaz. Tais elementos vão conduzir o discurso governamental quanto a uma preocupação e importância em promover uma reforma previdenciária.

Sob a imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o país reajusta sua estrutura como condição de participação no processo econômico global, cumprindo medidas de estabilização da moeda, realizando reformas administrativas e previdenciária, retomando investimentos estrangeiros, quebrando monopólios estatais e flexibilizando as relações de trabalho.

O modelo político é de favorecimento do mercado e de redução do Estado. Exige-se que o Estado reduza sua atuação na área social, redimensionando sua ação e passando a se ausentar de suas responsabilidades no enfrentamento da questão social.

Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do enxugamento do Estado em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera da prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse de coletividade (IAMAMOTO, 2001a, p. 20).

Neste sentido, o Brasil não ficou imune às forças do mercado, tendo em vista que, já no governo do presidente José Sarney (1985-1990), empreendeu-se reformas econômicas, adotando como principal medida da política governamental o controle da inflação, através do Plano Cruzado que se mostrou ineficaz.

Esse plano foi lançado em março de 1986 pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Fez uma reforma monetária: cortou três zeros do Cruzeiro e substituiu-o por uma nova moeda, o Cruzado. Congelou os preços por um ano e também os salários, pelo valor médio dos últimos seis meses acrescido de um abono de 8% (oito por cento). Previu, ainda, o chamado "gatilho salarial". Todas as vezes que a inflação atingisse ou ultrapassasse 20% (vinte por cento), os assalariados teriam um reajuste automático no mesmo valor, mais as diferenças negociadas nos dissídios das diferentes categorias. O Plano Cruzado extinguiu a correção monetária e criou o

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para corrigir a poupança e as aplicações financeiras superiores a um ano.

Também no governo Sarney, temos uma tentativa de Contra-Reforma da Previdência visando eliminar o piso de um salário mínimo para os benefícios da Previdência, com o objetivo de aumentar a arrecadação. Contudo, tal medida foi impedida pela pressão e reivindicação popular.

Assim, as primeiras investidas de Contra-Reformas previdenciárias que terão êxito, só ocorrem nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), continua, mesmo que timidamente, com Itamar Franco (1993-1994), consolidando-se nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-atual). Apregoa-se que o Regime de Previdência do Servidor Público Federal é o responsável pelo déficit da Previdência Social, e que é necessária a criação de um regime único que absorva os dois regimes (Regime de Previdência do Servidor Público Federal e o Regime Geral da Previdência Social) como salvação financeira do sistema.

Desta forma, em meados dos anos 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, o Brasil inicia um processo de Reformas²⁴ na ótica do neoliberalismo²⁵. Essas Reformas são orientadas para o mercado, dando partida a uma política de estabilização da moeda e de privatização. A Previdência Pública nesse contexto, seria apenas mínima e básica. Isso se constituiu como uma das exigências para que o Brasil acompanhasse a nova ordem econômica globalizada.

Nessa mesma época, surgiu uma proposta de Reforma da Previdência Social, chamada de Projeto Rossi, nome do presidente do INSS a época. Este projeto tinha como principal característica a transferência para o setor privado das faixas salariais acima de cinco salários mínimos, bem como do seguro-acidente para âmbito privado.

²⁴ Não estamos utilizando a expressão Contra devido estarmos apresentando a idéia do Estado brasileiro. Então, quando esta expressão não aparecer é porque estamos utilizando o discurso do governo.

²⁵ Nasceu na Europa, logo após a II Guerra Mundial. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social. No final da década de 1970 na Inglaterra, no governo Thatcher, temos o primeiro país de capitalismo avançado a, publicamente, por em prática o programa neoliberal. Esse é um novo modelo de acumulação que inclui a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista, aprofunda a separação público-privado e a legitimação do Estado se reduz a ampliação do assistencialismo. Todo este processo se ancora no discurso de modernização das relações trabalhistas e da necessidade de adaptar o país as novas regras do mercado (Ver a este respeito, Anderson, 1995).

Este projeto²⁶ objetivava, portanto, transferir para o setor privado as faixas salariais mais rentáveis, ficando a Previdência Social Pública restrita a uma previdência básica. Sendo assim, a Reforma se justificava pela leitura de que a Previdência Pública enfrentaria uma crise de grandes proporções que causaria um colapso no sistema. A Reforma, por sua vez, segundo o discurso oficial, garantiria o cumprimento dos compromissos com os benefícios.

As Reformas continuaram depois que Fernando Henrique Cardoso se tornou Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, em 1993, tendo utilizado a instituição do Plano Real como carro chefe de sua campanha para à Presidência da República. Eleito presidente, ao tomar posse em 1º de janeiro de 1995, seu primeiro ato no governo foi a Medida Provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995, que inaugurou a sua meta principal: a Reforma do Estado.

A Contra-Reforma do Estado brasileiro está ancorada no argumento da crise, que veio se tornando hegemônica a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. O discurso do governo afirmava a necessidade da Reforma do Estado e da Reforma da Previdência. A crise do Estado é apresentada como de caráter fiscal, resultado da intervenção na regulação dos setores econômico e social, portanto, afirma-se ser necessária a reestruturação/enxugamento do próprio aparelho administrativo.

A sua pauta de Reforma do Estado incluía a privatização de empresas públicas lucrativas e não lucrativas, redução do aparato burocrático, liberalização do comércio externo, Reforma Administrativa, Reforma Tributária e Reforma da Previdência Social.

No ano de 1995, o país engendra uma política de reformas na Constituição sustentada em três eixos: a maior abertura possível da economia aos capitais internacionais, inclusive eliminando os monopólios estatais; privatização do patrimônio público e redução dos direitos sociais com a desregulamentação das leis trabalhistas. O modelo político, como já assinalamos, era o de maior favorecimento do mercado e de redução do Estado, priorizando os que vivem da especulação em detrimento dos que vivem do trabalho.

²⁶ Este projeto não se efetivou, em função da pressão e organização popular.

Assim, todos os setores e políticas públicas de prestação de serviços foram afetados, em nome do ajuste do país à nova lógica capitalista que se expressa no corte dos gastos públicos com o social.

O projeto de reforma previdenciária, iniciado no governo Collor e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso, apresentou, como característica principal, a proposta de transferência para o setor privado das faixas salariais mais altas – acima de cinco salários mínimos, bem como o seguro acidente, ficando a Previdência Pública restrita a uma previdência básica.

Os vetos a alguns itens mais radicais do projeto de reforma por parte de parlamentares comprometidos com os trabalhadores, e os protestos de representações classistas, sem dúvida, atenuaram alguns propósitos destrutivos. Contudo, apesar de terem sido divulgados pela imprensa, não houve uma ressonância na sociedade capaz de provocar uma mobilização significativa das classes trabalhadoras, tal como ocorreu durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Vemos que é no governo de Fernando Henrique Cardoso que a reforma da Previdência começou a ganhar força mediante uma política neoliberal que procura cada vez mais diminuir a participação do Estado no âmbito social. Parte-se para uma política que defende a necessidade de reformas estruturais que integrem o Brasil a nova ordem econômica mundial globalizada, exigindo uma ampla abertura da economia e desregulamentação do mercado de câmbio e capitais, favorecendo as importações e a entrada do capital estrangeiro.

Especificamente quanto à Previdência Social, as autarquias públicas assumem um modelo flexibilizado, com amplo emprego de mão-de-obra precária e terceirizada, além de imprimirem uma nova metodologia de controle de qualidade com fixação de contratos de gestão, intensificação do ritmo produtivo, desregulamentação, redução do quadro de pessoal, adotando o modelo utilizado nos países desenvolvidos e no âmbito industrial.

Neste sentido, em 15 de dezembro de 1998 é editada a Emenda Constitucional nº 20 que trouxe significativas mudanças à Seguridade, modificando regras previdenciárias dos servidores públicos, determinando destinação específica a Previdência e Assistência Social da arrecadação pelo INSS com as contribuições. Por ela se aprofunda uma verdadeira mini-reforma intraconstitucional, retirando direitos e estabelecendo consideráveis perdas na proteção ao trabalho. Já em 1999,

foi editado o Decreto nº 3.048, Regulamento da Previdência Social, que reúne normas sobre o custeio da Previdência Social e as prestações previdenciárias.

Segundo Araújo (2004, p. 199-200):

[...], o pacote de reformas trouxe um grande impacto. A reforma administrativa e a da previdência social foram agendadas como uma prioridade do Governo. Com modificações significativas no conteúdo original, a da previdência, se não atendeu aos interesses dos trabalhadores, também não saiu conforme os neoliberais planejaram. Foi concretizada com a promulgação da Emenda Constitucional n.20. Essa é reconhecidamente uma reforma difícil com a extinção de direitos adquiridos muito embora fatores gerenciais, estruturais e conjunturais, como a desaceleração do crescimento, mudança nos padrões de longevidade, repercussão no aumento das despesas, imponham a necessidade de alguns ajustes e de severas medidas de controle.

A necessidade da Reforma Previdenciária fez parte de um amplo leque de mudanças na forma de como o Estado deveria atuar e intervir, daí a necessidade de promover-se uma Reforma do Estado que redirecionava suas funções públicas, retirando-o do papel de promotor do desenvolvimento e gestor das políticas sociais.

Neste sentido, houve a intensificação da redução dos postos de trabalho e o aumento da desigualdade. Esses fatos caracterizam a crise brasileira que está inserida numa crise mais global do capitalismo, que repercute diretamente na Seguridade Social com a redução em sua base arrecadadora. A Previdência sofreu inicialmente uma redefinição na sua estrutura organizacional e uma redução na amplitude da legislação previdenciária. Verifica-se que a instituição INSS não recebe recursos suficientes para desenvolver suas atividades, apresentando deficiência na sua infra-estrutura e em seu quadro técnico.

Portanto, a reforma previdenciária instaurada se constituiu essencialmente como resposta a mais uma crise cíclica do capital. As modificações nos direitos dos trabalhadores brasileiros tornaram-se um problema de grande relevância para a sociedade, pois suprimiu algumas conquistas da Constituição de 1988 e outras auferidas pela luta dos trabalhadores no passado.

Segundo Behring (2003, p.259):

A Previdência Social foi palco de experimentação da chamada reforma gerencial do Estado, rompendo com a administração burocrática. Nesse sentido, foram criadas as agências

transformadas, nas quais o trabalho é conduzido tendo em vista a produtividade, em torno do acesso dos usuários, conforme os direitos assegurados após a Emenda Constitucional nº20 e a Lei nº 9.876, de 1999 [...]. Esta dinâmica institucional/tecnocrática extinguiu projetos encaminhados anteriormente, a exemplo dos que eram conduzidos pelos Serviço Social, e criou novos, como o Programa de Estabilidade Social, mais uma vez de cunho fiscal, ou seja, com o objetivo de atrair os trabalhadores autônomos, no sentido de ampliar a base contributiva da Previdência. Em reunião realizada em 17/12/2001, pelo CFESS, os assistentes sociais do INSS, que desencadearam uma forte luta em torno da continuidade de programas que asseguravam a socialização de informações aos usuários da Previdência e desenvolviam trabalhos específicos voltados para os trabalhadores rurais, dentre outros, denunciaram que hoje encontram-se a mercê da disposição das gerências para realizar um trabalho voltado para a cidadania. Mas a pressão é pela diminuição de custos, dentro de uma lógica fiscal, que tem uma repercussão institucional. O critério para aferir a eficiência não é o da cidadania.

Assim, ao longo dos anos 1980 e 1990, os diferentes governos, respondendo a uma demanda específica do capitalismo na sua fase de reestruturação, conseguem criar um consenso social em torno da crise e da necessidade da Reforma do Estado e da Previdência. Desta forma, estruturou-se e tornou-se hegemônico um discurso favorável a reforma da Previdência Social no Brasil.

O governo alega vários motivos para a necessidade da reforma previdenciária, eis alguns, a seguir:

a) O déficit previdenciário. O governo alega que há muito tempo a previdência gasta mais que arrecada. Ou seja, o dinheiro que sai com o pagamento dos benefícios (despesas) é maior do que o dinheiro que entra através da arrecadação (receita). As causas para este desequilíbrio são atribuídas à sonegação, à “privilégios” de algumas categorias profissionais (os servidores públicos são o alvo privilegiado deste ataque), ao crescimento da expectativa de vida, dentre outros.

Na verdade, a arrecadação previdenciária previa tríplice contribuição: Estado, empregadores e empregados. Porém, a União sempre foi omissa com a Previdência Social, pois além de não contribuir, retira recursos do Fundo Previdenciário. Além disso, o Tesouro Nacional retém as receitas decorrentes das contribuições sobre o lucro e o faturamento das empresas e não repassa para o Fundo de Seguridade Social.

Soares (2002, p.3-4) destaca que

Esta afirmação esconde a verdadeira natureza da crise fiscal do Estado, abraçando a tese de que as dificuldades das instituições ligadas ao bem-estar – principalmente a Previdência – são as causadoras da crise econômica (a verdade é exatamente o oposto). Soma-se a esse diagnóstico a “descoberta” de uma solução: os fundos de pensão alimentarão o mercado de capitais e promoverão o crescimento.

O discurso oficial, questiona também, a aposentadoria do trabalhador rural, sob o argumento de que contribui pouco, apenas um décimo do que realmente custa aos cofres públicos, cabendo aos trabalhadores urbanos financiar estas aposentadorias.

O governo sempre confiscou contribuições destinadas à Seguridade em nome do equilíbrio financeiro. Em 1994, criou o Fundo Social de Emergência, atualmente conhecido como Fundo de Estabilidade Fiscal, o qual permite que 20% (vinte por cento) de todos os impostos e contribuições sociais sejam gastos livremente, independentemente de sua vinculação. Em 1999, houve uma reformulação na proposta orçamentária, e um aumento de 9,3% (nove vírgula três por cento) nas receitas relativas as contribuições sociais, enquanto as despesas contêm um incremento de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), onde constatamos que há um aumento de recursos para despesas com juros, encargos e amortizações da dívida pública da ordem de 52,35% (cinquenta e dois vírgula trinta e cinco por cento).

b) A relação ativo/inativo é desigual. O elevado coeficiente de dependência que oficialmente é 2:1 (dois para um), faz com que exista uma desigualdade quantitativa na relação beneficiado-contribuinte. Dito de outra forma, há mais pessoas recebendo benefícios do que pessoas contribuindo. Este quadro se agrava com o crescimento do desemprego e do mercado informal que, normalmente, não contribuem para a Previdência. Este é um outro motivo que, segundo o governo contribui para a existência da crise previdenciária.

c) A excessiva carga de contribuição social das empresas. Ainda, segundo o governo, é excessiva a carga de contribuições sociais das empresas, pois estas elevam o custo do produto e comprometem a competitividade brasileira no mercado globalizado. Assim, é necessário flexibilizar os direitos dos trabalhadores que representam ônus para as empresas.

Com base nestes argumentos, o governo construiu um discurso que tornava necessário e imprescindível restringir os direitos dos trabalhadores. Atualmente podemos constatar que o salário-família e o auxílio-reclusão estão sendo pagos estritamente aos dependentes de baixa renda. Há uma proposta de aumento dos valores das contribuições previdenciárias como forma de manter o equilíbrio financeiro. O seguro de acidente de trabalho passa a ser praticado pela iniciativa privada e concorre com o regime público.

Tem-se, portanto, que a reforma previdenciária feriu o conceito de Seguridade Social, enquanto política universal capaz de garantir a ampla proteção social. Após a Contra-Reforma, ela se caracteriza cada vez mais, como seguro social para quem possa pagar e não mais como garantia do Estado, retirando seu caráter público e universal, transformando-a em um seguro individual.

Permanece, no Governo Lula, a Reforma da Previdência Social, como um tema sendo debatido desde a posse do atual governo, em janeiro de 2003. Desta vez, o alvo prioritário é o servidor público. Permanece o mesmo discurso do governo anterior sobre a inviabilidade financeira da Previdência Social, tendo também um forte apelo de cunho “moralista,” ao colocar os servidores públicos como privilegiados, provocando e incentivando a cisão entre os trabalhadores do setor público e privado.

A proposta do Governo Lula está voltada para a redução dos valores das aposentadorias, proporcionando um corte gradativo de acordo com a faixa salarial no setor público para cobrir, segundo o governo, o rombo de R\$ 53 bilhões na Previdência Social.

Assim, com as medidas propostas para a Reforma da Previdência, o governo afirma almejar corrigir as distorções do modelo vigente. Com isso, pretende-se uma equidade entre os regimes da Previdência Social, flexibilidade para a política de recursos humanos, adequação ao novo perfil demográfico brasileiro, melhoria dos resultados fiscais e, sobretudo, a garantia de que as obrigações decorrentes das previsões constitucionais serão, efetivamente, cumpridas. Objetiva-se, em relação ao direito do servidor público, a garantia da sua aposentadoria digna e de forma sustentável, sem privar o restante da sociedade dos recursos necessários para o crescimento e desenvolvimento do país.

Na verdade, a imagem da Previdência Social foi sendo, ao longo dos anos, devastada pelos governos que “se empenham” em acentuar as fraquezas e

ineficiências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse órgão encarregado de aplicar a política previdenciária, se encontra em situação crítica em virtude, de ingerências que vêm se sucedendo ao longo dos anos. Além disso, vive-se uma redução no número de contribuintes/filiados que, muitas vezes, encontram-se no mercado informal ou desempregados.

A mídia divulgou ataques simplistas e superficiais contra a previdência dos servidores públicos. Ou seja, há uma campanha de desvalorização do servidor público e a construção de uma imagem que transforma direitos em privilégios.

Segundo o MPS, as mudanças ocasionadas pela reforma da previdência do atual governo farão com que a sociedade brasileira tenha a oportunidade de reduzir a desigualdade social e retomar o crescimento econômico. Porém, o que se vê é que o debate previdenciário, na atualidade, está se colocando apenas em termos fiscais e atendendo à interesses financeiros e privatistas. Nesse sentido, nos questionamos se as propostas de privatização da previdência pública estariam claras ao entendimento da sociedade. O que se percebe é a maioria das pessoas alheias a essa discussão, como se tais mudanças não lhes afetasse significativamente. Os que se insurgem contra a reforma são acusados de corporativistas ou de estarem preocupados em manter os seus “privilégios.”

Na segunda etapa da Contra-Reforma previdenciária, consolidada através da Emenda Constitucional nº 41, em dezembro de 2003, as mudanças aprovadas caracterizavam-se também pelo corte de direitos. Como por exemplo, a implantação da aposentadoria por contribuição atrelada à idade, a contribuição previdenciária dos aposentados do setor público e a não equiparação salarial entre ativo e inativo. Houve resistência por parte dos trabalhadores, principalmente servidores públicos, onde através de negociação em torno da aprovação da Emenda 41, foi apresentada outra Proposta de Emenda Constitucional – PEC77/ 03, a chamada PEC Paralela, que foi aprovada em julho de 2005 pela Câmara, transformando-se na Emenda Constitucional nº 47. A proposta é amenizar alguns aspectos da Contra-Reforma da Previdência dos servidores, especialmente em relação à transição, ao subteto, à paridade e à contribuição dos aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante.

O contexto político do reordenamento da Previdência, sob a regência das propostas neoliberais oferecem inúmeras dificuldades com relação à garantia dos direitos universais para os usuários da Previdência, pois essas reformas implementam restrições de acesso a esses direitos.

Desse modo, as reformas da Previdência Social simbolizam a destituição dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988 e o desmonte de um sistema já precário de políticas sociais públicas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as supracitadas reformas estão fundamentadas no repasse de parte dos fundos públicos para a área privada, retendo na esfera pública apenas programas voltados para os grupos mais vulneráveis, ao atender estritamente necessidades básicas. Assim, a Previdência torna-se uma política social focalista e excludente, contrariando o princípio de universalização prescrito na Constituição Federal Brasileira.

O enxugamento da Previdência passa por restrições de benefícios, supressão de aposentadorias por tempo de serviço, revisão de aposentadorias especiais, privatização dos acidentes de trabalho, bem como o fortalecimento do sistema privado de capitalização. Tais medidas trazem custos sociais imensos para a maioria da população.

Para Soares (2002, p. 85-86):

[...], a Previdência (ainda) representa uma poderosa política social para amplos e desfavorecidos setores no Brasil. Em inúmeras cidades de pequeno e médio porte, os benefícios previdenciários, sobretudo as aposentadorias, se constituem hoje na única e/ou principal fonte de renda das famílias de baixa renda.

Como se vê as Contra-Reformas da Previdência buscaram atender a nova ordem capitalista em que se busca o financiamento através do estímulo à captação interna de recursos para retomar o desenvolvimento econômico. E que isto implica em um desfavorecimento na proteção aos trabalhadores, que têm cada vez mais precarizada e complexa as suas relações de trabalho e ainda enfrentam a redução dos seus postos.

Percebe-se que há um estímulo por parte do Estado ao capital financeiro em arcar com planos de Previdência Social Privada que, cada vez mais, ganham espaço no cenário nacional e chama a atenção daqueles que podem contribuir, porque vêm neste sistema uma forma de complementar a sua aposentadoria.

Concordamos que realmente há necessidade de que se faça uma reforma na previdência, revendo seus meios e fins, bem como se busque formas de combater essa (im)previdência política que compromete a Previdência Social e a torna inoperante na prestação de seus serviços e benefícios.

Entretanto, a referida Contra-Reforma por si só não demonstra ser suficiente para superar a problemática que a envolve, requerendo ações e políticas que alterem e/ou superem as questões estruturais determinantes da supracitada problemática, que está relacionada, essencialmente, com os interesses político-econômicos do sistema capitalista de produção.

Vemos que a Previdência como política pública assume no Estado um perfil de seletividade como outras políticas. Atrelando direitos como decorrentes do exercício de um trabalho assalariado, não cumpre o seu papel de proteção social com caráter universal e se contrapõe aos princípios básicos da Seguridade Social, que garante uma cobertura bem mais ampla. Reduz, pois, sua função social de redistribuição de renda, a sociedade salarial.

Neste sentido, todas estas Contra-Reformas realizadas na Previdência, além de restringirem benefícios e serviços prestados aos trabalhadores/as não possibilitaram alcançar um nível de excelência no atendimento aos usuários. É um sistema no qual nem todos têm direitos pois, na verdade, aqueles que constituem a grande massa trabalhadora estão no mercado informal e têm rendimentos tão baixos que seria insuficiente para que contribuíssem com a Previdência Social. Ao mesmo tempo, aqueles que não contribuem só poderão ter acesso a algum benefício assistencial após comprovada sua incapacidade para o trabalho ou na aposentadoria, que se tornou cada vez mais tarde.

3 O ASSISTENTE SOCIAL NO INSS E AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, sofre as influências, determinações e limitações colocadas pela conjuntura mundial e brasileira adversa que enfrentamos no momento e que apresentamos no capítulo anterior. Neste sentido, a conjuntura traz novas atribuições, competências e demandas para os assistentes sociais. Segundo Mota e Amaral (2006, p. 25) demandas são:

requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira teleologia dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam.

Assim, a profissão se transforma, ao se transformar a dinâmica das relações Estado-Sociedade. Diante desse cenário, vemos o surgimento de novas exigências para o Assistente Social que, diante de tal contexto, é submetido a trabalhar com políticas focalistas discriminatórias, fragmentadas e que, conseqüentemente, acabam destruindo os direitos previstos na Constituição de 1988, que trata da universalização dos direitos sociais.

Ora, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob forma de serviços que tem produtos e interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sócio-política ou ideopolítica dos indivíduos sociais.

Nesse contexto, entendemos que o trabalho do Assistente Social pode ser compreendido como uma especialização requerida pela crescente divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista. Desta forma, compreendemos trabalho como

atividade racional orientada para um fim, a produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. É originalmente metabolismo entre o homem e a natureza, da qual se apropria para satisfação das necessidades humanas. A natureza é o terreno dos valores de usos sociais ou a produção de valores de uso em forma de natureza produzida, isto é, construída e modificada pela ação humana. O trabalho concreto, formador de valores de uso, é condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade. É atividade

existencial do homem, sua atividade livre e consciente (IAMAMOTO, 2001b, p. 40).

No entanto, o trabalho do Assistente Social depende, segundo Iamamoto (2001a, p. 23), das

reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade.

Frente a essas novas exigências colocadas pela realidade, o Assistente Social é chamado a se capacitar e, neste sentido, deve estar apto a: atuar em equipes interdisciplinares; em programas de qualidade total; elaborar e realizar pesquisas; reciclar seu instrumental técnico; elaborar planejamento (planos, programas, projetos); aprofundar estudos sobre as áreas de atuação e temas do cotidiano profissional, entre outros. O profissional hoje tem que estar capacitado para atender as antigas e novas atribuições colocadas para o assistente social, exigindo-se ainda que seja um técnico versado em computação, capaz de acessar as redes de comunicação on-line, com domínio fluente em inglês, dentre outras questões.

Para a efetivação do seu trabalho, o Assistente Social possui somente uma relativa autonomia, pois não detém todos os meios necessários para a realização do seu trabalho, como os meios financeiros, técnicos e humanos, essenciais ao exercício profissional autônomo. Esse profissional é dependente da organização empregadora, que organiza o produto do trabalho do qual faz parte, como trabalhador coletivo, “livre” e assalariado. Ou seja, o produto do trabalho no qual se insere o produto de trabalho do Assistente Social, depende das características particulares dos processos de trabalhos mais gerais nos quais se inserem. Disso resulta que, nem todos os processos de trabalho desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício da profissão. (IAMAMOTO, 2001a).

A prática do Assistente Social deve ser sempre na perspectiva de superar não só os entraves burocráticos, mas também a prática funcionalista e conservadora, avançando diariamente numa nova maneira de intervenção, fazendo uma sintonia

entre competência técnica e política, na qual se confirme o papel do usuário cidadão:

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o "tempo presente, os homens presentes, a vida presente" e nela atuar contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2001a, p. 98).

Diante dos fatos que foram expostos, podemos perceber alguns desafios colocados para a profissão na atualidade: a grande fragmentação da sociedade e a terceirização; a transferência de responsabilidades que eram do Estado para a sociedade civil; a filantropia empresarial; a responsabilização do indivíduo por sua vida precária; fundos públicos sendo transformados em fundos privados, dentre outros. Dessa forma, os profissionais de Serviço Social, diante de tais desafios, podem encontrar espaços para superar essas barreiras através da defesa dos direitos sociais, esclarecendo os usuários acerca do contexto sócio-econômico e político onde estão inseridos, socializando informações e construindo, juntamente com os trabalhadores, caminhos que possam promover mudanças na vida desses indivíduos, na busca pela ampliação dos direitos sociais. Ou seja, na contra-mão das propostas neoliberais de enxugamento da máquina estatal e de retração/precarização dos serviços sociais públicos.

No Brasil, a Contra-Reforma do Estado e da Previdência, em particular, teve um rebatimento significativo para os Assistentes Sociais do INSS: a) ocorreu uma redução no quadro de pessoal e não houve a recomposição através de concurso público, apesar da demanda institucional; b) houve uma redução do campo de atuação do Serviço Social; c) houve rebaixamento da instrumentalidade de ação; d) cresceu o controle interno e a precariedade do trabalho.

É importante colocar que os Assistentes Sociais na Previdência têm sua trajetória marcada em conformidade com o movimento da política previdenciária, que é determinada pela dinâmica dada pela conjuntura, de acordo com as correlações de forças que se estabelecem em cada período histórico.

Então, entender os diferentes processos de trabalho em que os Assistentes Sociais do INSS estiveram inseridos, desde a sua implantação em 1944, é

fundamental para a análise que pretendemos realizar neste trabalho. Esta compreensão passa, necessariamente, pela contextualização histórica brasileira, buscando entender as particularidades, desafios e limites do exercício profissional do Assistente Social ao atuar na política previdenciária nessa instituição.

Dentro dessa perspectiva, nos reportaremos aos diferentes momentos da existência do Serviço Social na Previdência Social brasileira, marcados por diversas respostas da profissão, em vários contextos históricos.

A década de 1940 foi um período no qual temos o surgimento em nosso país dos primeiros acordos nas áreas financeiras e culturais. Desta forma, podemos entender que o Serviço Social nesta década passa a ser influenciado por conteúdos do Serviço Social americano baseados no funcionalismo, que vêm se juntar ao neotomismo.

Nesse período, o avanço da industrialização e da urbanização desencadearam um crescente aumento na pobreza e isso fez com que o Estado brasileiro passasse a incorporar e regulamentar juridicamente a questão social. Isso requeria formas de intervenção profissional mais abrangentes, o que altera, a “clientela” do Serviço Social que passa de pequenos segmentos da população pobre, ocasionalmente atendidos, para amplos setores do proletariado, alvo principal das instituições assistenciais implementadas. Percebemos que, nessa época, tivemos a criação de outras grandes instituições, como a LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SESI (Serviço Social da Indústria), em 1946 (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998).

Parte dos profissionais, ao serem admitidos no mercado de trabalho nessas instituições assistenciais e previdenciárias, passaram a ser trabalhadores a serviço do Estado, para responderem as pressões das novas forças sociais urbanas.

Como já assinalamos, a participação do Serviço Social nas políticas de Previdência Social remonta a expansão dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), na década de 1940. Mas é no período pós 1964 que o Serviço Social tem seu espaço de atuação ampliado a partir dos reordenamentos na Previdência Social Pública promovidos pelo governo ditatorial²⁷. Vejamos um pouco desta história.

²⁷ Acerca da ampliação dos espaços de atuação e modernização do Serviço Social no Pós-1964, ver, especialmente Netto (1998).

3.1. SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS: o serviço social e a reabilitação profissional

Nos dois itens a seguir falaremos sobre o Serviço Social e a Reabilitação profissional.

3.1.1. O Serviço Social e o esclarecimento dos direitos sociais dos usuários

O Serviço Social na Previdência Social foi implantado através da Portaria nº 52, de 06 de setembro de 1944 do Conselho Nacional do Trabalho, na fase de expansão previdenciária dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Assim, o ingresso formal do Serviço Social na Previdência Social se dá em função da necessidade institucional de exercer o controle normativo sobre os trabalhadores, legitimando o poder institucional através do cumprimento de suas exigências burocráticas.

Em 1960, com a Lei Orgânica da Previdência Social - Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, o Serviço Social passa a integrar o rol de serviços da Previdência Social, tomando a denominação de assistência complementar.

No período da unificação dos IAPs, em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) até a criação do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), em 1977, deu-se a legitimação do Serviço Social, com atuação ampla nos diversos espaços institucionais: planejamento, supervisão e execução.

Já em 1972, o antigo INPS aprovou o Plano Básico de Ação do Serviço Social na Previdência, caracterizando-o como atividade fim.

Em 1973, os atos normativos oficiais Regulamento Geral da Previdência Social (Decreto nº 72.771, de 1973 e o Ato Normativo nº 44, de 1969) apontavam como objetivos do trabalho do Assistente Social:

ajudar os beneficiários a resolverem as dificuldades próprias, ou de seu grupo familiar, em suas relações com os serviços oferecidos pela instituição, buscando promover melhoria de condições de vida e conseqüente integração social (PEREIRA, 1976, p. 298).

Nesta ótica, foi implantado o Plano Básico de Ação (PBA), em 1978, influenciado pelo modelo psicossocial e pela matriz funcionalista, com ênfase no projeto desenvolvimentista. O trabalho do Serviço Social era desenvolvido nos Centros Sociais, comunidade, Centros de Reabilitação, Seções de Serviço Social de Servidor e Seções de Serviço Social, atreladas aos hospitais e ambulatórios de saúde.

É neste contexto histórico que os Assistentes Sociais buscaram, coletivamente, realizar uma análise crítica da atuação do Serviço Social e discutir possibilidades de elaborar respostas profissionais que transparecessem o compromisso com a previdência pública, redistributiva, de qualidade e com a participação dos trabalhadores²⁸.

Todavia, a solicitação ao Serviço Social, consoante com a proposta institucional, era de atendimento à população, ao nível de recepção, fazendo a “porta de entrada” do então posto de benefícios.

A nova imposição institucional exigiu um posicionamento coletivo contrário por parte dos Assistentes Sociais, que, isoladamente, já questionavam e apontavam a necessidade de redefinir as ações profissionais, até então, baseadas na visão psicossocial, na vertente funcionalista, numa visão acrítica e fragmentada da realidade.

No período de 1978 até 1991, o Serviço Social no INSS, tinha uma matriz teórica de caráter funcionalista. Só em 1991, com a Lei nº 8.213, que regulamenta os Planos de Benefícios da Previdência Social, a competência do Serviço Social é redefinida para o campo do esclarecimento dos direitos sociais. E em 1995, a nova Matriz teórica-metodológica é reconhecida pelo INSS, cujas bases estão estruturadas no código de ética do Serviço Social aprovado em 1993. Os conjuntos destas propostas levaram o Serviço Social do INSS a assumir uma prática fundamentada na concepção histórico-dialética, no sentido de contribuir para ampliação do acesso dos usuários aos direitos sociais.

Na década de 1980, alguns profissionais problematizaram o trabalho profissional no INSS, tanto a partir da academia como de outras ações: face à maior aproximação de alguns profissionais com a universidade, fóruns de discussão da categoria e dos movimentos sociais, onde os profissionais buscaram transformar

²⁸ Acerca do processo de renovação do Serviço Social e dos caminhos tomados pela profissão no pós-1964, no Brasil, ver Netto, 1998.

suas inquietações e insatisfações em compromisso com uma Previdência Social pública e redistributiva.

A nova proposta de atuação do Serviço Social no INSS consubstanciada na Matriz, adota a concepção de Previdência Social como política pública de proteção social, com caráter universal e redistributiva e com a participação e controle social dos trabalhadores.

Eis a reflexão da Assistente Social entrevistada no que diz respeito à Matriz:

[...] o que eu posso dizer, que após assim, uns 20 anos de muito trabalho e muita, como é que eu quero dizer, eu acho assim tempo áureo pra mim foi quando a gente conseguiu oficializar a nossa orientação, né de trabalho. Vamos dizer assim, na perspectiva de uma visão crítica, porque é essa história, quando eu entrei em o 72, quê que a gente tinha? Uma ação funcionalista, porque era o que o Serviço Social preconizava né? então não podia ser diferente, só que a gente não ficou, assim... não se deteve nisso aí, a gente tentou acompanhar, fazer todo um trabalho reflexivo, levava pessoas, até porque a nossa chefe lá, ela também era aqui do departamento, ela proporcionava muitos estudos, né, Maria da Paz. Então ela levou (trecho inaudível) trouxe Alba Carvalho, levou muita gente que diz porque (trecho inaudível) essa prática, né pra chegar o que a gente pretendia, né? Tanto a sociedade como a profissão num é? E graças a Deus a gente conseguiu assim, depois de muitos anos, de muito relatório, de muita coisa, oficializar porque não sei como é hoje, sinceramente porque né? Num to lá, mas a gente deixou, como é que eu quero dizer, a própria instituição oficializou essa orientação metodológica numa perspectiva, dialética... (VESTA²⁹, informação verbal)³⁰.

Vemos então, que a Matriz resgata a importância da adoção de concepções e de conceitos que tenham por norte a ampliação dos direitos, tendo clareza da direção social dada ao trabalho profissional e ressalta também o caráter contraditório do Serviço Social na relação social de produção, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Busca-se o fazer profissional comprometido com conceitos fundamentais delineados no Código de Ética de 1993, trabalhando para o fortalecimento do coletivo e no estabelecimento de estratégias de ação que transpareçam uma opção clara pelos trabalhadores.

²⁹ Adotamos os nomes de Deusas greco-romanas para denominar nossas entrevistadas.

³⁰ Entrevista realizada em Natal-RN, 17 maio 2007.

Essa proposta de um novo fazer profissional para o Assistente Social, consolidada na Matriz se dava num momento histórico marcado pela contra-reforma do Estado Brasileiro, conforme já analisamos no capítulo anterior.

De 1995 até 1998, houve significativo número de aposentadorias, muitas precoces, face às medidas restritivas da Contra-Reforma da Previdência Social, sendo apontado pela Divisão de Serviço Social, que em 1997, já havia redução em torno de 50% (cinquenta por cento) dos profissionais. A situação não se agravou mais, porque houve a redistribuição em torno de 350 (trezentos e cinquenta) profissionais de outros órgãos para o Serviço Social do INSS, originários da LBA³¹ e INAMPS, representando cerca de 44% (quarenta e quatro por cento) dos técnicos lotados no Serviço Social, em 1997. Também houve o aproveitamento de cerca de 45 (quarenta e cinco) profissionais de outros concursos, após exaustivo processo desencadeado pela Divisão de Serviço Social e dos regionais.

Eis o depoimento no que se refere à aposentadoria ocasionada pela Reforma da Previdência e pela nova demanda ocasionada diante da extinção da LBA:

Eu me aposentei porque a Reforma começou e eram muitas conversas né? Pronto, tinha um que chegava aqui mais cedo dizia: bom dia. O pessoal não dava mais bom dia. A gente vai descer num sei o quê! Daí isso foi me... Além de que minhas colegas do meu tempo também acabaram saindo. Elas tinham 30 anos e tavam saindo. Aí todo dia um falava uma coisa. (trecho inaudível) Mas por outro lado assim, é que eu queria fazer mestrado e se eu tivesse trabalhando, já não seria tão, vamos falar, por exemplo, não seria tão fácil (VESTA, informação verbal).

O dia-dia a gente tinha uma demanda que foi aumentando cada vez mais, né. Porque principalmente com a extinção da LBA, as pessoas correram tudo pra o INSS, né? E isso ganhando mais trabalho, mais porque as pessoas vinham com as mais diferentes solicitações né? A cota que estourou, o filho que está doente...Quer dizer, ia além, [...] e estavam fora do limite da instituição, porque o INSS ele é um serviço (trecho inaudível) especializado. Então qual era o nosso trabalho? Era orientar, interpretar a legislação previdenciária numa visão crítica. Aí as pessoas vinham com essas demandas, né? [...] das classes (trecho inaudível) né? E queriam coisas que a gente não, como a LBA se extinguiu, a gente tinha que fazer essa interpretação, né? [...] Mas meu trabalho era esse, era fazer aquela abordagem da Previdência. Fazia como a gente, chamava, um acompanhamento as pessoas que entraram, tá interpretando, tá encaminhando (EOS, informação verbal)³².

³¹ A LBA foi extinta em 1995.

³² Entrevista realizada em Natal-RN, 21 maio 2007

Em levantamento realizado pela Divisão de Serviço Social 2004, após a sua reestruturação, o quantitativo de Assistentes Sociais constatado foi de 604 (seiscentos e quatro), no quadro geral da instituição. Em 2005 o quantitativo de assistentes sociais no INSS é de 552 (quinhentos e cinquenta e dois) profissionais, e no Serviço Social, encontram-se atuando 278 (duzentos e setenta e oito) Assistentes Sociais, sendo que muitos acumulam ações nas áreas de Reabilitação Social, além da atuação em programas institucionais.

Num contexto de redimensionamento conceitual, estrutural e organizacional do INSS, face à Contra-Reforma da Previdência Social e do Estado, a permanência do Serviço Social no INSS foi questionada diversas vezes.

No final dos anos 1990, houve uma tentativa de se aprovar a Medida Provisória nº 1729, de 3 de dezembro 1998, que, dentre outras proposições, tinha o propósito de revogar alguns artigos da Lei nº 8.213, de 1991, alterando os direitos previdenciários e atingindo as atribuições do Serviço Social junto aos usuários da previdência.

Contudo, a Câmara dos Deputados se posicionou contrária a essas mudanças, a partir das informações prestadas por uma mobilização nacional que as assistentes sociais da Previdência desencadearam junto a toda sociedade civil contra a aprovação de tal medida. Com esta ação nacional foi possível perceber claramente que a força da coletividade tem peso marcante na história deste país.

Precisamente, em 06 de maio de 1999, é aprovado o Decreto Lei nº 3.048, que dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social e dá nova definição ao Serviço Social. O artigo 161, cap. VII, afirma:

O Serviço Social constitui atividade auxiliar do seguro social e visa prestar aos beneficiários orientação e apoio no que concerne a solução de problemas pessoais e familiares e a melhoria de sua inter-relação com a previdência social, para a solução de questões referentes a benefícios, bem como, quando necessário, a obtenção de outros recursos sociais da comunidade. (BRASIL, 1999a, p. 80).

Desta forma, o Serviço Social perde a qualidade de um serviço previdenciário, passando a condição de atividade auxiliar. Na prática, essa nova regulamentação levou a extinção de importantes instâncias organizativas do Serviço Social nas Agências da Previdência Social, tais como: a Divisão do Serviço Social (a nível

nacional) e os Setores de Serviço Social (a nível regional). Com este reordenamento da estrutura institucional do INSS, os Assistentes Sociais foram lotados nas Divisões e Serviços de Benefícios existentes nas Gerências Executivas, nas Agências da Previdência Social, nas Unidades Avançadas de Atendimento, nas Unidades de Referência de Reabilitação Profissional e em Recursos Humanos (treinamento e desenvolvimento).

Como reflexo desta situação, citada anteriormente, temos o depoimento da entrevistada:

[...] na minha agência lá, o que a gente presenciou foi assim, de acordo como a sociedade via, a sociedade que eu digo assim, os dirigentes, né? viam a questão social (trecho inaudível) né? na profissão porque eu quero dizer assim, quando eu cheguei no INSS nos anos 70 nós éramos Secretaria, quer dizer estava no alto escalão. Erámos 15 ou mais. Agora o que é que acontece, com as Reformas da Previdência, as Reformas Administrativas a gente foi, como eu diria assim, foi caindo de padrão. Quando a gente passou pra frente, digamos assim uma coordenação, depois passou a ser Núcleo de Serviço Social, depois passou a ser Setor, quer dizer, por aí você vê. E a estrutura foi descendo, ao ponto de, nos dias de hoje, já teve lutas pra que ele não saísse até da estrutura, que envolveu CFESS, CRESS... Pois é, aí você vê a coisa, né? (VESTA, informação verbal).

Assim, estas mudanças significativas na estrutura organizacional do Serviço Social, levaram a um tensionamento, deixando alguns profissionais sem autonomia técnica e sem espaço institucional definido.

Para muitos Assistentes Sociais este período foi marcado pela forma desrespeitosa a que foram submetidos, com a perda do espaço ocupacional físico, com os comentários constantes de que o Serviço Social acabara, com a tentativa de direcionar as ações técnicas pelas chefias administrativas, impedindo, inclusive, a realização de trabalho externo, pois a instituição como um todo vivenciava a lógica da produtividade, da disputa do *ranking* entre agências, com indicadores de desempenho estabelecidos dentro da lógica da competição, conforme já referenciado acima.

Atualmente é competência do Serviço Social, de acordo com a Lei nº 8.213, de 1991, atualizada em agosto de 2006:

Art. 88. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução

dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

§ 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho. (BRASÍL, 2006, p. 6).

Especificamente nas agências, a ação do Serviço Social se dá mediante ações desenvolvidas junto a grupos de usuários que aguardam o atendimento nos setores. As ações de cunho individual se dão nos atendimentos, no qual são dadas informações e orientações sobre os benefícios e como proceder para adquiri-los.

O Serviço Social tem como diretriz principal a participação do usuário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária. Para tanto, quando necessário, pode mobilizar outros recursos sociais da comunidade, inclusive mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e credenciamentos. Neste sentido, trabalha também buscando a articulação com os diversos setores da agência e órgão, entidades e empresas da comunidade.

Destaca-se, ainda, o papel do Serviço Social, atuando na mediação entre o benefício requerido pelos usuários e o provimento efetuado pela Previdência Social. Com isso contribui para a redução das mistificações existentes sobre a Previdência e para a qualidade do atendimento de modo geral, em consonância com o 3º princípio do Código de Ética do Assistente Social, que propõe a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos sociais, civis e políticos das classes trabalhadoras.”

Hoje, é muito baixo o quantitativo de profissionais existentes, o que concretamente, poderá inviabilizar, em curto prazo, a possibilidade de realização de qualquer projeto profissional. Coloca-se como necessário concurso público, uma vez

que há um percentual considerável de profissionais se encontrar desenvolvendo ações institucionais que não estão subordinadas tecnicamente ao Serviço Social, conforme já sinalizado.

Entendo assim, que um dos maiores desafios hoje, é conseguir continuar mostrando qual a importância do Serviço Social na política previdenciária, não perdendo de vista o caráter contraditório presente nas Políticas Sociais.

3.1.2 A Reabilitação Profissional: (re)educação e (re)adaptação profissional e social dos usuários?

Atualmente, além do trabalho no Serviço Social, os Assistentes Sociais trabalham também na Habilitação e Reabilitação Profissional. No Serviço Social, como já mostramos, os Assistentes Sociais atuam na área dos benefícios³³ nas Agências da Previdência Social. Já com relação ao serviço de Habilitação e Reabilitação Profissional, os Assistentes Sociais estão inseridos no Programa de Reabilitação Profissional no qual são chamados de Orientadores Profissionais (OPs).

No que se refere à Habilitação e Reabilitação Profissional, a Lei nº. 8.213, de 1991, atualizada em agosto de 2006, em seu art. 89 dispõe:

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

- a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;
- b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

³³ Os benefícios da previdência social são: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente, pensão por morte e auxílio-reclusão. Para maiores detalhes destes benefícios consultar Brasil (1999a).

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário. (BRASIL, 2006, p. 8).

O Serviço de Habilitação e Reabilitação Profissional é executado pelo Programa de Reabilitação Profissional. Esse programa compreende à avaliação do potencial laborativo com vistas a definição da real capacidade de retorno ao trabalho dos segurados. Isto consiste na análise global dos seguintes aspectos: perdas funcionais, funções que se mantiveram conservadas, contra-indicações, potencialidades e prognósticos para o retorno ao trabalho, habilidades e aptidões, potencial para aprendizagem, experiências profissionais e situação empregatícia, nível de escolaridade, faixa etária e mercado de trabalho. O programa também compreende à orientação e o acompanhamento do programa profissional, que consiste na condução do reabilitando a escolha consciente de uma nova função/atividade a exercer no mercado de trabalho, considerando os seguintes elementos básicos: conhecimento de seu potencial laborativo, conhecimento dos requisitos necessários ao exercício das profissões e das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, planejamento de sua profissionalização e a preparação profissional a ser realizada mediante a utilização de recursos disponíveis na comunidade, tais como cursos, treinamento e estágios.

Desde a sua implantação, a Reabilitação Profissional se estruturou num trabalho em equipe interprofissional. Esta equipe contava com um corpo técnico diversificado, com profissionais das áreas Médica, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Nutrição, Enfermagem, Farmácia e Sociologia os quais obtiam bons resultados pela especialização de cada categoria profissional e pela interação dos conhecimentos. Possuía professores de ofício e de ensino básico, além de técnicos em órtese e prótese.

Na equipe interprofissional, competia ao Assistente Social o estudo da realidade sócio-econômica e profissional do cliente, bem como o tratamento dos problemas psicossociais que pudessem vir a interferir na consecução dos objetivos do processo reabilitatório. A função do Assistente Social não consistia, unicamente, em fornecer ao reabilitando o auxílio econômico necessário e os recursos reabilitatórios. Acima de tudo, era de competência desse profissional encarar o

reabilitando como ser humano dotado de dignidade e individualidade, possuidor efetivo de insubstituíveis experiências. Então, cabia ao Assistente Social, ajudá-lo na compreensão e na aceitação de sua limitação física, integrando-o novamente à sociedade como ser produtivo, independente, capaz de autodeterminação no contexto social em que vivencia seu cotidiano.

Não competia ao Assistente Social resolver o problema do cliente³⁴, mas dirigir esforços no sentido de apoiá-lo na aquisição de habilidades que lhe permitissem a superação de suas limitações para o exercício de determinadas profissões. Nesse sentido, o Assistente Social deveria considerar as limitações físicas e emocionais do reabilitando. É importante assinalar que as considerações que estamos fazendo acerca da profissão, se inserem no período histórico anterior à década de 1990. Ou seja, anterior ao processo de modificação de paradigma do Serviço Social no INSS, que somente se efetuará a partir de então.

O Assistente Social integrava também a equipe interprofissional como técnico em aconselhamento profissional, função esta também exercida por Psicólogos e Sociólogos. A escolha destes profissionais para o desempenho da atividade de conselheiro profissional deveu-se ao fato de não existir, no Brasil, profissional desta área específica e a formação teórica do Assistente Social, Psicólogo e Sociólogo eram as mais condizentes com as especificidades desta tarefa profissional.

Posteriormente, a partir de 1979, a Instituição extinguiu o cargo de Conselheiro Profissional. Esta função passou a ser desempenhada, exclusivamente, pelo assistente social, pois a prática dos diversos anos provou ser este o profissional com o perfil mais adequado para seu exercício. Desde então, o assistente social permaneceu dentro da equipe de Reabilitação Profissional, exercendo sua função desde a avaliação inicial do segurado até seu retorno ao mercado de trabalho, desenvolvendo atividades junto ao “cliente”, junto a sua família, na equipe, na comunidade e junto ao programa de profissionalização.

³⁴ Neste período, o Serviço Social da Previdência Social denominava o usuário de cliente.

Somente em junho de 1993, em meados do governo de Itamar Franco, a Direção Geral da Reabilitação Profissional do INSS, apresentou às Unidades de Reabilitação no país as diretrizes para estudo visando à implantação de um novo paradigma. Naquele período, visava-se resultados qualitativos e quantitativos do Programa de Reabilitação Profissional e se questionava a eficácia do método e dos procedimentos metodológicos abordados, buscando definir os rumos e atuação da equipe multidisciplinar. No entanto, tais tentativas correspondem a uma lógica que se impunha naquele momento, não expressando um viés de ruptura e mudança no campo de atuação, do ponto de vista do projeto ético-político em curso na profissão.

Historicamente, no Brasil, os Assistentes Sociais foram técnicos pioneiros nas formulações e proposições de normas técnicas e, ainda, como dirigentes de Centros de Reabilitação, demonstrando ser a categoria totalmente identificada com os objetivos e metas da Reabilitação Profissional. Verificamos que, desde a implantação do novo paradigma da Reabilitação Profissional, em 1993, o técnico de Serviço Social foi equiparado, em suas funções, a qualquer outro profissional de nível superior, expressando mais uma vez, os determinantes do ajuste estrutural do país. Assim, o atendimento no Programa de Reabilitação Profissional (PRP) passou a ser realizado por qualquer profissional, independente de sua área de graduação.

Fica evidente na fala da entrevistada o reflexo desse momento:

A gente trabalha com, porque é que, assim, quando for criado o novo sistema que eles criaram então a gente não tem mais identidade. Então a minha identidade passou a ser o que? Orientador Profissional. A gente perdeu nossa identidade de Serviço Social assim, qualquer uma pessoa do nível superior da área pode assumir essa função de Orientador Profissional, então a gente vai ter Enfermeiro, a minha amiga que é Psicóloga. É, não existe a identidade Serviço Social porque as pessoas de nível superior, Sociólogo, Psicólogo, Enfermeiro, a gente tem todas as categorias. Naquela época só quem podia atender era a gente (AFRODITE, informação verbal)³⁵.

³⁵ Entrevista realizada em Natal-RN, 5 fev. 2007.

Considerando o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Reabilitação Profissional, ao longo dos anos, temos a convicção de que o Assistente Social tem atividades específicas em qualquer programa e nas etapas da Reabilitação Profissional. Assim, o Assistente Social é o técnico de nível superior, técnica e legalmente habilitado para o papel de avaliador dos aspectos cultural, sócio-profissional e econômico do indivíduo, considerando sua formação teórico-prática e sua atuação junto ao usuário, seus familiares e comunidade.

A partir desses aspectos, preocupa-nos a perda que o trabalhador, enquanto usuário da Reabilitação Profissional, passou a sofrer, quando se viu privado do atendimento qualificado do Assistente Social, profissional, que em sua formação ocupa espaço privilegiado no trato com a questão social.

Assim, na atual situação, a proposta de reformulação da Reabilitação Profissional situa-se no projeto neoliberal do governo que, põe em risco a qualidade dos serviços públicos, visando a privatização dos mesmos.

É importante afirmar que a ação prioritária do Assistente Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público.

Diante disto, percebe-se o quanto é importante o papel do Assistente Social enquanto agente mediador entre o Estado e o cidadão, para garantia de seus direitos civis e políticos. Mas, mesmo diante de tão importante função, observamos que o Serviço Social está relegado a um segundo plano dentro da Instituição INSS, uma vez que não há a contratação de novos Assistentes Sociais para repor o quadro de funcionários que se aposentaram

Frente a este quadro, optamos por nos debruçar sobre o trabalho profissional do Assistente Social no INSS em Natal no atual contexto, pós-reformas da Previdência Social. Assim, como já assinalamos, este trabalho objetiva conhecer e analisar as condições de trabalho, demandas, respostas e desafios profissionais do Assistente Social na Previdência na atual conjuntura.

Segundo consta no Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, a Reabilitação Profissional é o serviço que proporciona ao segurado e/ou seu dependente, incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social, indicados para participar do mercado de trabalho no contexto no qual vivem.

Os princípios básicos da reabilitação foram idealizados a partir do modelo alemão, que, nas décadas de 1960, encontrava-se bastante aperfeiçoado, com o objetivo de resgatar a mão de obra de pessoas lesionadas, durante a Segunda Guerra Mundial. Além da filosofia alemã, foram adotados a estrutura técnica e funcional dos Centros de Reabilitação da Europa.

Fazendo um retrospecto acerca da reabilitação profissional no país verificamos que o interesse pela questão se encontra no século XX:

No Brasil, as preocupações governamentais em termos dos deficientes remontam a época do Império quando, por determinação de D. Pedro II, foram criados o Imperial Instituto para Meninos Cegos (Decreto Imperial nº1428, de 12 de setembro de 1854), atualmente denominado Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, oficializado pela lei nº939, de 26 de setembro de 1857, sob a denominação de Instituto Nacional de Educação e Surdos (CBCISS, 1979, p. 2 apud FERREIRA, 1985, p. 24).

Porém, foi apenas no século XX que os problemas de invalidez decorrentes de acidentes do trabalho e doenças incapacitantes se tornaram motivo de efetiva ação governamental.

No Brasil, o atendimento de reeducação e readaptação está presente desde a época em que os Institutos e as Caixas de Aposentadorias e Pensões através da Portaria CNT/83 de 16 de novembro de 1983, foram autorizados a organizar a prestação do serviço em questão. Assim, visava-se a redução do número de trabalhadores aposentados por invalidez, buscando-se sua reabilitação para outras profissões, cuja invalidez apresentada não fosse impedimento.

A década de 1960 representou um grande impulso industrial no Brasil³⁶ e, em decorrência disto, passou-se a observar crescentes casos de acidentes de trabalho, propiciando aposentadorias precoces de trabalhadores jovens. A reabilitação profissional foi a resposta do governo brasileiro em relação a esse novo desafio.

³⁶ É interessante analisar que é neste período que se vive no Brasil o período Kubstichek e junto com ele vive-se todo o processo de modernização e incentivo a industrialização crescente no país.

Visando a concretização desse ideal, o governo brasileiro construiu os Centros de Reabilitação Profissional em todas as Capitais, com a infra-estrutura e recursos necessários a promoção de uma reabilitação global dos segurados.

Em 1960, temos o Regulamento Geral da Previdência Social (RGPS), que introduziu a Reabilitação Profissional no rol dos serviços a serem prestados aos beneficiários. Os primeiros Centros de Reabilitação Profissional foram implantados, obedecendo-se uma prévia pesquisa, a qual tinha alguns critérios básicos para a escolha das localidades onde se deveria ou se poderia criá-los:

1. Número de beneficiários da Previdência Social que justificasse a criação do serviço;
2. Número de segurados das localidades circunvizinhas que a ele pudessem convergir quer pela proximidade dos municípios, quer pela facilidade de transporte sem, contudo, se caracterizar em tratamento fora do domicílio;
3. Condições de arrecadação da localidade, que propiciassem a execução do programa, em bases econômicas;
4. Existência de pessoal técnico, notadamente nas categorias que integram a Equipe de Reabilitação nos respectivos mercados de trabalho;
5. Existência, na comunidade, de recursos no plano universitário para a formação desses técnicos e, no plano assistencial, para utilização da complementação do programa. (FERREIRA, 1985, p. 24-25).

Após esse levantamento, realizado em meados de 1960, foram escolhidas as cidades de São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Belo Horizonte-MG e Niterói-RJ para serem implantadas as Unidades Executivas de Reabilitação profissional. Em seguida, foram criadas as unidades de Fortaleza-CE, Brasília-DF, Curitiba-PR, Florianópolis-SC, Vitória-ES, Caxias-RJ, Santos-SP, Campinas-SP, Bauru-SP, João Pessoa-PB e Natal-RN. Desde então, a prestação desse serviço, embora sofrendo algumas mudanças, passou a ser de competência e atribuição do Regime Geral da Previdência Social, configurando-se como programa de Governo de âmbito nacional.

Esses Centros viam o indivíduo em seus aspectos emocionais, suas frustrações, seus sentimentos de insegurança, deflagrados pela limitação física, promovendo a reintegração psicossocial dos deficientes, a partir do desenvolvimento de suas capacidades. Esse trabalho era realizado com ênfase nitidamente

funcionalista, com um modelo de intervenção que prioriza situações individualizadas, e, atribuíam ao usuário, a idéia de situação-problema.

Nesses Centros de Reabilitação, a ação do Serviço Social toma como eixo axiológico a valorização da dignidade humana, objetivando orientar o indivíduo a enfrentar o problema que o aflige para que possa alcançar condições adequadas de vida permitidas pela sua dignidade, tendo como eixos de orientação teórico-prática, os Documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)³⁷.

Como já assinalamos, desde a sua implantação, a Reabilitação Profissional se estruturou num trabalho em equipe interprofissional. A rede de atendimento desse serviço era constituída por Unidades de Referência de Reabilitação Profissional (URRP), localizadas, a priori, nas Gerências-Executivas situadas nas capitais, e nas Gerências Executivas do interior de Unidades de Reabilitação Profissional (URP), localizadas nas Agências da Previdência Social.

Atualmente, as URRP estão localizadas junto ao Serviço/Seção de Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade (GEBENIN), sob denominação de Núcleos/Equipes Técnicas de Reabilitação Profissional, vinculados, administrativamente, à Gerência-Executiva e subordinados, tecnicamente, ao GEBENIN.

Também foi implantada a Equipe de Reabilitação profissional nas Agências da Previdência Social que são responsáveis pela identificação dos usuários, avaliação do potencial laborativo, orientação, acompanhamento e conclusão do programa, subordinadas, tecnicamente, ao Núcleo/Equipe/Grupo Técnico/GEBENIN e administrativamente a APS.

Com a Constituição Federal de 1988, o direito à habilitação, à reabilitação e à promoção da integração ao mercado de trabalho foi ampliado. E, nesse sentido, a Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991 garantiu a permanência para o setor de Reabilitação e de prestação de Serviços Sociais.

Dentre as situações possíveis para os trabalhadores em reabilitação, tem-se os Casos inelegíveis, os Casos de retorno imediato ao trabalho e os Casos elegíveis. Nos Casos inelegíveis

³⁷ Os documentos de Araxá e Teresópolis são estudados, a fundo, por Netto (1998), que os inscreve no movimento de superação do Serviço Social tradicional, avançando na perspectiva de sua modernização, ainda que conservadora.

(temporariamente ou por tempo indeterminado), o segurado é encaminhado ao setor administrativo para fins de marcação de novas perícias. Nos Casos de retorno imediato ao trabalho, o orientador profissional encaminha o segurado para área administrativa para marcação da perícia final e posterior desligamento e arquivo do prontuário. Já os Casos elegíveis, subdividem-se em segurados com vínculo empregatício, no qual o Orientador Profissional formaliza contato com a empresa de vínculo para o segurado cumprir programa de reabilitação profissional na referida empresa; e em segurados sem vínculo empregatício, no qual o Orientador Profissional, juntamente com o Médico, realiza o estudo do caso com o segurado, visando identificar potencialidades, experiências profissionais e interesses.

Desde o início da implantação do programa no INSS, o Assistente Social realizava o primeiro atendimento, fazendo os esclarecimentos e interpretação do programa, com o objetivo de obter dados, visando a qualificação ou não do segurado para cumprir a programação - decisão tomada, posteriormente e conjuntamente com o médico. Ou seja, cabia ao Serviço Social receber e introduzir o usuário no programa.

As impressões e indagações levantadas no atendimento eram registradas num prontuário de acompanhamento das atividades desempenhadas durante a programação estabelecida. Entre as anotações, incluíam-se também as informações referentes às visitas domiciliares e às empresas, prescrição de auxílios materiais, encaminhamentos, reuniões técnicas e outras anotações necessárias a condução de cada caso. Anteriormente, essas atividades eram competências do Assistente Social. Os outros profissionais de nível superior realizavam atividades específicas de sua formação.

Atualmente, contudo, o programa está estruturado com o seguinte quadro técnico: Médicos Peritos, Orientadores Profissionais (Assistentes Sociais, Enfermeira, Fisioterapeutas e Psicólogas), Agentes Administrativos, Agente de Vigilância, Agente Recreador, Agente de Portaria e Estagiárias Terceirizadas (01 de nível médio e 01 nível superior).

Segundo Orientação Interna do INSS nº 69, de 19 de agosto de 2002, o Assistente Social, na equipe de orientadores profissionais, tem as seguintes funções:

- a) avaliar o potencial laborativo do segurado no que se refere aos aspectos socioeconômicos-profissionais, coletando dados relacionados aos fenômenos e variáveis frente a sua capacidade, a atividade anteriormente exercida, outras experiências/interesses profissionais, formação profissional, cursos e treinamentos

realizados, situação familiar e econômica que influencie no processo de reabilitação, para fundamentar seu prognóstico de retorno ao trabalho. [...]

b) participar com o médico perito, da análise conjunta dos casos para conclusão da avaliação do potencial laborativo (aspectos físicos mais os aspectos socioeconômicos profissionais) e elaboração de programa profissional, preenchendo campo próprio do formulário;

c) orientar o segurado quanto à legislação, normas institucionais e ao processo de reabilitação profissional;

d) orientar e conduzir o segurado a escolha consciente da atividade a exercer no mercado de trabalho, com base na análise no cadastro de ocupações da empresa de vínculo e requisitos necessários para o exercício da mesma. [...]

e) realizar análise do posto de trabalho em conjunto com o médico perito para avaliar a necessidade de readaptação ou reabilitação profissional;

f) participar com o médico na definição da compatibilidade da nova função a ser exercida pelo segurado;

g) planejar o programa profissional para retorno ao trabalho;

h) orientar e encaminhar o segurado para o programa profissional da comunidade, acompanhando sistematicamente o seu desenvolvimento;

i) prescrever os recursos materiais necessários ao desenvolvimento do programa;

j) realizar visitas as empresas e postos de trabalho, para acompanhamento sistemático dos casos e redirecionamento do programa sempre que necessário;

k) realizar com o médico perito, reavaliações dos casos, com o objetivo de redirecionamento do programa e/ou desligamento do segurado do programa de reabilitação profissional;

l) elaborar e assinar juntamente com o médico o laudo conclusivo do programa profissional. (BRASIL, 2002, p. 10).

Os Orientadores Profissionais, como se vê, executam ações que anteriormente eram de competência dos Assistentes Sociais. São elas: desenvolvimento de atividades de apoio para racionalizar o funcionamento do programa, como também atividades técnicas que consistem: na seleção sócio-econômica, orientação dos usuários sobre o funcionamento das entidades, encaminhamentos dos usuários à programas sociais existentes, visitas domiciliares, distribuição de benefícios materiais e sociais contidos na legislação, campanhas sócio-educativas, atendimentos coletivos e individual para orientação dos usuários sobre as necessidades por eles apresentadas.

Será que esses profissionais executam essas ações com a mesma qualidade que se realizadas pelos Assistentes Sociais? Essa questão merece maior reflexão e deve ser debatida no interior da nossa categoria, uma vez que de fato, vulnerabiliza-

se o papel dos profissionais dentro da instituição, restringindo sua ação e descaracterizando sua especificidade.

Cotidianamente, no Programa de Reabilitação Profissional o Assistente Social realiza o atendimento ao usuário através de ações de esclarecimento, clarificação, interpretação e conscientização, com o objetivo de obter dados, visando à qualificação ou não do segurado para cumprir a programação.

Para Faleiros (2001) sempre que o usuário não aceita as normas da instituição é excluído dos benefícios. Segundo o autor, a instituição se torna patrulha ideológica da vida pessoal e social do usuário por realizar entrevistas, elaboração de documentos e fazer interrogatórios, cuja burocracia é altamente centralizadora e concentra, nas mãos de alguns, as decisões em relação aos pedidos das demandas. Em contrapartida, essa instituição aparenta uma preocupação com o bem-estar da população, por possuir uma face humanitária que é uma das condições da sua aceitação pelas classes dominadas.

Inserido nesse contexto, está a prática institucionalizada que, para, lamamoto, é contraditória devido à sociedade também ser contraditória, pois a luta de interesses das várias classes sociais se reproduz dentro da instituição.

No atendimento, observamos que apesar das dificuldades, as ações realizadas pelo Assistente Social buscam estar em consonância com o que diz o seu Código de Ética, na alínea “c” do artigo 5º:

São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis a participação dos usuários. (BRASIL, 2003b),

Percebemos, constantemente, no atendimento ao usuário o desconhecimento e/ou a interpretação de maneira errada no que refere aos objetivos reais do serviço, a insegurança quanto a vida futura pela perda de “status” sócio-familiar e profissional. Além disso, a acomodação ao Benefício por Incapacidade, em período prolongado, gera, desmotivação, rejeição e/ou dificuldades a qualquer programação

que objetive o seu retorno ao trabalho. Ressalve-se que a Previdência, normatizada, disciplinadora, impõe aos usuários, uma linguagem cifrada, de pouco acesso e difícil comunicação, ficando, muitas vezes restrita ao corpo funcional. Neste sentido, caberia ao Assistente Social o “deciframento” desta linguagem para o usuário.

A seguir, o trecho de uma entrevista que ilustra o que foi citado anteriormente:

[...] a questão da própria legislação assim, quando ela reduz direitos, quando ela pega assim, na prática ela cria dificuldades pra o acesso. A procura aos benefícios porque, uma coisa é o discurso da instituição, como eu aprendi né? Agora, eu tenho o meu discurso humanista né? A própria mídia diz assim “A Previdência é de todos!” e num sei o quê né? Ai você (trecho inaudível), aí as pessoas num sabem que a Previdência [...]. É, na hora que a gente tem restrição, né? Na própria legislação, no dia-dia porque você vai ter que se capacitar mais pra defender essa inclusão que falam tanto, né? O acesso aos direitos, porque essa inclusão também faz parte do nosso trabalho, né? Fazer uma ação para o segurado porque os direitos né, direitos né? Ele tem direito tanto porque ele paga, porque ele também é cidadão e tem direito aqueles benefícios, num é nenhum favor (VESTA, informação verbal).

Após as avaliações individuais, agora realizadas pelos Orientadores Profissionais, o Orientador Profissional e o Médico Perito do quadro se reúnem para estudar cada caso, definir a elegibilidade para o programa e concluir o Formulário de Avaliação do Potencial Laborativo. Realizam também as análises conjuntas onde estão presentes todos os médicos peritos do programa, juntamente com todos os orientadores profissionais.

Percebemos que é visível a luta entre técnicos da área sócio-profissional com a área médica em situações onde os aspectos sócio-econômicos são deixados em segundo plano, prevalecendo a questão física.

Não devemos esquecer que o Assistente Social invade, em distintos graus, a privacidade dos usuários, onde esses são tratados de acordo com suas particularidades, sendo importante, nesse caso, o compromisso social do profissional com o projeto ético-político-profissional.

Em suma, a prática do Assistente Social nesse programa apresenta atividades que vão do suporte para racionalização do funcionamento da instituição, como também “funções técnicas propriamente ditas”. Devido a proximidade entre o Assistente Social e o usuário, tal profissional centraliza informações sobre a situação social de cada cliente, sendo

possível, desse modo, ações persuasivas e educativas. Isso, de certa forma, se contrapõe ao projeto ético-político profissional, que vê o usuário, como sujeito de direitos e protagonista de sua própria história. A persuasão tem, neste contexto, por vezes, uma conotação de controle político e institucional.

Ao mesmo tempo, inúmeros limites são impostos ao exercício cotidiano do trabalho do Assistente Social, entre eles: reduzido quadro de profissionais, sem devida reposição, inclusive por razão dos assistentes sociais, que apressaram a aposentadoria diante da instabilidade da própria reforma previdenciária; redução de recursos financeiros para garantir o suporte ao acompanhamento da programação; redução de recursos orçamentários para garantir a prestação dos auxílios complementares a que fazem jus os segurados; crescimento da demanda de segurados sem qualificação profissional, com baixo nível de escolaridade e sem preparação política, acarretando desconhecimento dos seus direitos e do PRP, agravando as possibilidades de seu retorno ao meio profissional, o que por vezes inviabiliza projetos profissionais alternativos.

Dentro de tal contexto registram-se pequenas vitórias e conquistas de cidadania, mas não sem constante luta, discussão e correlação de forças com os segmentos envolvidos no processo reabilitatório dos segurados, que embora tal programa signifique simplesmente o cumprimento de direitos sociais, muito prevalece o discurso médico, que restringe tais direitos.

3.2. IMPACTOS DAS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS: uma luta incansável pela sua permanência e pelo seu espaço de atuação

Devido as Contra-Reformas na década de 1990, o Assistente Social é também afetado como trabalhador pela desregulamentação de suas funções ao nível institucional, como pela defasagem salarial e flexibilização ou extinção de seus direitos sociais com as Reformas Administrativas e Previdenciárias.

Nesta perspectiva as Assistentes Sociais fazem as seguintes afirmações quando indagadas a respeito da significação da Contra-Reforma da Previdência:

A minha opinião assim muito pessoal, eu acho que teve muito, necessidade de ter a reforma da previdência. Agora a questão é que a gente até agora, o pessoal, de ter uma reforma que atendesse aos interesses dos usuários. [...] eu coloco assim a necessidade de sempre ter uma participação, ter um debate que a população

participasse e opinasse, que às vezes não é oportunidade, ou às vezes é a oportunidade e as pessoas não tem na prática, ou por vários motivos, né? Não chegam lá pra ouvir... (ASTRÉIA, informação verbal)³⁸.

[...] eu acho que foi uma perda pro trabalhador porque tem dificultado o acesso aos benefícios da previdência né?! Os critérios estão cada vez mais rigorosos, e enquanto isso, a política de trabalho também está muito restritiva. [...] Vamos dizer assim, de uma articulação política. Ela trabalha muito isoladamente. Ai a previdência, ela faz uma Reforma como se houvesse um mercado de trabalho capaz de absorver esta mão de obra. Você veja bem... O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, existem pessoas com experiência, pessoas qualificadas e nós não temos uma política educacional voltada para esse aspecto né?! Enquanto isso também, a população, com um baixo poder aquisitivo não tem como prover isso, a sua parte. [...] Ai você vê, depois assim aos 40 anos o trabalhador já envelhecido, já com algum problema de saúde, é excluído do mercado de trabalho por conta da idade, ta entendendo? E quando busca a Previdência, os critérios são extremamente rigorosos. Quer dizer não existe assim, Políticas Públicas voltadas para a realidade da classe trabalhadora. (DEMETER, informação verbal)³⁹.

Assim, com a reestruturação previdenciária, a partir de 1999 foi atribuída uma nova estrutura organizacional à Unidade de Referência de Reabilitação Profissional, devido ter se extinguido as especialidades dos profissionais de nível superior, permanecendo apenas os médicos peritos com a sua especialidade. Os outros profissionais de nível superior, como os Assistentes Sociais, Fisioterapeutas e Psicólogos passaram a ser chamados de Orientadores Profissionais, como já assinalamos.

Como reflexo dessa reestruturação previdenciária temos, ainda, a extinção no organograma da instituição da Divisão de Serviço Social que coordenava as ações do Assistente Social. Os Assistentes Sociais restantes no quadro da instituição passaram a exercer atividades burocráticas e foram inseridos em equipes multiprofissionais, nos programas executados pela instituição. Desta forma, todas estas modificações executadas pelo Governo Federal, rebatem também no INSS do estado do Rio Grande do Norte e nos seus respectivos programas.

E, dessa forma, os profissionais de Serviço Social, diante de tais desafios devem encontrar espaços para superar essas barreiras,

³⁸ Entrevista realizada em Natal, 17 maio 2007.

³⁹ Entrevista realizada em Natal-RN, 5 fev. 2007.

através da defesa dos direitos sociais, esclarecendo os usuários do contexto econômico onde estão inseridos, socializando informações e construindo, juntamente com os trabalhadores caminhos que possam promover mudanças na vida desses indivíduos.

No que se refere ao profissional de Serviço Social na Reabilitação Profissional, não há como desconhecer que ele atua junto a um segmento de trabalhadores, que, se constituem naquilo que mais significativamente representam a face sequelada das relações de trabalho capitalista, quais sejam, indivíduos multilados, acidentados, aposentados, doentes, e que, buscam na previdência a amenização deste conjunto de condições. O profissional, ao reconhecê-lo como tal, nem sempre alcança o real significado daquilo com que se depara. Ultrapassando a mera “concessão” de benefícios, pode mediar esta relação, desvendando-a criticamente, e, inserindo este trabalhador, não como mero receptor de benesses, mas, elucidando com ele, sua condição cidadã.

Diante desse cenário, os Assistentes Sociais do INSS vem travando uma luta interna de grande porte para a sua manutenção institucional, e para uma manutenção digna, tendo como pressuposto a importância profissional que a categoria merece, e a necessidade de continuar, internamente e externamente, a luta pela manutenção e ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores.

Este processo político de reconstrução do Serviço Social da Previdência possibilitou algumas vitórias importantes, ainda que parciais. Dentre outras conquistas destacamos a volta do Serviço Social como um Serviço previdenciário. Somando-se a este processo temos a reafirmação cotidiana do trabalho profissional dos Assistentes Sociais no desenvolvimento das ações profissionais no atendimento a população usuária, ainda que em condições muito adversas. Também há a elaboração, pelos Assistentes Sociais, de três documentos que já foram entregues no ano de 2004, ao Ministro da Previdência Social. Estes documentos traçam um plano de lutas pela abertura de concurso público para o cargo de Assistente Social, inclusão do Serviço Social na área administrativa do INSS, visibilidade do cargo de assistente social no Plano de Carreira, dentre outros.

Nesta perspectiva, os Assistentes Sociais buscam (re)definir seu espaço de atuação, com os poucos profissionais que restam, sendo necessário o estabelecimento constante de estratégias, numa conjuntura de difícil enfrentamento, talvez a mais difícil vivenciada pela categoria em 63 (sessenta e três) anos de permanência na Instituição.

Contundo, mesmo reconhecendo o usuário como cidadão de direitos e ao encontrar nele as facetas da exploração da sociedade capitalista, nem sempre os Assistentes Sociais do INSS, dispõem de condições adequadas para assegurar estes direitos. Ou seja, diante da conjuntura de crescentes cortes nos recursos financeiros destinados a programas sociais, por vezes, o profissional encontra-se diante de uma demanda a qual não tem como responder. Esta conjuntura, coloca

desafios crescentes à profissão, que precisa encontrar, cotidianamente, estratégias para enfrentá-la. É dos desafios e demandas colocados ao Assistente Social na atual conjuntura que trataremos a seguir.

4 O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSS NO RIO GRANDE DO NORTE PÓS AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Como já assinalamos, o nosso trabalho parte da perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, que busca analisar os fenômenos a partir das categorias da totalidade, historicidade e contradição.

Desta forma, analisamos o trabalho profissional do Assistente Social no INSS, nas Agências da Previdência Social no Programa de Reabilitação Profissional e no Serviço Social, no Estado do Rio Grande do Norte Pós as Contra-Reformas da Previdência Social. Para isso, traçamos o perfil do Assistente Social, identificamos as demandas profissionais e caracterizamos suas condições de trabalho.

Assim, a partir da perspectiva teórica adotada, a análise do trabalho profissional do Assistente Social não foi realizada restringindo a prática profissional a um mero arsenal de técnicas padronizadas. Consideramos, de forma crítico-dialética, o trabalho profissional como um complexo, no qual se fazem presente vários elementos, exigindo, portanto, o estabelecimento de várias mediações, a fim de permitir a análise adequada de tal objeto.

4.1. O PERCURSO METODOLÓGICO: o espírito investigativo e o fascínio das primeiras descobertas

A partir do suporte teórico-metodológico crítico-dialético, buscamos operacionalizar nosso trabalho, através dos seguintes procedimentos: revisão da literatura, levantamento e análise de documentos, observação e entrevistas. No entanto, privilegiar determinados procedimentos não significou recusar a utilização de outros que se fizeram necessários no decorrer da execução da pesquisa.

Nosso primeiro passo, em relação ao desenvolvimento da pesquisa, foi o aprofundamento da revisão da literatura e o levantamento e a análise de documentos.

Através da revisão da literatura, realizamos um apanhado sobre os trabalhos já realizados sobre o tema, como Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, Monografias de Conclusão de Curso, livros e revistas científicas, Anais dos principais eventos da categoria que abordam a temática do Trabalho, Trabalho

Profissional, Seguridade Social, Previdência Social Brasileira e Reformas da Previdência Social Brasileira. Com relação à coleta de dados secundários, esta foi realizada através da pesquisa e análise de documentos institucionais, como, Leis, Regulamentos, *folders*, cartazes e formulários.

Na pesquisa de campo, nas Agências da Previdência Social, primeiramente faríamos observações das atividades executadas pelos Assistentes Sociais. Para isto, elaboramos um roteiro, a fim de nos orientar na detecção dos elementos relevantes a serem observados. Desta forma, neste momento, estaríamos atentos às condições de trabalho profissional, bem como às demandas cotidianas para este profissional. Em seguida, realizaríamos as entrevistas semi-estruturadas com um roteiro previamente elaborado.

De início, quando estávamos elaborando o nosso Projeto de Dissertação optamos por trabalhar com 50% (cinquenta por cento) dos Assistentes Sociais do Serviço Social e do Programa de Reabilitação Profissional. Além disso, como trabalharíamos com entrevistas semi-estruturadas, consideramos 50% (cinquenta por cento) do universo, uma amostra adequada, considerando o tempo de que dispomos para a conclusão do mestrado. Ao todo, são quatro Agências da Previdência Social (APS) e uma Unidade Regional de Reabilitação Profissional localizadas em Natal-RN.

Nelas, as Assistentes Sociais se encontram distribuídas conforme o quadro a seguir:

Agências	Serviço Social	P. Reabilitação	Total de A.S. p/ agências
Natal-Sul	02	01	03
Natal-Nazaré	01	01	02
Natal-Centro	01	01	02
Natal-Ribeira	02	01	03
Unidade Regional de Reabilitação	—	03	03

Total de A. S. p/ programa	06	07	13 ⁴⁰
----------------------------	----	----	------------------

Quadro 1 – Distribuição de Assistentes Sociais por APS em Natal-RN

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Assim, os nossos planos iniciais eram de entrevistar 03 (três) Assistentes Sociais que estão lotados/as no Serviço Social e 03 (três) que estão lotados/as no Programa de Reabilitação Profissional perfazendo, portanto um total de 06 (seis) Assistentes Sociais a serem entrevistadas, todas em Natal-RN.

Porém, durante a Qualificação, a Banca sugeriu que incluíssemos a cidade de Mossoró, para se ter uma amostra de todo o Estado do Rio Grande do Norte e que enviássemos um questionário para uma Assistente Social de lá. A sugestão foi prontamente aceita por nós e achamos por bem realizar a entrevista na Gex-Mossoró, na qual a Assistente Social trabalha no Setor de Serviço Social. Nesse momento da pesquisa em que incluímos o/a Assistente Social da APS de Mossoró, nossa amostra, portanto, ficou com 14 (quatorze) Assistentes Sociais a serem entrevistadas.

Seriam entrevistados 04 (quatro) Assistentes Sociais que estão lotados/as no Serviço Social e 03 (três) que estão lotados/as no Programa de Reabilitação Profissional, perfazendo, portanto um total de 07 (sete) Assistentes Sociais entrevistadas, o que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do universo.

Após a Qualificação, avaliamos a pertinência das sugestões dadas pelas professoras da Banca, fizemos alterações quanto à coleta dos dados, mais especificamente, as entrevistas. Então, fomos a campo conscientes de que algo poderia escapar das nossas previsões e das nossas expectativas.

Segundo Bogdan e Biklen

o termo trabalho de campo lembra sempre algo ligado a terra. É esta a forma que a maioria dos investigadores qualitativos utiliza para recolher seus dados. Encontram-se com os sujeitos, passando muito tempo juntos no território destes [...]. Trata-se de locais onde os sujeitos se entregam as suas tarefas quotidianas, sendo esses

⁴⁰ Esse número revela e nos mostra que muitos/as assistentes sociais diante das Reformas da Previdência Social se aposentaram, pois a instituição era um dos maiores empregadores desses profissionais no país.

ambientes naturais, por excelência, o objecto de estudo dos investigadores. Se, por um lado, o investigador entra no mundo do sujeito, por outro, continua a estar do lado de fora. Registra de forma não intrusiva o que vai acontecendo e recolhe, simultaneamente, outros dados descritivos. Tenta aprender algo através do sujeito, embora não tente necessariamente ser como ele. (BOGDAN; BIKLEN, 2003, p.113).

Iniciamos a ida a campo para a realização das entrevistas⁴¹ e na primeira delas obtivemos o número exato de Assistentes Sociais que estão lotadas no INSS no RN. Eis o quadro:

Agências	Serviço Social	P. Reabilitação	Total de A.S. p/ agências
Gex-Natal	01	—	01
Natal-Sul	02	01	03
Natal-Nazaré	01	01	02
Natal-Centro	01	01	02
Natal-Ribeira	02	01	03
Unidade Regional de Reabilitação	—	03	03
Gex-Mossoró	01	01	02
Total de A. S. p/ programa	08	08	16

Quadro 2 – Distribuição de Assistentes Sociais por APS no Rio Grande do Norte

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Percebemos que, ao invés de 14 (quatorze) Assistentes Sociais como colocado anteriormente, são, na verdade 16 (dezesesseis). Mesmo assim, o número

⁴¹ Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos da pesquisa.

de entrevistadas permaneceria 07 (sete) o que equivale a 43,73% (quarenta e três virgula setenta e três por cento) .

Continuamos a nossa coleta de dados e começamos a perceber alguns aspectos: algumas Assistentes Sociais da Agência que não foram escolhidas aleatoriamente para serem entrevistadas, manifestaram o desejo de serem entrevistadas por se sensibilizaram com a proposta da nossa Dissertação. Percebemos que algumas delas também tiveram ascensão funcional, e diante das Contra-Reformas do Estado, vieram de outras instituições públicas federais para o INSS somente na década de 1990.

Baseando-se nesses fatos expostos consideramos pertinente entrevistar 01 (uma) Assistente Social do Serviço Social e 01 (uma) do Programa de Reabilitação Profissional em cada Agência da Previdência Social e 02 (duas) da Unidade Regional de Reabilitação. Esse número totalizaria 13 (treze) Assistentes Sociais do INSS em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, para complementação dos dados, no que se refere ao período anterior às Contra-Reformas da Previdência da década de 1990 e ao trabalho exercido pelo Assistente Social nesse período sinalizado, consideramos necessário entrevistar 03 (três) Assistentes Sociais Aposentadas. Então, o número total de entrevistadas da pesquisa foram de 16 (dezesseis) Assistentes Sociais. O quadro geral da amostra da pesquisa ficou assim delimitado:

Agências	Serviço Social	P. Reabilitação	Total de A.S. p/ agências	Total de entrevistadas por Agência
Gex-Natal	01	—	01	01
Natal-Sul	02	01	03	02
Natal-Nazaré	01	01	02	02
Natal-Centro	01	01	02	02
Natal-Ribeira	02	01	03	02
Unidade Regional de	—	03	03	02

Reabilitação				
Gex- Mossoró	01	01	02	02
Total de A. S. p/ programa	08	08	16	13 ⁴²

Quadro 3 – Universo de Assistentes Sociais no INSS no Rio Grande do Norte e amostra escolhida

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Dando continuidade, foi realizada a análise dos dados coletados, a qual nos impôs uma série de questionamentos acerca dos critérios utilizados na interpretação, adequação do referencial teórico adotado e da coerência entre a realidade estudada e os resultados depreendidos. Ou seja, todo o empreendimento teórico-metodológico de uma pesquisa qualitativa deve estar adequado às necessidades de investigação dos dados, a fim de que o pesquisador possa obter respostas para os problemas empíricos da realidade estudada, colaborando com as pessoas e entidades envolvidas na investigação, além de contribuir para o avanço científico das áreas afins ao seu trabalho.

Por análise dos dados entendemos:

[...] é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (BOGDAN; BIKLEN, 2003, p. 205).

Então, mergulhamos no material coletado, lemos, relemos as transcrições até que nos familiarizarmos com elas, selecionamos, analisamos e selecionamos novamente. Entendemos que essa é uma arte habilidosa, é um momento que exige muito trabalho, na qual temos que examinar como a linguagem é dita, os gestos expressados e estarmos atentos e sensíveis aquilo que não é dito, aos silêncios.

⁴² A nossa amostra total foi formada por 13 (treze) Assistentes Sociais do quadro atual do INSS mais 3 (três) aposentadas, cujas entrevistas foram analisadas separadamente, como forma de complementar as informações.

Como forma de preservação da identidade das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios. Consideramos importante utilizar os nomes das deusas da mitologia greco-romana como ser uma forma de homenageá-las, diante das imensas contribuições que deram para à elaboração deste trabalho, além se preservar sua face no processo de pesquisa.

Sabemos que, na mitologia greco-romana, há uma infinidade de deuses e deusas. Como todas as entrevistadas são mulheres escolhemos 16 (dezesesseis) deusas, a partir dos significados de seus nomes. Isso transparece a nossa admiração e agradecimento a essas mulheres.

No quadro a seguir estão os nomes das deusas greco-romanas escolhidas para nomear nossas entrevistadas por traduzirem elemento-chave da humanidade e o seu significado (PUGLIESE, 2003). Eis o quadro:

DEUSA GRECO-ROMANA	SIGNIFICADO
Têmis	Deusa da Justiça.
Hestia	Deusa do Fogo e da Lareira
Deméter	Deusa da Terra-Mãe.
Afrodite	Deusa do Amor e da Beleza
Hera	Deusa protetora do Casamento, das Crianças e dos Lares.
Ártemis	Deusa da Caça.
Selene	Deusa da Lua.
Nix	Deusa da Noite.
Atena	Deusa da Inteligência, da Guerra Justa e das Artes.
Minerva	Deusa da Inteligência e da Sabedoria.
Diana	Deusa da Lua e da Caça.
Vênus	Deusa do Amor e da Beleza.
Aurora	Deusa do Amanhecer
Vesta	Deusa do Fogo Sagrado
Eos	Deusa que anunciava o Dia.
Astréia	Deusa Virgem, protetora da humanidade.

Quadro 4 – Deusas Greco-romanas e seus significados

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Sabemos que a análise dos dados não é uma tarefa simples para o pesquisador. A característica principal desta etapa da pesquisa exigiu capacidade de articulação teórico-metodológica, visando a compreensão das minúcias, particularidades e dos não-ditos subjacentes aos dados coletados.

Além disso, uma preocupação nos inquietou no processo de análise: a busca da objetividade científica⁴³ e nosso envolvimento com os dados. Ou seja, para garantir a pertinência dos resultados da nossa investigação, estivemos atentos para depreender não apenas o que era mais conveniente a nós ou à instituição e sujeitos envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, as interpretações dos dados tiveram como princípios fundamentais a coerência teórica, metodológica, e, sobretudo, a honestidade com o que dizem e pensam os sujeitos envolvidos e demais fontes pesquisadas.

Entre as dificuldades encontradas no momento da coleta de dados, a principal com a qual nos deparamos foi a falta de tempo das entrevistadas. Várias vezes desmarcamos e remarcamos entrevistas, conscientes de que cabia somente a nós, a adequação dos horários com vistas a possibilitar a contribuição dos/as entrevistados/as. Neste sentido, iniciamos as entrevistas em janeiro de 2007 e concluímos todas, somente no mês de maio de 2007. Concomitantemente, deu-se a transcrição das entrevistas e a leitura cuidadosa do material transcrito.

Consideramos que a presente pesquisa representará um momento provisório de elaboração do conhecimento da realidade, o qual contribuirá para novos questionamentos e futuros estudos.

4.2. PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS

Nesta seção serão apresentadas as informações referentes ao perfil profissional das Assistentes Sociais, com destaque para: a) ano de conclusão da graduação em Serviço Social articulado à faixa etária das entrevistas; b) formação profissional; c) tempo de trabalho profissional na instituição e d) capacitação continuada onde serão abordados os pontos referentes à participação em grupos de estudo e em eventos da categoria e o conhecimento relativo a Lei de Regulamentação da Profissão e ao Código de Ética.

a) Ano e local de conclusão da graduação/Faixa etária

⁴³ É óbvio que a busca da objetividade científica não significou a eliminação da subjetividade, nem tampouco a busca pela neutralidade científica.

NOME FICTÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA
Têmis	1979	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Hestia	1982	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Demeter	1978	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Afrodite	1982	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Hera	1984	URPB	Entre 41 anos ou mais
Ártemis	1984	FURN/UERN	Entre 41 anos ou mais
Selene	1978	Universidade do Nordeste	Entre 41 anos ou mais
Nix	1985	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Atena	1979	UERN	Entre 41 anos ou mais
Minerva	1982	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Diana	1987	UFRN	Entre 31 a 40 anos
Vênus	1978	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Aurora	1984	UFRN	Entre 41 anos ou mais

Quadro 5 – ano e local de conclusão da graduação e faixa etária das Assistentes Sociais em exercício profissional

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Conforme o quadro anterior, das treze Assistentes Sociais entrevistadas, 05 (cinco) delas concluíram a graduação na década de 1970 e estão com faixa etária entre 41 anos ou mais. As outras 08 (oito) concluíram a graduação durante a década de 1980 e 07 (sete) delas estão na faixa etária entre 41 anos ou mais e apenas 01 (uma) na faixa etária entre 31 a 40 anos. É ainda significativo destacar que, com relação à Instituição de Ensino no qual concluíram a graduação, 08 (oito) delas concluíram na UFRN e as 05 (cinco) restantes na UERN, URPB e na Universidade do Nordeste.

Em relação às Assistentes Sociais aposentadas, temos o quadro a seguir:

NOME FICTÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA
Vesta	1970	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Eos	1978	UFRN	Entre 41 anos ou mais
Astréia	1970	UFRN	Entre 41 anos ou mais

Quadro 6 – ano e local de conclusão da graduação e faixa etária das Assistentes Sociais Aposentadas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Das Assistentes Sociais aposentadas, percebemos que 02 (duas) delas concluíram a graduação em Serviço Social em 1970 e a outra em 1978. Vale salientar que as 03 (três) entrevistadas concluíram a graduação na UFRN. Percebemos que tanto as Assistentes Sociais que ainda estão no exercício profissional quanto as Aposentadas concluíram a graduação entre as décadas de 1970 e 1980.

Devemos lembrar que nas décadas citadas anteriormente dava-se o início do Movimento de Reconceituação no Serviço Social. Esse Movimento foi o marco inicial e decisivo para um novo repensar do Serviço Social Latino-Americano, particularmente no Brasil. A partir dele, desencadeou-se um processo de revisão crítica do Serviço Social em todo o continente. Se hoje tem-se um debate intelectual e plural com as fontes clássicas e contemporâneas do pensamento social na modernidade, direcionando a consolidação de um projeto ético-político-profissional, deve-se ao Movimento de Reconceituação iniciado a partir de 1965.

As Assistentes Sociais que concluíam a graduação na década de 1970, presenciaram um país em que predominava condições sóciopolíticas de repressão e autoritarismo. Então, diante dessa conjuntura só foi permitido ao Serviço Social modernizar as técnicas e estratégias de intervenção, sob a orientação conservadora. A partir dos anos 1980, foi possível trabalhar e repensar a proposta de ruptura com o tradicionalismo, a integração social e o confessionalismo, e começar a busca de caminhos para a superação do caráter paliativo, burocratizado e fragmentado do fazer-profissional, questionando a consideração do indivíduo e da sociedade abstraídos das relações sociais. Foi precisamente este movimento que determinou o Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, sobretudo na sua direção de intenção de ruptura, a qual possibilitou a interlocução com o marxismo, primeiro sem

Marx, depois assumindo um resgate de inspiração marxista voltado para a interpretação da sociedade e da profissão, numa perspectiva de totalidade social (NETTO, 1989; 1998).

Já as Assistentes Sociais que concluíram a graduação na década de 1980, presenciaram uma década de extrema riqueza no debate teórico-metodológico, ético e político do Serviço Social. Esse debate possibilitou a definição dos rumos do fazer profissional nos seus aspectos técnico-acadêmicos e políticos. O projeto profissional hoje constituído foi, então, pensado coletivamente, no âmbito da categoria, com representações de todas as unidades do país, nessas duas últimas décadas e sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS. Como desdobramento desse projeto profissional, e sob a orientação de suas diretrizes, tem-se o Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e 33/96 e a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social e, ainda, a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Percebemos, que o debate instaurado na década de 1980 contribuiu para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e da própria profissão nela inserida. Os desdobramentos deste debate redimensionaram as discussões acerca da história, da teoria e do método no Serviço Social, ao mesmo tempo que garantiram espaço e avanço na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais. Fruto desses desdobramentos e dessa conjuntura temos a elaboração da Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, com orientação marxista, conforme sinalizamos no capítulo anterior e como podemos observar no depoimento seguinte:

É a Matriz que orienta a nossa prática profissional aqui né? Elaboramos essa Matriz aqui na década de 80. É o nosso referencial que tem uma orientação dialética (HESTIA, informação verbal)⁴⁴.

Tais considerações e apresentações que fizemos, serão importantes principalmente para as posteriores análises.

⁴⁴ Entrevista realizada em Natal-RN, 2 fev. 2007.

b) Formação Profissional

Observamos na pesquisa que a maioria das entrevistadas que estão em exercício profissional, permanece com a graduação em Serviço Social. Delas, 06 (seis) apresentam pós-graduação *lato-sensu* e graduação em Serviço Social e 07 (sete) possuem a graduação em Serviço Social. Esses dados podem ser visualizados no gráfico⁴⁵ a seguir:

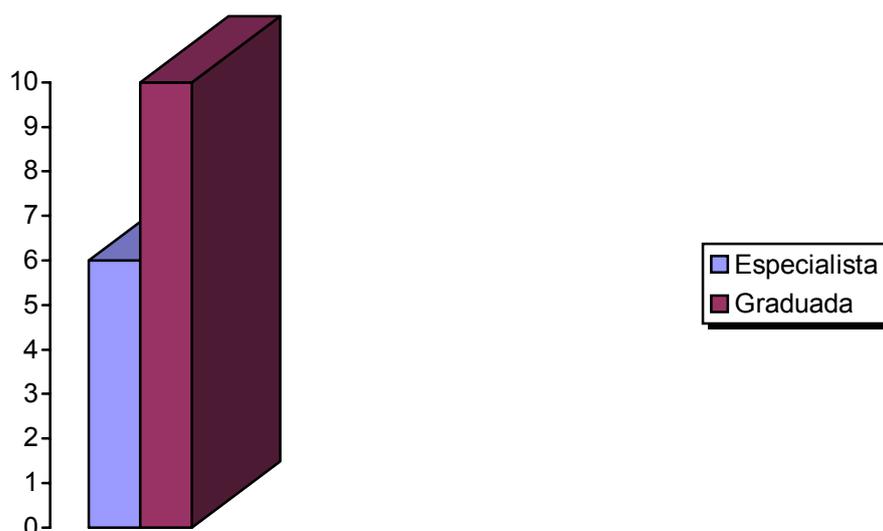
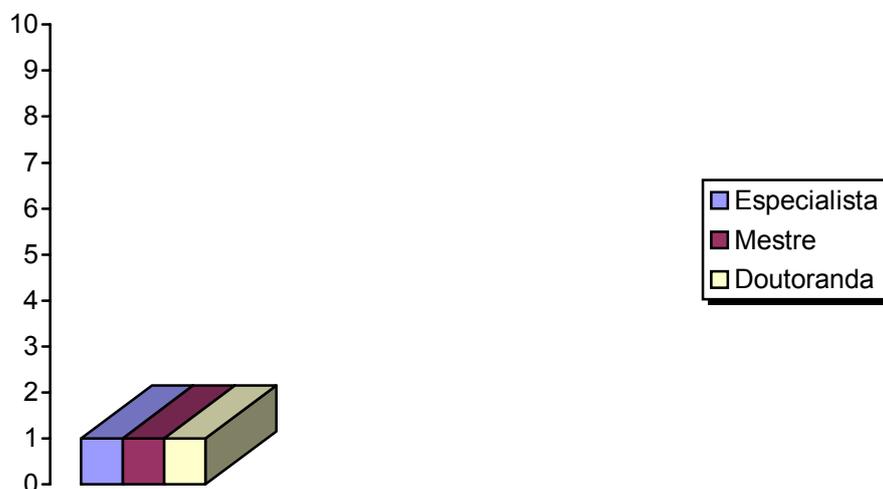


Gráfico 1 – Formação profissional/ Assistentes Sociais em exercício profissional

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Já no que se refere a Formação Profissional das Assistentes Sociais Aposentadas, podemos observar todas têm Especialização e/ou Mestrado e/ou Doutorado em andamento.



⁴⁵ Todos os gráficos apresentados foram construídos com números absolutos.

Gráfico 2 – Formação atual/Assistentes Sociais Aposentadas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

c) Tempo de trabalho profissional na instituição

Em relação ao tempo de trabalho na instituição, todas estão no INSS há mais de 10 (dez) anos. Com predominância na faixa entre 11(onze) e 15 (quinze) anos temos 05 (cinco) Assistentes Sociais. Entre 20 (vinte) anos ou mais temos 05 (cinco). As demais, (03 Assistentes Sociais) estão na instituição a mais de 15 (quinze) anos e menos de 20 (vinte), conforme mostra o quadro a seguir:

NOME FICTÍCIO	TEMPO DE TRABALHO NO INSS COMO ASSISTENTE SOCIAL	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Têmis	20 anos	Hospital Universitário
Hestia	17 anos	Secretaria de Segurança
Demeter	12 anos	LBA
Afrodite	25 anos	Ascensão funcional
Hera	12 anos	LBA
Ártemis	18 anos	Ascensão funcional
Selene	11 anos	LBA
Nix	22 anos	Ascensão funcional
Atena	16 anos	DNOCS
Minerva	25 anos	-
Diana	20 anos	Ministério da Saúde
Vênus	12 anos	LBA
Aurora	13 anos	LBA

Quadro 7 - Tempo de trabalho no INSS e Instituição de origem

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

d) Capacitação continuada

Dentre as dimensões presentes no exercício profissional do Assistente Social, a dimensão intelectual é uma das que nos permite “(re)conhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa e as suas necessidades sociais, as quais por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em requisições a prática profissional” (GUERRA, 2005, p. 10).

A preocupação com a Capacitação Continuada, pode ser observada na participação em grupos de estudo e em eventos da categoria. Essa preocupação pode ser observada nas entrevistas das Assistentes Sociais que, quando indagadas se a Instituição realizava algum treinamento de atualização profissional, afirmaram o seguinte:

Sim! Realiza! É... A gente não... Vamos dizer assim... Não... Não são tão freqüentes. Mas, existem capacitações né? Eu diria que é anual, que geralmente é uma vez por ano que a gente tem essa capacitação. Na área de Serviço Social né? Vamos dizer assim. Não é aqui. Geralmente em outro local. Porque sempre faz regional né? Então, nem sempre é aqui. (TÊMIS, informação verbal)⁴⁶.

[...] ai vem aquela história de verba, que tudo dentro do instituto tem que ter verba. Vamos dizer, tem ano que tem dois, três, tem outro que não tem nenhum (AFRODITE, informação verbal).

Como podemos verificar nos dois trechos anteriores, as capacitações realizadas pela instituição voltada para as Assistentes Sociais não são tão freqüentes e quando realizadas são somente em nível regional, o que dificulta a presença e participação de todas as profissionais. Um outro ponto que merece destaque e que foi enunciado no segundo trecho é a ausência de recursos, ou seja, a ausência da capacitação profissional deve-se também ao fato da inexistência de verba para essa atividade. Este dado reafirma o que apresentamos nos itens anteriores sobre o corte de investimentos no serviço público e a retração do Estado na área social.

A supervisão de estágio obrigatório também é percebido pelas Assistentes Sociais entrevistadas como momentos de capacitação. Para Têmis, o Estágio Supervisionado é um momento no qual há a aquisição do conhecimento.

⁴⁶ Entrevista realizada em Natal-RN, 8 jan. 2007.

No momento a gente não está supervisionando. [...] fizemos um requerimento, um documento né? Inclusive para Brasília, solicitando que o contrato com o CIEE fosse diminuído o número de vagas para que nós pudéssemos efetivar o convênio com a UFRN porque é de interesse pra nós. Porque nós ficamos em contato com a universidade, com a produção de conhecimento e tudo mais. [...] E inclusive nós questionamos o fato do estágio com a Universidade não ter ônus para a Previdência. Pelo contrário, tem bônus né? Porque você está sempre em contato com a Universidade. Você como profissional é importante você ter esse contato e essa, esse retorno do ponto de vista de conhecimento né? (TÊMIS, informação verbal).

Devemos lembrar que segundo a Lei de Regulamentação da Profissão, no artigo 4º, que trata das competências privativas do Assistente Social, o treinamento, a avaliação e a supervisão direta de estagiários são competências privativas do Assistente Social e, de fato, podem constituir-se em momentos de aprendizado mútuo.

e) Participação em grupos de estudo

A participação em grupos de estudos é um outro ponto relevante no que se refere a capacitação continuada dos Assistentes Sociais. Vemos, que há uma necessidade da capacitação continuada na profissão o que pode contribuir para uma direção social coerente com o projeto ético-político profissional.

Quando indagadas no que se refere à participação em grupos de estudos, as Assistentes Sociais afirmaram:

A gente tem inclusive aqui na própria equipe. A gente sempre tenta no dia da reunião tirar um espaçozinho para esse grupo, de discutir alguma coisa com relação às normas, algum trabalho, algum tipo de documento que a gente sempre procura fazer nessa reunião mensal né? (AFRODITE, informação verbal).

Tem um grupo de estudo que eu, geralmente, eu tenho participado, é porque eu sou conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social e lá geralmente tem e eu sempre tou... (SELENE, informação verbal)⁴⁷.

Como se pode verificar nos dois trechos anteriores, a participação em grupos de estudo é muito limitada devido ser em dia de reunião quando há um espaço e/ou

⁴⁷ Entrevista realizada em Natal-RN, 19 mar. 2007.

como Conselheira. Porém, essa participação em grupos de estudo não atinge a totalidade das entrevistadas, conforme podemos comprovar no gráfico a seguir.

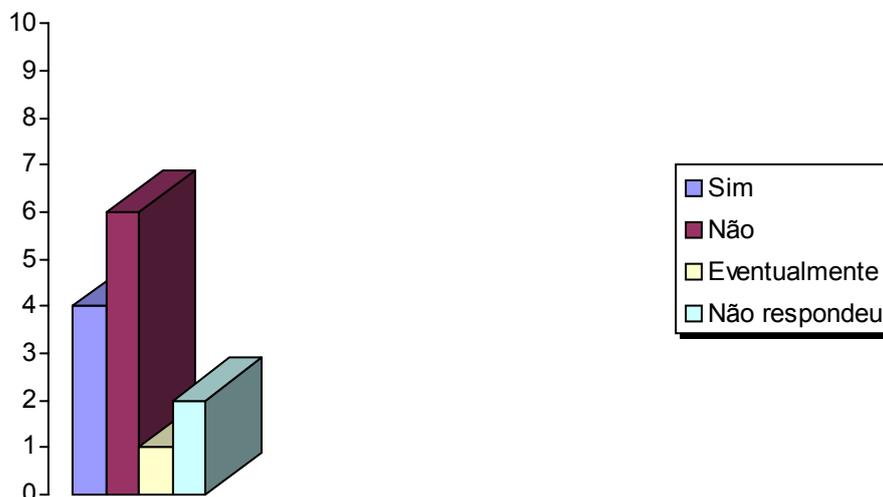


Gráfico 3 – Participação em grupos de estudo

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

No gráfico, observamos que apenas 05 (cinco) das Assistentes Sociais entrevistadas participam de grupos de estudo (responderam sim ou eventualmente), enquanto 08 (oito) não participam (não responderam ou não participam).

f) Participação em eventos da categoria

As entrevistadas ao serem indagadas no que se refere a participação em eventos da categoria, afirmaram que:

Congresso, eu sempre que posso vou, seminários, é porque o CRESS ele divulga muito pouco esses eventos que tem, e tem poucos eventos né, com relação a categoria. Eu acho, as outras categorias já deixam..., se comprometem mais. Do CRESS e até acho que tem também mais assistência porque acho que o CRESS não promove muito evento não. Quando, na época né, porque eu já sou velhinha, né? Na época, assim quando a gente terminou, quando a gente fazia faculdade que tinha o (trecho inaudível) ele, eu acho que tinha mais, certo que, vamos dizer um encontro, um semináriozinho de dois dias, três dias, mas pelo menos pra mim num chega, inclusive até o convite do dia do Assistente Social já chega em cima, que você não tem nem como a gente se organizar porque a gente trabalha, a gente tem que se organizar [...] vamos dizer chegou hoje. Aí hoje eu tenho um compromisso com um segurado e ai como

é que eu faço? Eu tenho que (trecho inaudível) vim pra cá, aquela coisa né? (AFRODITE, informação verbal).

Não, não tenho ido não. Isso aí, eu sou sincera. A gente próprio se acomoda né? E dá o foco só pra, pra o trabalho (ÁRTEMIS, informação verbal).

Olhe... As vezes... Não vou botar... As vezes né? Porque quando há eu participo. Mas que não é tão freqüente né? Seminários... Geralmente, Seminários né? Palestras, sempre que existe (TÊMIS, informação verbal).

As três entrevistadas afirmam claramente que participam, eventualmente, de eventos promovidos pela categoria. Também afirmam que, diante das atividades que têm na instituição, há momentos que não podem sair para participar de um evento, devido seus compromissos profissionais. Um outro ponto que merece destaque é a acomodação, que uma das entrevistadas admite.

Então, essas ausências que já citamos anteriormente e que pode ser observada no gráfico seguinte, explicita-se na necessidade dos profissionais de priorizarem o trabalho, uma vez que há um grande volume de atividades na instituição e isso limita o seu envolvimento externo.

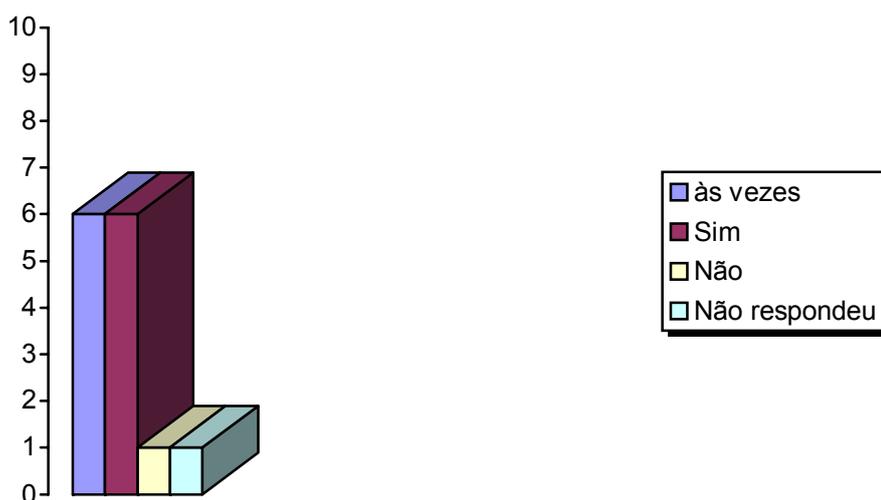


Gráfico 4 – Participação em eventos da categoria

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

São nessas participações em grupos de estudo, em eventos da categoria, com os estagiários que supervisionam e na participação nas reuniões do Conselho Regional de Serviço Social que as Assistentes Sociais passam a ter um acesso a bibliografia acerca do Serviço Social, conforme podemos verificar nas falas seguintes:

É, porque a gente sempre comenta com eles, por exemplo, os livros, de Serviço Social, os escritores, pelo menos o Henrique falava muito e Acimara também. Com esse menino, às vezes eles trás algumas matérias, algum texto, e nessas autoras assim mais novas, que não era do meu tempo, né? Mais novas. Particpei do encontro em Fortaleza também com Alba. Ela veio aqui também dar algumas palestras. Não vou dizer que sou estudiosa, não, pegar e estudar, eu me atualizo através dos meninos, através dessas monografias, tá entendendo? Pronto, por exemplo, essas monografias é tudo da Previdência. Também sempre que tem algumas coisas o Setor de Serviço Social nacional sempre encaminha pra gente, sempre encaminha. Eu tenho umas palestras que, por exemplo, quando elas vão as palestras, alguma coisa assim elas colocam no site né? No nosso e-mail, na lista do Serviço Social pra todo mundo. Não dá pra dizer que eu vivo estudando Serviço Social não, aqui e acolá...às vezes eu digo muito as meninas: olhe vamos conversar porque vocês tem umas terminologias assim mais atuais, um palavreado mais atual (ATENA, informação verbal)⁴⁸.

Livros, Revistas, Artigos... Que a gente... Quando eu estou lá no CRESS também. Então, lá no CRESS a gente tem essa possibilidade né? Geralmente Previdência e Serviço Social né? (TÊMIS, informação verbal).

As duas falas anteriores nos demonstram a importância da supervisão de estágio e da participação no Conselho Regional de Serviço Social como forma de aquisição de conhecimento e de informação acerca da profissão e das transformações no mundo atual.

No gráfico seguinte podemos constatar o não acesso, por parte das Assistentes Sociais, de bibliografias atualizadas referentes ao Serviço Social. Apenas 04 (quatro) profissionais têm acesso e o restante das entrevistadas não têm, têm as vezes ou não responderam

Percebemos, então, que esse acesso fica restrito apenas às Assistentes Sociais que supervisionam estágio e/ou participam do Conselho Regional de Serviço Social.

⁴⁸ Entrevista realizada em Mossoró-RN, 20 abr. 2007.

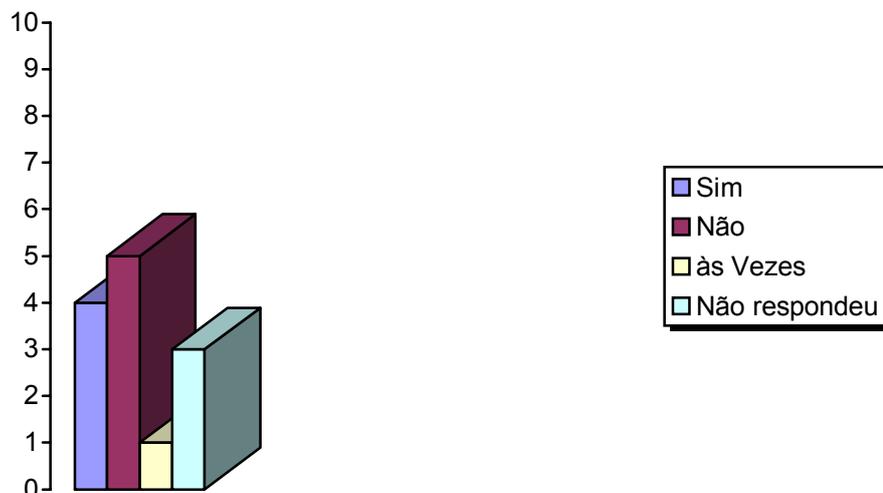


Gráfico 5 – Acesso a bibliografia atualizada acerca do Serviço Social

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

g) *Participação Política*⁴⁹

A participação política dos Assistentes Sociais é algo que está presente desde o início da história da profissão no Brasil. Essa participação pode ser observada em partidos políticos, em conselhos de direitos, em movimentos sociais, dentre outros.

No trecho seguinte, essa participação fica evidente, em dois espaços. São eles: o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Regional de Serviço Social.

Sou conselheira do INSS representando o INSS no Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho de Serviço Social né? Do CRESS como Conselheira né? (TÊMIS, informação verbal).

Porém, os números do gráfico seguinte nos mostram que há apenas um número de 05 (cinco) Assistentes Sociais entrevistadas que tem participação política na atualidade.

⁴⁹ Por participação política estamos entendendo a participação dos sujeitos entrevistados nos diferentes espaços de discussão coletiva, como conselhos de direito e profissionais, sindicatos, partidos, associações etc.

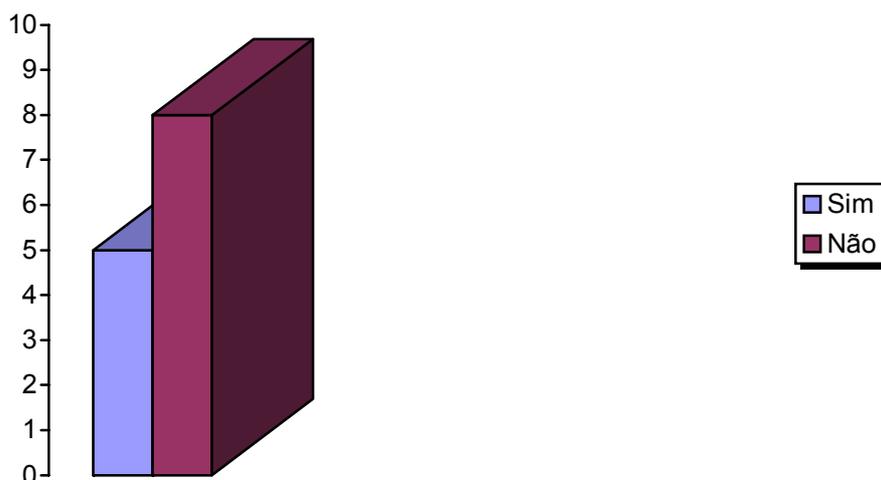


Gráfico 6 – Participação política

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

h) Conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética

A Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Dentre outros pontos, essa lei trata das competências do Assistente Social e de suas atribuições privativas.

Quando indagadas no que se refere ao conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão, as Assistentes Sociais nos deram as seguintes respostas:

Já tive conhecimento né? Vez por outra eu acesso, em casa, o Conselho, pra tentar pelo menos manter-me informada, o que é que está acontecendo. Não conheço profundamente não, mas já tive conhecimento, sim (DIANA, informação verbal)⁵⁰.

Se eu conheço? Não. Eu acho que a atual tou meio por fora. (NIX, informação verbal)⁵¹.

Mais ou menos. Mas eu tenho ela, eu sempre olho certo? (HESTIA, informação verbal).

Percebemos nas falas das entrevistadas que elas sabem que existem a Lei de Regulamentação da Profissão. Porém, não sabem dizer de que trata, especificamente, essa lei. Isso pode ser constatado no gráfico seguinte, no qual há

⁵⁰ Entrevista realizada em Natal-RN, 7 maio 2007.

⁵¹ Entrevista realizada em Natal-RN, 19 mar. 2007.

Assistentes Sociais que não tem conhecimento da Lei, outras afirmaram que têm conhecimento e 08 (oito) que sabem da sua existência. No entanto, em seus depoimentos, não realizaram comentário sobre a lei que comprovasse esse conhecimento.

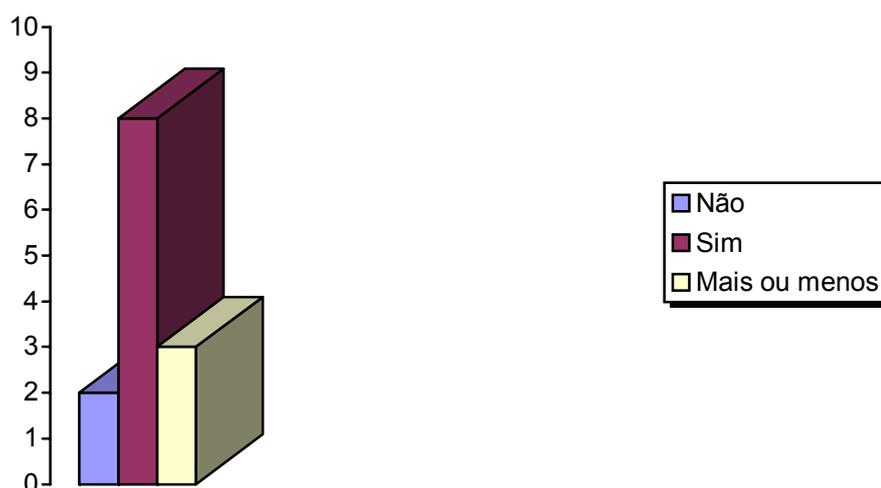


Gráfico 7 – Conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Com relação ao Código de Ética dos Assistentes Sociais, aprovado em 13 de março de 1993 e que apresenta os princípios fundamentais, os direitos e responsabilidades do Assistente Social, dentre outros, as entrevistadas quando indagadas sobre a materialização e conhecimento dos princípios fundamentais do código de ética em seu trabalho, nos deram as seguintes respostas:

Consigno. Não sei dizer nem como, mas a gente tem a nossa ética de trabalho, mas eu nunca me lembro [...] (MINERVA, informação verbal)⁵².

Assim, eu posso falar assim bem, o código... ética, a gente tem que ter ética aqui né? No trabalho da gente que às vezes um segurado coloca uma coisa assim muito pessoal. Eu atendi um segurado que ele colocou um problema social né? Que é uma coisa bem pessoal. Então é uma coisa que a pessoa tem que ter ética, né? (NIX, informação verbal)

⁵² Entrevista realizada em Mossoró-RN, 20 abr. 2007.

Eu acho que nenhum dos princípios, dentro da Previdência hoje como ela tá, a gente consegue não, universalizar direitos. Essas coisas eu acho difícil. Inclusive a normatização que a gente tem do Serviço Social, ela hoje, assim, na prática, tá bem aquém, por conta disso, porque se marcha pra um outro tipo de princípio da Previdência [...] (ARTEMIS, informação verbal)⁵³.

Os três fragmentos anteriores nos indicam que mesmo desconhecendo os princípios fundamentais do código de Ética, as Assistentes Sociais afirmam que conseguem reconhecê-los e materializá-los em sua prática profissional.

Dos elementos até agora analisados, fica evidente que a atualização teórico-metodológica do Assistente Social é fundamental para a ampliação e compreensão dos limites do fazer profissional e para nortear a ação profissional na instituição na qual se trabalha.

4.3. OS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AS CONTRA-REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: condições de trabalho, demandas e desafios.

Para melhor organização deste item, optamos por dividi-lo em dois grandes temas: Trabalho do Assistente Social no INSS e as Contra-Reformas da Previdência Social na perspectiva das entrevistadas. No primeiro, abordaremos as condições de trabalho, as dificuldades encontradas, as demandas postas, os desafios, enfim todos os elementos que nos foi possível coletar e analisar acerca do trabalho dos Assistentes Sociais no INSS. No segundo, nos deteremos especificamente nos impactos das Contra-Reformas no trabalho do Assistente Social na Previdência, a partir das perspectivas das entrevistadas. É óbvio que esta divisão é inteiramente arbitrária, pois todos estes elementos encontram-se extremamente imbricados e inter-relacionados, constituindo-se numa totalidade complexa. Neste sentido, optamos por separá-los somente para facilitar a exposição e análise.

⁵³ Entrevista realizada em Natal-RN, 15 mar. 2007.

4.3.1 Trabalho do Assistente Social no INSS

a) Situação funcional do Assistente Social na instituição

Como foi visto até o momento, a situação funcional do Assistente Social no INSS foi se modificando diante das Contra-Reformas da Previdência Social.

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas retrataram muito bem o momento atual relativo a sua situação funcional na instituição. Porém, neste trabalho, selecionamos as falas que consideramos mais representativas e que elucidam a atual situação que, como veremos, é preocupante.

Acerca das modificações que se deram no Setor de Serviço Social e no Programa de Reabilitação Profissional, duas Assistentes Sociais relatam:

Ela foi se estruturando, se estruturando e cada vez caindo, vamos dizer assim, nos anos 80, nos anos 90, a gente tinha toda estrutura de reabilitação quando o segurado entrava por aquela porta. Orientador Profissional, esqueça o Serviço Social, Orientador Profissional entendeu? Ela é padronizada. Então, você pergunta o que está no formulário com relação a função que a pessoa trabalhava, o segurado trabalhava ou com relação a dificuldade que ele está tendo depois do acidente, depois da doença, com relação a família, com relação a moradia, com relação a parte econômica, é um fator que tem muito a ver com o serviço social, mas, ela não está identificada só com o Serviço Social, porque as Psicólogas, Enfermeiras, a gente recebeu treinamento como orientadora profissional pra exercer essa função [...] (VÊNUS, informação verbal)⁵⁴.

Hoje a função da gente está assim, houve umas mudanças certo? Ai ta muito, todo assim... Uma enfermeira trabalha no que eu faço. Antigamente não. Só era, a Reabilitação só era feita, quando eu cheguei aqui que eu morava em Mossoró, a Reabilitação era feita por uma Assistente Social. Hoje de um tempo pra cá mudaram né? Toda a estrutura da parte de Reabilitação e hoje qualquer, assim uma pessoa de nível superior pode trabalhar na função do meu trabalho hoje (NIX, informação verbal).

Diante das Contra-Reformas da Previdência Social, o programa também sofreu modificações como pode ser identificado nas falas anteriores das entrevistadas. Como podemos ver, Vênus e Nix mostram que, a partir do final da década de 1990, temos a desestruturação desse programa. Um outro ponto importante e que atinge diretamente o Assistente Social é que este passou a ser

⁵⁴ Entrevista realizada em Natal-RN, 8 maio 2007.

chamado de Orientador Profissional, como também todos os outros profissionais de nível superior com exceção do Médico-Perito.

O que se percebe é que, atualmente, qualquer profissional chamado de Orientador Profissional pode preencher o formulário de atendimento ao usuário, que anteriormente, era preenchido apenas pelo Assistente Social. Desta forma, atualmente, qualquer profissional que estiver no momento da chegada do usuário no programa poderá fazer o atendimento e acompanhá-lo (ver anexos D, F, G e H). Apesar desses profissionais terem tido treinamento para assumir tão função, ficamos nos perguntando o que significou para o usuário esta reestruturação. Os demais profissionais foram formados adequadamente para este trabalho? Um treinamento substitui uma formação profissional específica e voltada para o respeito aos direitos dos usuários, como é o caso da formação dos Assistentes Sociais? Será que esta reestruturação não significou o privilégio de uma perspectiva de acesso dos usuários mais baseada em critérios técnicos do que numa de assegurar direitos?

Com estas indagações, não estamos subestimando a ação dos demais profissionais, mas somente mostrando que existem especificidades em cada formação, que estabelecem habilidades e competências próprias, que extrapolam as demais profissionais. Neste caso, assinalamos que o Assistente Social é formado, atualmente, na perspectiva de superar critérios meramente tecnicista-instrumentais e avançar na busca dos direitos dos usuários e, nesse sentido, parece-nos que, substituir o Assistente Social por outro profissional *pode* significar uma perda na perspectiva da defesa dos direitos.

Já na fala seguinte, a entrevistada Hestia afirma que “sumiu” o cargo de Serviço Social na instituição e que há uma luta para que este cargo volte. Essa é uma luta a nível nacional que já dura anos e é encabeçada pelas Assistentes Sociais que ainda estão no quadro do INSS, juntamente com os órgãos da nossa categoria profissional (CFESS/CRESS).

[...] na Previdência sumiu o cargo de Serviço Social né? A gente luta pra que volte, para que tenha novas contratações porque como é que se entende a Previdência Social sem ter no quadro Serviço Social. Porque vão se aposentando, vai enterrando aquelas barreiras ali, é uma luta nossa, né? [...] Tem que ter pessoas novas pra enfrentar o trabalho, muita gente. A gente não dá conta, é pouco Assistente Social pra muito trabalho (HESTIA, informação verbal).

As três falas seguintes das entrevistadas Selene, Têmis e Atena nos mostram a importância de ter o profissional Assistente Social no INSS. Um outro ponto importante e que foi citado na fala das entrevistadas é que há um número bastante reduzido de profissionais em exercício. Fato esse que estamos observando e que temos assinalado desde os itens anteriores. São pouquíssimas Assistentes Sociais diante da enorme demanda de trabalho que há diariamente na instituição. Como disse a entrevistada Selene é bom lembramos que há APS na qual não se tem Assistente Social.

[...] menina tem agências que num tem nenhuma, em segundo lugar eu acho que o Serviço Social é importante, uma vez que a gente tem que, tem segurado que num sabe o que fazer, como se dirigir, num sabe nem falar, eu acho que o Assistente Social, ele tem mais condições de ouvir as pessoas né? De analisar, até interpretando a demanda que está fazendo para aqui dentro do INSS, em relação ao serviço, eu acho que há uma necessidade (SELENE, informação verbal).

O depoimento seguinte da entrevistada Têmis retrata a atual situação da Gerência-Natal. Vemos, na fala de Têmis, que há um número bastante reduzido de Assistentes Sociais atuando no Serviço Social e que estas estão apenas nas Agências da capital do Estado. Isso no que se refere à Gerência-Natal. Percebemos que o quadro de Assistentes Sociais não está pior porque algumas delas vieram transferidas para o INSS após a extinção da LBA, como assinalamos anteriormente:

Nós só temos aqui sete Assistentes Sociais né? Cuidando, atuando no Serviço Social. Então, isso é insuficiente porque sequer preenche todas as Agências da capital. Nós temos na capital cinco Agências. Nós só temos Assistentes Sociais em quatro. Quer dizer, aqui na capital está deficiente e no interior, na Gerência-Natal, que tem algumas cidades do interior ligadas a Gerência-Natal, as Agências do interior não tem nenhuma Assistente Social. Então, por isso que há realmente a necessidade. Porque o último concurso, na verdade, pra assistentes sociais foi em 1976. Então, quer dizer que... de lá pra cá, ainda existem essas Assistentes Sociais porque vieram de outras instituições, né? A gente tem algumas. Acho que duas que são de ascensão funcional aqui do INSS mesmo. O restante, vieram todas de outras instituições: LBA, de outros ministérios... Então, a contratação é um dos pontos. E em virtude da demanda né? Que existe hoje, dos usuários. Porque nós hoje atendemos tanto a orientação previdenciária como com relação a assistencial né? Os benefícios assistenciais. Então, a gente na verdade trabalha com duas políticas, né? (TÊMIS, informação verbal)

A fala da entrevistada Atena retrata a situação da Gerência-Mossoró que tem no seu quadro um número de apenas duas Assistentes Sociais para atender toda a sua região. Como diz a entrevistada é muito trabalho para um número bastante reduzido de profissionais.

O ideal seria uma Assistente Social em cada APS. O ideal. A gente luta pra isso. Aqui em Mossoró como a APS é muito grande o ideal seria mais ou menos umas três ou quatro Assistentes Sociais, porque é muito serviço, muita coisa [...] (ATENA, informação verbal).

Na verdade, são 31 (trinta e um) anos sem concurso público para Assistente Social no INSS, apesar do aumento crescente da demanda. O que se percebe é que se busca enxugar a máquina administrativa e estatal, a partir de um discurso de eficiência que não parte de um diagnóstico adequado da situação. Ou seja, cresceu o número de segurados, cresceu a demanda mas reduziu-se o número de profissionais. Como “resolver” isto? Aumentando a flexibilidade das tarefas a serem desempenhadas pelos profissionais e exigindo deles maior produtividade, a fim de evitar novas contratações “desnecessárias”. É este o discurso oficial, e é este o discurso que está se tornando hegemônico.

b) Condições de trabalho

Além de estarem em número reduzido, a situação de trabalho das Assistentes Sociais não é das melhores e é acerca desta situação que faremos nossas reflexões a seguir.

As falas de Têmis e Ártemis retratam as condições de trabalho vivenciadas pelas Assistentes Sociais atualmente no INSS:

Olhe, é... Vamos dizer que mais ou menos... (Risos)... Eu não diria assim, que são totalmente suficientes porque às vezes a gente tem dificuldades... Por exemplo: carros, viaturas pra utilização. Tá entendendo? Impressoras, computador... Vamos dizer assim, mais ou menos ultrapassados. Nem todas as assistentes sociais tem um computador assim a disposição. Nós temos disponível assim, pra gente papel, canetas... Esses negócios assim. Agora, o que a gente vê assim por exemplo, em termos de *folders*... Aí a gente vê assim, um folder que não está atualizado. Tá entendendo? Às vezes, alguns *folders* que a gente precisaria utilizar não são atualizados

porque são *folders* que são feitos na Diretoria Colegiada né? Não é feito aqui (TÊMIS, informação verbal).

É toda uma batalha, a gente tem ali na sala do Perito que é a maior que tem. Num vou dizer nem que sim porque uma falta quando falta geral pra todo mundo né? É no setor como um todo. Então a gente sempre trabalhou com dificuldade de (trecho inaudível) material sempre, que sai e compra coisa. Eu num compro não, eu acho injusto. Material de expediente papel, tinta pros carimbos, impressora, tudo, que quebra e fica dias e dias ai a gente tendo que rodar a Agência inteira entendeu? (ÁRTEMIS, informação verbal).

As falas anteriores mostram, de forma evidente, as condições de trabalho dos Assistentes Sociais na instituição. As entrevistadas deixaram bem claro em suas falas os pontos nos quais há deficiência, que são: computadores, impressoras, *folders* não atualizados, carros, além de material de consumo.

Um ponto citado e que merece destaque é que, quando indagadas se tinham recursos materiais disponíveis adequados para a realização do seu trabalho, grande parte das entrevistadas nos afirmaram não possuir, conforme indica o gráfico seguinte:

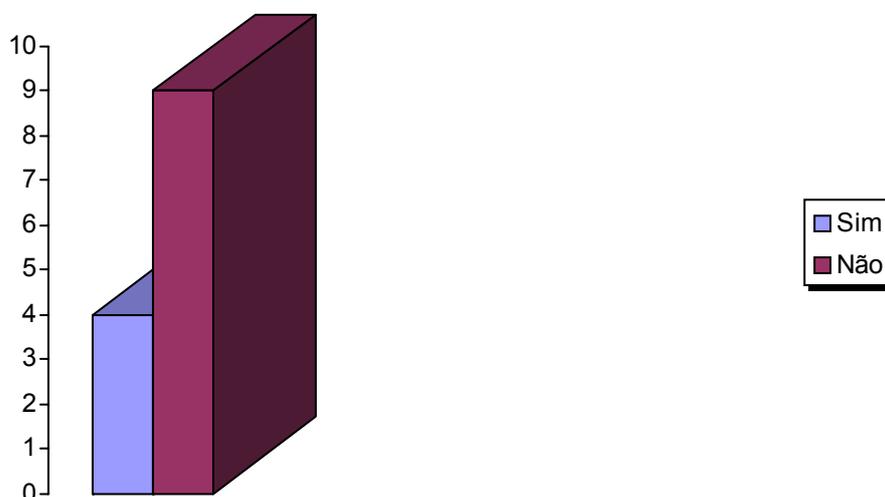


Gráfico 8 – Recursos materiais disponíveis

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Ao analisar o gráfico, percebemos que 09 (nove) das entrevistadas disseram não possuir recursos materiais disponíveis, enquanto 04 (quatro) disseram possuir recursos. Porém, no geral, percebemos que as entrevistadas não têm os recursos

materiais disponíveis para a realização do seu trabalho, fato esse que é relacionado diretamente às condições de trabalho.

Já no que se refere à sala adequada para atendimento, algumas entrevistadas disseram não possuir. A seguir, as falas de Atena e Selene ilustram a situação em que têm que dividir a sala de atendimento com os demais profissionais. Não há, então, uma sala particular onde possam realizar um atendimento individualizado com o usuário, conforme indicam:

Não existe. Você tá vendo aqui. É uma sala com várias pessoas aqui. Tem hora que parece aquela bolsa de valores. Não tem como a gente atender o segurado. Também não, nós não temos essa estrutura do Serviço Social. Aqui é péssima. Nós não temos sala de reunião, nós não temos sala de atendimento. Nós não temos atendimento, o atendimento individual não atende todo mundo, é muito complicado. Depois você vai ver o atendimento lá embaixo como é (ATENA, informação verbal).

Agora infelizmente nós somos duas aqui e só tem uma sala, nós já pedimos outra, já fizemos várias reivindicações [...] (SELENE, informação verbal).

As falas anteriores nos mostram que não há possibilidade de se realizar um atendimento individual e sigiloso com os usuários devido a sala de atendimento ser compartilhada com outros profissionais. Então, é difícil a realização de um atendimento com qualidade diante das situações que apresentam.

O gráfico a seguir nos mostra que 11 (onze) das entrevistadas possuem sala de atendimento e que 02 (duas) não possuem sala de atendimento próprias, tendo que dividir com outros profissionais, o que dificulta a relação e a privacidade com o usuário.

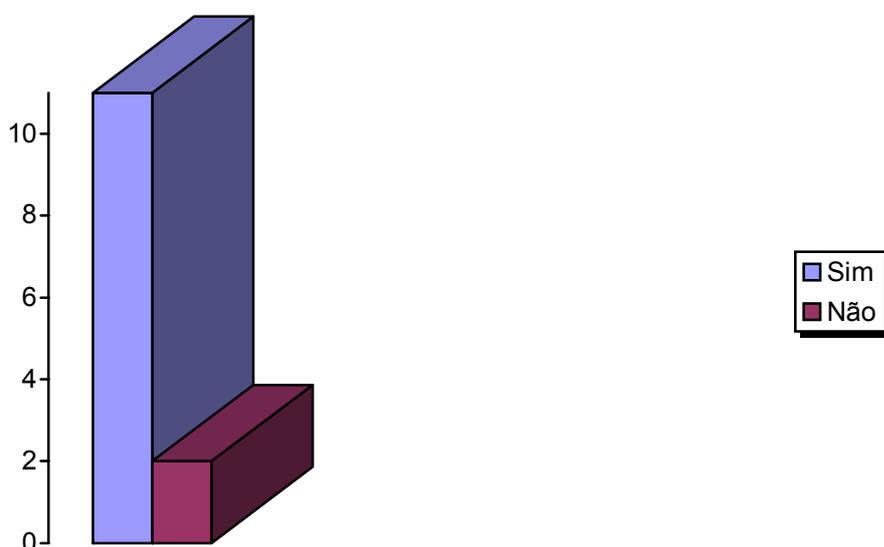


Gráfico 9 – Sala de atendimento

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Um outro elemento que merece análise é a avaliação das atividades que realizam. As falas seguintes de Hestia, Diana e Demeter nos foram as mais representativas diante dessa indagação.

Não avaliação não. E outra coisa a gente atende. Aqui o meu atendimento é todo avaliado diretamente ligado ao sistema tá entendendo? É um controle. Sei nem se é uma avaliação ou um controle. Controle por hora, quantos minutos a gente passa ta entendendo? Porque é um sistema que eles chamam de Sistema Fila. Então tudo isso tem um controle, sabe (HESTIA, informação verbal).

A entrevistada nos afirmou que não há uma avaliação das atividades que ela realiza na instituição e que há uma avaliação diária do atendimento que ela faz junto ao usuário. Essa avaliação é realizada via sistema, no qual fica registrado, estatisticamente, o tempo de atendimento ao usuário, o tempo que esse usuário ficou esperando ser atendido, qual o tipo de atendimento realizado, qual a demanda, dentre outras informações. Percebemos então, que é uma forma de controle institucional do trabalho realizado – quase controle de tempo e movimento numa perspectiva taylorista – e não uma preocupação quanto à qualidade do atendimento realizado (ver anexo C).

A entrevistada seguinte, que está lotada no Programa de Reabilitação, afirma que somente a Unidade de Referência de Reabilitação é quem realiza essa avaliação. Então, todos os outros profissionais que não estão lotados nesta Unidade ficam de fora dessa avaliação.

É...a gente tem um setor que é o setor da unidade técnica que é, vamos dizer assim, a chefe da Reabilitação né? Então ela quem faz essa parte assim de acompanhamento, que eu não sei nem dizer a você se está sendo feito porque em todos os setores tem uma carência muito grande de servidores. Inclusive na própria unidade. Há essa queixa de deficiência no serviço, no acompanhamento justamente pela falta de servidores suficientes. Então ninguém consegue fazer, dar conta, vamos dizer assim, de todas as tarefas (DIANA, informação verbal).

Já a entrevistada Demeter no que se refere a avaliação nos disse o seguinte:

Olha é o seguinte a avaliação, a gente faz mensal, a gente reúne mensalmente exatamente pra fazer a avaliação, né? Ver o que precisa adequar, algumas outras providências e tudo, né? Existe uma reunião e a gente faz isso a cada mês (DEMÉTER, informação verbal).

Percebemos que a entrevistada afirmou que a reunião realizada com todas as Assistentes Sociais da Gerência-Natal e coordenadas pela Assistente Social Têmis é uma forma de avaliação das atividades. Esta é a única forma de avaliação das atividades relatada. Porém, para se avaliar as atividades, e principalmente de um programa, é necessária a presença dos outros profissionais que estão envolvidos no processo. Ou seja, mesmo que sejam necessários momentos de avaliação somente com as Assistentes Sociais, é fundamental uma avaliação e acompanhamento geral do trabalho como um todo e isto não é realizado. Desta forma, não consideramos a atividade relatada, como uma avaliação e sim, como o próprio nome nos diz, é uma reunião onde são trocadas informações, informes, providências, dentre outros. Portanto, no nosso entendimento não há uma avaliação sistemática das atividades que realizam.

c) Atividades assumidas e instrumentos de intervenção

Entre as atividades realizadas, todas afirmaram realizar atendimentos individuais, encaminhamentos, orientações e elaboração de pareceres:

As minhas atribuições como Assistente Social, ultimamente a gente tá fazendo muito parecer social. Nós temos o atendimento individual [...] A gente utiliza entrevistas, a gente utiliza parecer social, a gente utiliza a visita domiciliar, a gente utiliza pesquisas. São pesquisas Thalyta que a gente não faz mais, eu estou até querendo fazer uma nova, porque a gente não tem tempo (ATENA, informação verbal).

Os instrumentos?... Bom, nós usamos muito entrevistas num é? O Parecer Social... É.... (silêncio) Entrevistas, Parecer Social... [...] (TÊMIS, informação verbal).

As Assistentes Sociais nos disseram que os instrumentos utilizados são entrevistas, visitas domiciliares e parecer social. Porém, em outros depoimentos, e nos formulários analisados aparecem, entre as atividades e instrumentos utilizados: reuniões, orientações, atendimentos individuais e grupais, palestras, treinamentos etc (ver anexos A, B, C e E). Um outro ponto citado, e que é de suma importância, é a realização de pesquisas que, diante do grande volume de trabalho, não está sendo possível realizar.

d) Dificuldades encontradas

As dificuldades encontradas no exercício profissional se entrecruzam com outros pontos que já mencionamos anteriormente. Porém, quando indagadas, especificamente, sobre esse item as entrevistadas nos deram os seguintes depoimentos:

Algumas dificuldades é... No sentido de, por exemplo, garantir os direitos dos usuários. A gente tem algumas dificuldades dada a diversificação. Assim, a interpretação da legislação previdenciária que é bastante complexa, né? A gente encontra algumas dificuldades. O próprio número reduzido né? De profissionais [...] (TÊMIS, informação verbal).

[...] As dificuldades eu diria que assim, por exemplo, especificamente no meu setor, eu sou até cobrada porque a gente tem que seguir as normas, né? A gente não pode fugir as normas. [...] dentro dessas normas você procura orientar o segurado da forma de ajudá-lo, mas a gente não pode fugir daquelas obrigações de funcionária e seguir a Previdência pública né? Mas ela não deixa de ser uma seguradora. Então você tem que seguir as normas e muitas vezes, o segurado que está em benefício ele quer se aposentar. Então o discurso da gente, o trabalho da gente é exatamente reabilitar porque ele volta ao trabalho. Isso não vai de encontro ao desejo que o segurado tem. Isso pra gente que é Assistente Social é muito desgastante. Particularmente, muitas vezes eu já fui questionada por segurado que eu sou a favor da instituição, porque eu tenho que dizer pra o segurado que ele tem que voltar ao trabalho quando na realidade ele quer se aposentar, é meio complicado isso [...] (DIANA, informação verbal).

Os depoimentos de Têmis e Diana nos afirmam que uma das grandes dificuldades do trabalho do Assistente Social nesta conjuntura é garantir os direitos dos usuários, principalmente, no que se refere à interpretação da legislação e ao enquadramento do usuário nessa legislação. Essa atitude do profissional leva, por vezes, o usuário a perguntar se a profissional está somente a favor da instituição.

Esse se torna um trabalho delicado pois, de um lado, está a legislação que, a cada dia, diminui os direitos dos usuários e, de outro, um usuário já fragilizado e com uma demanda que espera ser resolvida.

Outras dificuldades relatadas nas entrevistas são as seguintes:

[...] há algumas dificuldades, por exemplo, orçamento financeiro. [...] não tem orçamento. Não tem nem previsão pra chegar. Também serviço externo, pesquisa externa que é visitas domiciliares que a gente realiza quando há necessidade e hoje a gente não tem. Hoje não tem quantidade de verba pra fazer uma visita. Também tem essa dificuldade porque as visitas domiciliares é muito importante dentro do trabalho. Mas eu estou aqui pra trabalhar, né? A gente tá aqui, a gente trabalha numa instituição, eu procuro vestir a camisa dela porque eu preciso do emprego. Tem que trabalhar e vestir a camisa da instituição. Eu vou, eu vou quando há necessidade assim eu tou indo no meu carro, quando há necessidade porque cada caso é um caso. Um caso mais complicado que exige, mesmo que precise, eu tou indo no meu carro às vezes sem autorização. A gente vai por conta da gente que é o compromisso mesmo com o trabalho (NIX, informação verbal).

Eu acho que é a falta de conhecimento do objetivo do Serviço Social, das atividades do Serviço Social. Nós tivemos umas estagiárias no ano passado, dois últimos anos, que elas trabalharam muito na divulgação das atividades do Serviço Social dentro da Previdência, né? Agora na experiência, assim por exemplo, o chefe de Recife ele tem uma visão muito boa do Serviço Social. O gerente atual ele também tem uma visão muito boa de Serviço Social [...] Reconheço porque tem muita coisa que a gente só fica aqui dentro, a gente não divulga os resultados dos trabalhos do Serviço Social, certo? (ATENA, informação verbal)

Nos depoimentos anteriores percebemos que uma outra dificuldade é no que se refere ao orçamento que inviabiliza certas atividades que devem ser realizadas pelas profissionais. Diante da urgência e da importância, muitas usam recursos próprios para poder realizar o seu trabalho. Esta dificuldade na verdade se refere às condições de trabalho.

Outro ponto importante é que foi relatado como uma dificuldade, é o fato de muitos funcionários nas Agências da Previdência Social não terem conhecimento dos objetivos do trabalho do Assistente Social naquela instituição. Esse fator, por vezes, inviabiliza o andamento e prosseguimento das ações. Percebemos, então, que é necessário a realização de um trabalho que apresente e esclareça a todos da instituição o que é o Serviço Social, seus objetivos e finalidades na instituição.

Quando indagadas acerca das dificuldades encontradas no exercício profissional, 10 (dez) Assistentes Sociais afirmaram ter dificuldades e outras 03 (três) afirmaram não ter. É o que nos mostra o gráfico, a seguir:

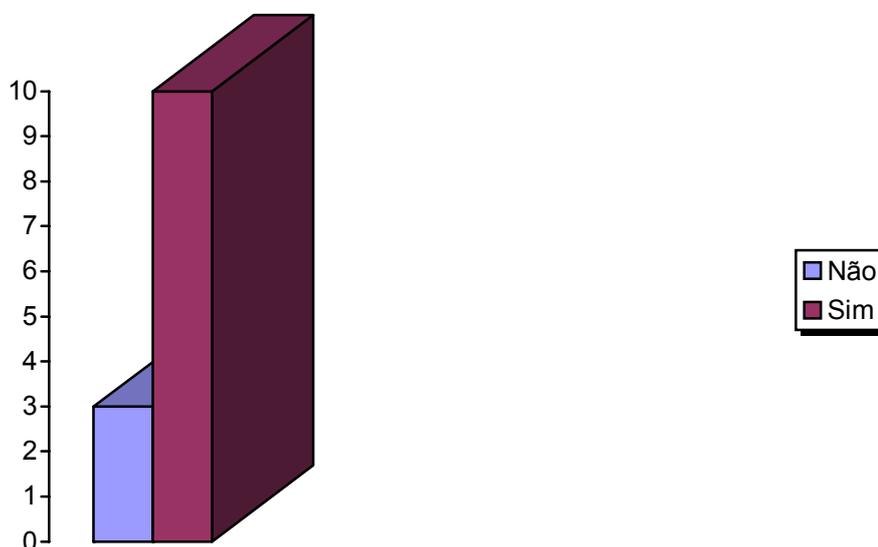


Gráfico 10 – Dificuldades encontradas no exercício profissional

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

e) Demandas e Desafios

Nesse item, nos deteremos nas demandas, instrumentos de intervenção e desafios postos ao exercício profissional.

Quando indagadas no que se refere às demandas, as entrevistadas nos deram os seguintes depoimentos:

É tudo. Porque a gente recebe, a gente tem, a gente da Reabilitação, a gente tem um número muito cheio pro atendimento, muito cheio. Então a gente sempre fica aguardando porque o atendimento está no limite, né? Não pode passar e a gente tem que fazer de tudo pra botar um pra voltar ao trabalho pra poder entrar o outro e assim vai, entendeu? Então a demanda é grande com relação a isso aí. [...] (AFRODITE, informação verbal).

Olhe, é muito demanda de informações né? Que o usuário, ele realmente não tem. Essa Política Previdenciária e a Legislação é altamente complexa.. É mutável demais num é? Então, isso realmente gera para a população, para aquela pessoa que está contribuindo, muitas dúvidas, desconhecimento realmente. Então, essa demanda de informações, de orientação, de busca realmente de direitos, de tentar, vamos dizer assim... entender essa burocracia

institucional que é bastante complexa. Eu acho que são essas demandas que surgem muito para o Serviço Social. No sentido, nessa perspectiva, de tentar garantir esses direitos a partir do conhecimento. Sim... Novas demandas que seriam justamente assim... O Serviço Social, a busca do Serviço Social nessa articulação com a sociedade. Que a gente viu assim... que os Assistentes Sociais do INSS não podem permanecer fechados na instituição né? A gente tem que realmente sair pra essa articulação com os movimentos sociais e tudo... Porque é daí que a gente vai poder ter resposta. Olhe, eu vejo que os outros profissionais, essas demandas também passam pra outros profissionais né? Porque, é, como existem, existem as mudanças, novas demandas. Então, o Serviço Social sozinho ele não dá conta de fazer um trabalho que tenha os resultados concretos. Tem que se realmente, a instituição tem que trabalhar com todos os profissionais sintonizados no sentido de tentar... É...Vamos dizer assim... garantir um objetivo né? Ter uma resolutividade com relação ao objetivo da instituição. E pra nós da própria profissão né? Então, quer dizer... Eu acho que essas demandas também perpassam para os outros profissionais (TÊMIS, informação verbal).

As falas de Afrodite e Têmis nos diz em que a demanda cresceu muito em função da quantidade de usuários que precisam ser atendidos. Além do número de usuários ter aumentado, a principal demanda é por orientação e informações por parte dos usuários já que a legislação previdenciária é muito complexa para ser compreendida. Porém, há a menção de um desafio na fala de Afrodite, que é a necessidade de uma maior articulação do Serviço Social com os outros profissionais, com a sociedade e com os movimentos sociais. Neste sentido, percebe-se que os Assistentes Sociais têm claro que há elementos que extrapolam a sua ação profissional e exige uma articulação social mais ampla.

A prática do Assistente Social em qualquer espaço profissional é sempre desafiadora, devido estarmos trabalhando com a questão social e estarmos numa sociedade permeada pelas desigualdades sociais. Eis os depoimentos:

Ai meu Deus eu já to quase saindo. Os desafios sempre existem né? Eu acho que é exatamente esse empenho em contribuir para que as pessoas, elas passem a compreender melhor toda essa engrenagem, no qual as políticas estão inseridas, né? A população ela é muito, mediatista, ela assim, não vê a questão, ela não se interessa. Aliás para compreender, tá entendendo? Todo esse mecanismo, toda essa engrenagem que existe, né? Ela muitas vezes não associa o poder político com as políticas públicas. Tá entendendo? Esse é o maior desafio (DEMETER, informação verbal).

[...] Nós temos um desafio com a empresa, porque a gente trabalha com a empresa, pra ver o retorno do segurado e às vezes tem empresas que é um desafio. Mesmo a motivação do segurado, o segurado chega aqui desmotivado. Então há um desafio da gente procurar motivá-lo a retornar ao trabalho [...] (NIX, informação verbal).

Há muitos. (risos) A questão da gente fazer valer o Serviço Social, a questão da gente dá visibilidade da questão do atendimento às demandas, a questão da humanização dos próprios colegas (AURORA, informação verbal)⁵⁵.

Em suas falas as entrevistadas nos afirmaram que um desafio a ser alcançado é o entendimento, pelos usuários, no que se refere à legislação previdenciária, ao retorno do usuário que está no Programa de Reabilitação para a empresa e outro que é de fazer valer o Serviço Social dentro e fora da instituição, mostrando o seu papel, o trabalho que é realizado e, claro, que ajude na humanização dos outros colegas.

O que se percebe nas falas é que, alguns profissionais percebem a necessidade atual da socialização das informações aos usuários, bem como na luta por assegurar direitos. Contudo, em função da conjuntura adversa, das constantes modificações na legislação previdenciária e trabalhista, estes objetivos tem se tornado um desafio cada vez mais difícil.

f) Autonomia

Segundo Iamamoto (2001a), o Assistente Social possui relativa autonomia no desempenho das suas atividades. Isto se dá porque no desenvolvimento de suas atividades, se encontra limitado por suas condições de trabalho, pela política institucional e por diversos elementos que extrapolam o âmbito de sua ação, mas das quais sua ação depende para se efetivar. Neste sentido, as Assistentes Sociais entrevistadas reforçam essa percepção:

[...] eu diria até que aqui, na instituição nós temos uma autonomia, uma autonomia pra desenvolvermos algum trabalho. Você está entendendo? Nós temos assim... Ninguém fica, vamos dizer assim... Controlando o que a gente faz de uma maneira. Muito embora existam, vamos dizer assim... Objetivos institucionais, né? Para você

⁵⁵ Entrevista realizada em Natal-RN, 8 maio 2007.

trabalhar. Mas eu digo assim... De uma certa forma você tem uma liberdade para elaborar projetos... Tá entendendo? (TÊMIS, informação verbal).

É você ter condições de realizar um trabalho né? [...] Tem as normas a cumprir, mas que você possa desenvolver esse trabalho com, quer dizer dependente dessa parte financeira que é uma autonomia que não depende só de mim de realizar o trabalho, mas eu procuro, a gente procura trabalhar de boa vontade, motivação, a gente procura, com dificuldades né? (VÊNUS, informação verbal).

Autonomia, a minha autonomia profissional é você ter a liberdade de você planejar as atividades de acordo com as exigências das demandas. Vê se deu...(risos) isso a gente tem, até certo ponto (HERA, informação verbal)⁵⁶.

As 03 (três) entrevistadas uma relativa autonomia no desempenho das atividades, uma vez que não detêm todos os meios para a execução de suas atividades, e também precisam se submeter a uma legislação com o qual, muitas vezes, discordam. Isso que acabamos de afirmar pode ser constatado no gráfico que apresentaremos a seguir. Nele, 09 (nove) afirmam ter autonomia com limitações e outras 04 (quatro) afirmam ter total autonomia.

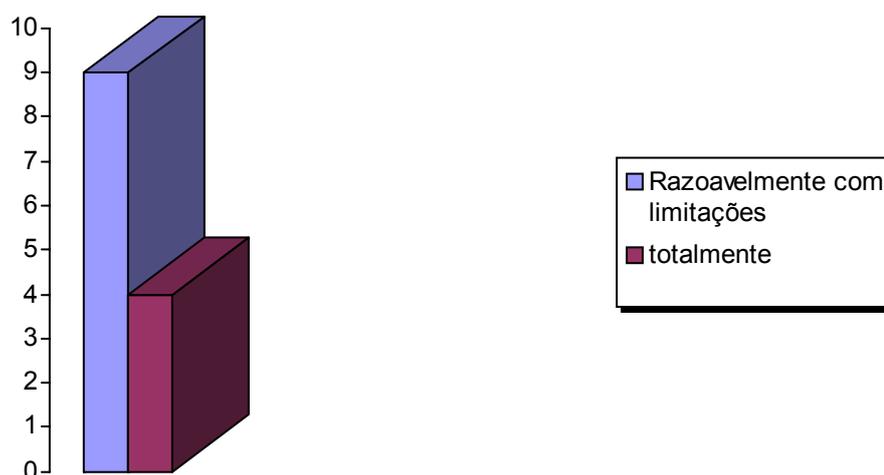


Gráfico 11 – Autonomia no desempenho das atividades

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

⁵⁶ Entrevista realizada em Natal-RN, 16 jan. 2007.

4.3.2 As Contra-Reformas da Previdência Social na perspectiva das Assistentes Sociais entrevistadas

a) Significados das Contra-Reformas da Previdência Social

Como já estamos analisando nesse trabalho, vários foram os impactos ocasionados pelas Contra-Reformas da Previdência Social. A seguir, selecionamos alguns trechos das entrevistas no que se referem aos significados das Contra-Reformas da Previdência Social no trabalho do Assistente Social:

As Reformas da Previdência realmente trouxeram assim... bastante desafios, né, ao Serviço Social. Uma vez que o Serviço Social ficou numa posição bastante vulnerável na Previdência, né...É quando nós praticamente... realmente... nós saímos realmente da Estrutura. E isso, é... eu acho assim... isso trouxe um prejuízo para o Serviço Social no sentido de que você perdeu aquela centralidade que tinha o Serviço Social... com direcionamentos, diretrizes num é. E muito embora eu acho assim... que a categoria continuou lutando e mesmo sem estar na Estrutura, nós estávamos é... tentando ficar em posições estratégicas. Vamos dizer... continuarmos nas Gerências, como um elo mesmo que não oficialmente. Mas, justamente para tentar dar, repassar ou unir essa categoria que estava nas Agências né? Então, realmente houve um esfacelamento. Que eu acho assim... que nos dois últimos anos a gente está conseguindo retomar né? E também do ponto de vista das Reformas que influenciaram nos direitos dos usuários, isso também trouxe para o Serviço Social grandes desafios. Por que? Porque fica mais difícil de você trabalhar para essa garantia dos direitos dos usuários num é? Porque as Reformas, elas extinguem direitos e na hora que você está trabalhando nessa perspectiva de inclusão. Então, você de certa forma se sente assim um pouco impotente. Você tá entendendo? Para trabalhar... Como incluir esses usuários no município, na Previdência... (TÊMIS, informação verbal).

Também, então quando aquilo aparece eu já sei lá vem fogo por aí. Porque primeiro eles mostram as coisas ruins da Previdência pra poderem fazer as reformas. Então a gente começa a sofrer desde aquilo ali, né? Porque a gente já sabe que nós, como trabalhador também, né? Como Assistente Social e como trabalhador. Eu não vou negar que numa reforma dessa assim, nas mudanças aparecem, surgem as demandas, né, do Serviço Social. [...] aqui em Mossoró, que eu falo mais dessa nossa região, é da gente não poder, vamos dizer assim, atender essa demanda, nas orientações, né? Eu acho que a gente não atende o suficiente né? [...] (ATENA, informação verbal).

As entrevistadas Têmis e Antena, quando indagadas sobre os significados das Contra-Reformas da Previdência Social, fazem referência ao Serviço Social e aos impactos que ocorreram com essa categoria profissional dentro da instituição e para o trabalho do Assistente Social com o usuário. Uma das entrevistadas assinala que, quando há uma (Contra)-Reforma da Previdência Social, os direitos dos trabalhadores são afetados. Ou seja, há a extinção dos direitos dos trabalhadores.

Na fala de uma entrevistada também se percebe a estratégia do governo e dos meios de comunicação, que permitiu que o discurso da necessidade da “Reforma” no Estado e na Previdência Social se tornasse hegemônico: “primeiro eles mostram as coisas ruins da Previdência pra poderem fazer as Reformas”. De fato, esta tem sido a estratégia usada, sistematicamente, pelo governo e pelos meios de comunicação, a fim de convencer a sociedade da necessidade de restringir os direitos trabalhistas.

b) Impactos ocasionados pelas Contra-Reformas da Previdência Social

Vários foram os impactos ocasionados pelas Contra-Reformas da Previdência Social, como vemos sinalizando ao longo deste trabalho. As Assistentes Sociais evidenciam esses impactos em suas entrevistas:

É, acho que nós sofremos sim. Primeiro que na profissão em si ela não foi valorizada, ela passou um tempo até...acabaram com a Divisão e depois de uma luta, de uma pressão veio [...] essa parte assim, como eu disse a gente trabalha um pouco isolado do que acontece ali, da direção sobre o Serviço Social. A gente tem mais os detalhes que a gente não acompanha direito, mas pelo que eu sei a gente teve uma perda de espaço muito grande. Tanto teve de redução de profissionais né? Que foram se aposentando e não foram repostos como também em termos de atuação de serviços, de local de trabalho (DIANA, informação verbal).

[...] impacto assim, profissional assim, pra gente também né? Por que? Porque a gente agora está, por exemplo, vinculada a uma idade mínima pra se aposentar né? Além do tempo de contribuição, você tem que ter cinquenta e cinco anos, não importa se você já passou dos trinta anos de serviço né? Nesse sentido. E no impacto profissional, é você lidar com essa vulnerabilidade do segurado, por descontentamento, eu sei que muito assim, de injustiça que aflora nele (DEMETER, informação verbal).

Acho que a gente, a nossa categoria sofreu um pouco com isso também, que hoje dentro da Previdência o que trabalha o Serviço Social é as meninas aí do Serviço Social. Elas trabalham como

Assistente Social. Hoje meu carimbo, aqui dentro da Reabilitação, a categoria da gente sofreu um pouco porque meu carimbo ainda tá Assistente Social mas aí como eu falei pra você anteriormente, qualquer pessoa do nível superior, um Fisioterapeuta, um Terapeuta, um Enfermeiro trabalham no, eu acho, que no espaço da gente. A gente perdeu um pouquinho nosso espaço. E mesmo concurso dentro da Previdência hoje pra Assistente Social, hoje num existe mais (NIX, informação verbal).

Nas três falas das entrevistadas podemos elencar as seguintes perdas causadas pelas Contra-Reformas: extinção da Divisão de Serviço Social; redução do seu espaço de atuação; modificações na estrutura do Programa de Reabilitação Profissional, implicando na perda de espaço de atuação, aumento do tempo para a aposentadoria; vulnerabilidade dos usuários; falta de concurso público, dentre outros.

Então, os impactos foram de diversos tipos e formas. O que constata-se é que a instituição está cada vez mais reduzindo o espaço de atuação profissional e restringindo os direitos dos trabalhadores.

c) Importância do trabalho do Assistente Social

A importância do trabalho do Assistente Social na instituição é algo que norteia toda a nossa pesquisa. Desde as primeiras páginas deste trabalho sinalizamos a importância da permanência e da abertura de novos espaços e vagas para os Assistentes Sociais no INSS. Os quatro depoimentos a seguir refletem e retratam muito bem isto:

Porque é exatamente ela, o Assistente Social, o seu fazer profissional, ele vai ter a facilidade de contribuir para a formação de uma consciência voltada para os direitos sociais (DEMETER, informação verbal).

Porque... o INSS é um instituto de cunho social. Apesar de que as pessoas nunca verem isso. Então, daí já começa a necessidade de um Assistente Social. Apesar de que a instituição em si não vê isso. Ela não enxerga. Então isso eles enxergam os números, eles enxergam a política, mas eles não enxergam o social (ATENA, informação verbal).

Muito. Porque é uma Previdência que requer muito, é uma Previdência única né? De concessão e reconhecimento de direitos dos cidadãos né? E pra você reconhecer e conceder esse direito você tem que atuar muito junto aos segurados. Essa parte de esclarecimento de, se os direitos deles realmente estão sendo

respeitados. E o Assistente Social é um profissional que sabe lidar muito bem com esses conflitos, com essa parte de esclarecimento [...] (DIANA, informação verbal).

Diria que é importantíssimo. Eu sei que a gente fazia um trabalho importante a medida que a gente interpretava os direitos, e tentava, digamos assim, plantar essa semente dessa coisa da visão crítica, e pra que ele pudesse também fazer aquela, na medida do possível, aquela aventura mais real da instituição e não ficar fazendo, achando que, e de repente era um favor (VESTA, informação verbal).

Todas as quatro entrevistadas nos afirmam ser as Assistentes Sociais profissionais capacitadas na socialização das informações previdenciárias junto aos usuários. Essas profissionais realizam uma socialização crítica, na perspectiva da defesa dos direitos sociais. Então, diante dessas afirmações, vemos o quanto é necessário a permanência desses profissionais no INSS, numa conjuntura que restringe direitos e que tenta transformá-los em privilégios a serem retirados de todos os trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não encerra os debates e as discussões relativas às Contra-Reformas da Previdência Social e ao trabalho do Assistente Social no INSS. Acreditamos nisso porque consideramos que a realidade é uma totalidade mais rica do que as determinações que se possam reconstruir no plano ideal. Por isso, concluir essa Dissertação não significa finalizar as análises e reflexões sobre o nosso objeto de estudo.

O percurso teórico que fizemos para a elaboração deste trabalho, tendo como referências autores clássicos e contemporâneos, acerca das Contra-Reformas da Previdência Social e do trabalho do Assistente Sociais, nos permitiu expor as relações intrínsecas e extrínsecas do desenvolvimento do sistema de proteção ao trabalho, especificamente na esfera previdenciária. O conhecimento auferido nos permite captar com maior clareza o presente e ousar projeções sobre o futuro.

Então, a análise da profissão do Serviço Social no INSS, mediante as Contra-Reformas da Previdência Social no Brasil, a partir da década de 1990, longe de qualquer ilusão quanto à resultados conclusivos, permite-nos, somente, traçar considerações finais quanto aos objetivos propostos. Para isto, baseamo-nos nos pressupostos explicitados por Iamamoto (2001a, p. 20-25), a saber:

1º pressuposto: a necessidade de romper com visões endógenas da profissão, buscando apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades presentes que possam ser impulsionadas pelo Assistente Social, transformando-as em projetos e frentes de trabalho;

2º pressuposto: o entendimento da profissão como um tipo de trabalho na sociedade. Ou seja, o Serviço Social é uma especialização do trabalho inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, portanto tem um valor de uso ao atender às necessidades sociais. Ao se constituírem, no Brasil, como trabalhadores assalariados, os Assistentes Sociais participam do processo de reprodução da classe trabalhadora e/ou na redistribuição da riqueza social e, ao mesmo tempo, participam também do processo de reprodução da ideologia dominante. Esta análise aponta que “as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal, em suas relações com a sociedade civil” (IAMAMOTO, 2001a, p. 23) incidem sobre os rumos da profissão.

3º pressuposto: o entendimento do Serviço Social como trabalho implica em privilegiar a produção e a reprodução da vida social, não se limitando apenas à dimensão econômica, mas à reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais.

Desta forma, o entendimento do trabalho do Assistente Social na atualidade passa, necessariamente, pela análise das suas funções na divisão social do trabalho na sociedade contemporânea frente às modificações atuais. Implica também na análise de uma profissão que, nos anos 1990, definiu seu projeto ético-político de forma a se colocar em defesa de um projeto de sociedade igualitária, democrática, na qual busca-se a participação efetiva dos usuários nos serviços e na riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, o trabalho do Assistente Social no INSS, conforme confirmamos na pesquisa, caracteriza-se pelo posicionamento na defesa dos direitos sociais e da cidadania. Até a década de 1980, o trabalho profissional era desenvolvido por uma atuação marcadamente funcionalista, acrítica e segmentada da realidade. O novo paradigma, ao entender a Previdência Social como direito social, compondo a Seguridade Social Pública, conquistado historicamente na relação capital *versus* trabalho, resgata o caráter contraditório presente na política, que atende às demandas do capital, via controle social dos trabalhadores, através de medidas compensatórias, mas também atende às demandas legítimas dos trabalhadores, quando estes exigem a intervenção do Estado, nas manifestações da questão social. Desta forma, o Assistente Social, tendo clareza da não existência da neutralidade profissional, deverá buscar estratégias de intervenção profissional que se traduzem no fortalecimento dos trabalhadores na busca dos direitos sociais. Os determinantes históricos estão imbricados no processo analisado, permeando relações e definindo limites e possibilidades no fazer profissional.

Neste trabalho, investigamos o atual espaço profissional do Assistente Social, no INSS no Estado do Rio Grande do Norte, pós Contra-Reformas da Previdência Social. Ao finalizar a nossa pesquisa e ao analisar os dados coletados, percebemos que esse espaço continua cada vez menor. Atrelado a esse fato, constatou-se também que as condições de trabalho na instituição pesquisada deixam muito a desejar, faltando condições mínimas para que o fazer profissional se efetive adequadamente. Os profissionais reclamam tanto da falta de material de consumo como de material permanente como impressoras, computadores etc.

Neste sentido, reafirmamos a importância da inserção dos Assistentes Sociais na estrutura organizacional do INSS, bem como um melhoramento das suas atuais condições de trabalho. É um desafio para os profissionais que ainda permanecem na instituição a elaboração e implantação de um novo fazer profissional em consonância com o projeto ético-político hegemônico na categoria, conforme verificamos na pesquisa. Destacamos também as péssimas condições de trabalho e os impactos sofridos pelos Assistentes Sociais diante das Contra-Reformas da Previdência Social, registrados nos relatos das entrevistadas.

Destarte, o Assistente Social, ao ter como foco privilegiado a atuação nas manifestações da questão social, sofre também, nessa conjuntura, mudanças na organização de trabalho e na delimitação dos espaços sócio-ocupacionais. Mesmo regulamentado como profissional liberal, o Assistente Social, firma-se, no Brasil, enquanto trabalhador assalariado, sobrevivendo da venda de sua força de trabalho, não detendo os meios necessários para a efetivação do seu trabalho, ainda que dispondo de relativa autonomia (IAMAMOTO, 2001a, p. 63).

Destacamos ainda, as dificuldades de domínio, por parte dos Assistentes Sociais entrevistados, de mecanismos éticos, políticos, teóricos e técnicos, que possam traduzir a opção profissional pelo fortalecimento dos trabalhadores e usuários das políticas públicas neste país.

A superação dessas dificuldades envolve a determinação do profissional na escolha realizada, em consonância com um projeto societário que tem na liberdade, entendida como plena autonomia dos indivíduos, na socialização da riqueza construída e na radicalização da democracia, os seus principais pilares. Nesta ótica, enfatiza-se a dimensão política da profissão, tendo-se clareza da importância de contribuir para a desmistificação das relações sociais e do fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito político de direitos.

Apesar de não ser o foco central do nosso estudo, vimos que a Previdência Social pública representa um importante mecanismo de redistribuição de renda num país, com os índices sociais alarmantes. Mesmo que essa distribuição se dê, predominantemente, no sentido horizontal, dos não enfermos para os enfermos; dos ativos para os

inativos, não representando uma redistribuição vertical⁵⁷, já que a política se caracteriza, na prática, pelo caráter contributivo, com exceções de alguns segmentos dos trabalhadores rurais e pescadores artesanais (CARTAXO, 1995).

Mas a política previdenciária, ao não garantir a cobertura a milhões de trabalhadores brasileiros, que se encontram à margem da condição de assalariamento formal, reforça a ótica da cidadania regulada (SANTOS, 1994) e do cidadão consumidor (MOTA, 2000). Ao mercado, interessa o segmento que possa contribuir, gerando uma proposta de previdência pública básica e de transferências mínimas de renda, através da política focalizada de assistência social pelo Estado, enquanto enfatiza-se a previdência privada no país.

Com o processo de Contra-Reforma do Estado, instaurado a partir do Governo Collor, inicia-se o processo de privatizações, de “reformas” na Previdência Social e no Aparelho do Estado. Com o argumento da existência de “déficit” crescente do sistema previdenciário, são realizadas profundas mudanças, de caráter restritivo aos direitos dos trabalhadores, visando atender às exigências de um mercado promissor e de organismo internacionais. Privilegia-se a ótica do seguro, em detrimento do conceito de Seguridade Social, que se delineou, mesmo que tenuemente, com a Constituição Federal de 1988. Paralelamente, é realizada a contra-reforma também na administração federal, atingindo os servidores públicos. O INSS sofre reformulações estruturais, onde o Serviço Social é atingido violentamente, com a perda de espaços na estrutura organizacional e com ameaça de extinção. A primeira ameaça já se tornou realidade e é preciso muita luta e organização para não permitir que a segunda se realize.

⁵⁷ A redistribuição vertical se caracteriza pela transferência de renda dos segmentos sociais mais ricos para os mais pobres.

Constata-se que houve uma grande redução no espaço profissional dos Assistentes Sociais no INSS. Ao verificar a forma como o Serviço Social foi atingindo nesse processo de Contra-Reformas, acreditamos ter mostrado como as mudanças ocorridas afetaram o espaço sócio-ocupacional da profissão na instituição.

Ressaltamos que hoje é muito baixo o quantitativo de profissionais existentes, o que, concretamente, poderá inviabilizar, em curto prazo, a possibilidade de realização de qualquer projeto profissional, se não houver concurso público urgente. Além disso, um percentual considerável de profissionais se encontram desenvolvendo ações institucionais que não estão subordinadas tecnicamente ao Serviço Social, conforme já sinalizamos.

Hoje, a previdência social pública é disputada pelo mercado como em nenhum momento já vivenciado no nosso país. O governo atual apontou para a retomada do Setor de Serviço Social no INSS⁵⁸, mas não viabilizou os meios e instrumentos necessários à efetivação do trabalho, estando, inclusive, longe de priorizar a defesa da Seguridade Social.

Diante dos fatos expostos, como aponta Iamamoto (2001a), a realidade não pode se tornar um obstáculo para o trabalho profissional e o profissional não pode ficar esperando por condições ideais. A realidade não pode impossibilitar a ação. É nas adversidades que as exigências profissionais são maiores, assim como os desafios apresentados.

A própria história recente do Serviço Social na Previdência social recusa a visão reducionista. Os Assistentes Sociais, ao optarem, coletivamente, pelo trabalho comprometido com a classe trabalhadora, também garantiram a continuidade do próprio Serviço Social na instituição. Pois, a permanência do serviço, em 1998, só aconteceu, mesmo de forma fragilizada, porque houve a resistência contra a sua extinção. E essa resistência não foi apenas da categoria, conforme já relatado, foi também dos trabalhadores organizados, principalmente, aqueles que têm na previdência pública, o único recurso de obter alguma proteção social neste país. E os trabalhadores só resistiram, com manifestações públicas de diferentes segmentos organizados, porque os assistentes sociais do INSS optaram, coletivamente, por romper com um trabalho burocrático e internista. Caso contrário, não haveria reação, sendo apenas mais um serviço extinto.

Entendamos assim, que o maior desafio hoje para o Assistente Social, é continuar, cotidianamente, mostrando o seu valor e a importância do na política previdenciária, não perdendo de vista o caráter contraditório presente nas políticas sociais, que impede qualquer visão fatalista. Neste sentido, concordamos com Cabral quando afirma que a permanência do Serviço Social

⁵⁸ Estamos nos referindo a promessa de concurso público para Assistente Social no INSS, ventilada pelo Ministro da Previdência Social do atual governo, mas não concretizada até o momento.

no conjunto das prestações previdenciárias não significa apenas mais um serviço, mas resulta fundamentalmente da utilidade deste trabalho no interior da proteção previdenciária, mecanismo por excelência de reprodução das condições de vida das classes subalternas, esfera priorizada pelo mercado.[...] O desafio maior para o serviço social previdenciário está em afirmar a utilidade deste trabalho nesta quadra histórica demarcada por profundas transformações na esfera do Estado que afetam e restringem esta política pela redução da proteção previdenciária básica, pela restrição dos direitos previdenciários, pela compressão no valor dos benefícios e pela transferência da Previdência Complementar exclusivamente para a lógica de mercado (CABRAL, 2004, p. 3).

Assim, é fundamental reforçar a atuação profissional na ótica do fortalecimento da classe trabalhadora deste país, com a certeza de que

O projeto ético-político não é uma utopia ou uma quimera produzida por uma visão distorcida e simplificada da realidade objetiva. Ao contrário, ele está assentado numa dupla compreensão. Por um lado, ele diz respeito à lúcida percepção da dimensão política da profissão e do caráter contraditório da prática profissional. Por outro lado, ele diz respeito à clara certeza da incompatibilidade da ordem burguesa com a democracia, a justiça social, a cidadania e a liberdade. (RODRIGUES, 2005, p. 3).

Desta forma, o presente trabalho traz em seu bojo a importância de acreditar que é preciso e necessário ousar em tempos difíceis e estes também são tempos de resistências. Nestes, não nos é permitido outra saída a não ser a de lutar por uma sociedade diferente da que vivenciamos, na qual a emancipação humana seja o nosso compromisso maior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Helenice Melo de. Os impactos da reforma da previdência no serviço social do INSS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2001.

ALVARENGA, Raquel F. C. de. Socialização das Informações Previdenciárias: um novo olhar no repasse de informações. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER; GENTILI (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

_____. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

ARAÚJO, Odília Sousa de. **A reforma da previdência social brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998**. Natal: EDUFRN, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Sergio Luiz; ANDRADE, Luiz A. G. de. A Reforma do estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Org.). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

BARBOSA, Thalyta Mabel Nobre. **Reabilitação Profissional na Previdência Social Brasileira: proteção ao trabalho ou proteção ao capital?:** uma abordagem analítica. Natal. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do estado e perdas de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Política social no capitalismo tardio.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2003. (Coleção Ciências da Educação).

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 63-137.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Seguridade Social no Brasil e perspectivas no governo Lula. **Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDESSN, n. 30, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

_____. **Seguridade social e trabalho:** paradoxos na construção das política de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres; Editora UNB, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, v. 2.).

BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. **Portaria nº 52, de 6 de setembro de 1944.** Autoriza a Organização pelos Institutos e Caixas de um Serviço Social. Brasília, 1944.

_____. República Federativa do Brasil. **Constituição (1988).** Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Assessoria de Comunicação Social. **Por que reformar a previdência?:** livro branco da previdência social. Presidência da República. Governo de Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998a. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. **Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.** Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, dez.1998b.

_____. **Medida Provisória nº 1. 729, de 02 de dezembro de 1998.** Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Brasília, 1998c.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Assessoria de Comunicação Social. **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Brasília, 1999a.

_____. **Decreto nº 3.081, de 10 de junho de 1999.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto Nacional do seguro social – INSS, e dá outras providências. Brasília, 1999b.

_____. **Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999.** Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8. 212 e 8.213/ 24/07/91 e dá outras providências. Brasília, 1999c.

_____. Ministério da Previdência Social. **Orientação Interna do INSS nº 69, de 19 de agosto de 2002.** Brasília, 2002.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Regulamenta a Profissão do Assistente Social. In: COLETÂNEA de Leis. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003a.

_____. Código de ética dos assistentes sociais. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94 e 333/96. In: COLETÂNEA de Leis. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003b.

_____. **Emenda constitucional nº 41/98, de 19 de dezembro de 2003.** Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, dez. 2003c.

_____. **Emenda constitucional nº 42/03, de 19 de dezembro de 2003.** Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, dez. 2003d.

_____. **Emenda constitucional nº 47/05, de 5 de julho de 2005.** Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, jul. 2005.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Assessoria de Comunicação Social. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 48-68, 2004.

CABRAL, Maria do Socorro Reis. Serviço social e política previdenciária. In: CONGRESSO BRASILEIRO A DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 1979, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1979.

_____. Previdência Social. In: PROGRAMA de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília: CEAD; UNB; CFESS; ABEPSS, 2000a. Módulo III.

_____. As políticas brasileiras de seguridade social: previdência social. In: POLÍTICA Social: capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD, 2000b. Módulo três.

_____. A ação política na recomposição do espaço sócio-ocupacional do serviço social na previdência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., Encontro nacional de Serviço Social Seguridade, 3., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004.

CABRAL, Maria do Socorro Reis; CARTAXO, Ana Maria Baima. 69 Anos de resistência e luta dos trabalhadores em defesa de uma Previdência social pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7., 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1992.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência: a previdência e o serviço social.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A crise do direito de proteção ao trabalho no âmbito da reforma da previdência social.** 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, M. S. R. O impacto do ajuste estrutural no serviço social previdenciário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2001.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 495-591.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

FALEIROS, Vicente de Paula. Previdência social e neoliberalismo. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ANDES –SN, n. 06, falta as páginas do artigo, fev.1994.

_____. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A questão da reforma da previdência social no Brasil. **Ser Social**, n. 7, p. 97–116, jul./dez. 2000.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Iraydes Moesia. **Reabilitação profissional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1985.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e serviço social. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.). **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006. (Série Didáticos).

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Mimeografado.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**, Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

JONHSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prtático da linuagem sociológica**. Tradução de Ruy Jungmann; Consultoria, Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LESSA, Sergio. **Para além de Marx?: crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005. (Coleção Labirintos do Trabalho).

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital (1847). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos III**. São Paulo: Ed.Sociais,1977.

_____. Transformação do valor, respectivamente do preço da força de trabalho, em salário. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural,1985. v 2. Capítulo XVII. (Os economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 102-125, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Marinete Cordeiro. **O Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a partir da década de 90: Uma análise da implantação da Matriz Teórica Metodológica**. 2005. 180f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A. E.; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social**. Brasília: MPAS, 1995.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o serviço social posta à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer: serviço social, trabalho profissional e representações sociais**. Natal: EDUFRN, 2005.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Coleção trabalho e emancipação).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 102**. Relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra em 28 de junho de 1952. Genebra, 1952.

PEREIRA, Ana Alves. NPS: sua Contribuição para o Bem-estar social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2., 1976, Recife. **Anais...** Recife, 1976. p.291-323.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **CADERNOS MARE da Reforma do Estado**, Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. v. 1, p. 7-57, 1997.

PETRAS, J. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. (Coleção sociedade e ambiente, n. 3).

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PUGLIESE, Marcio. **Mitologia Greco-Romana**: arquétipos dos deuses e heróis. São Paulo: Madras, 2003.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional de Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 3, n. 5, p. 81-94, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: método e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, E. et al. O trabalhador rural e sua relação com previdência social: a intervenção do Serviço Social na ótica do direito e da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações...** Goiânia, 1998. p. 73-7.

RODRIGUES, Mavi. **Texto em homenagem aos assistentes sociais**. CRESS/RJ, maio 2005.

ROESE, Mauro. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: UFRGS, v. 9, 1998.

ROSAVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

SCHMIDT, Eliane. Balanço social com ênfase na previdência social. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 6, n. 9, p. 23-28, 2004.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Serviço Social no INSS luta para garantir direitos e cidadania. **Revista Inscrita**, Brasília: CFESS, n. 5, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Andréia de Paula. Política de previdência social. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006. (Série Didáticos).

TRINDADE, Rosa L. P. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

YASBECK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

YASBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social do Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAURIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista (Assistentes Sociais em exercício profissional)

Entrevista nº _____

Instituição: INSS Agência: _____

Setor/Programa: _____

Entrevistada⁵⁹: _____

Tempo na instituição:

I. DADOS PESSOAIS

Faixa etária:

() 20 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 anos ou mais

Estado Civil:

() Solteiro (a)

() Casado (a)

() Viúvo (a)

() Outros Qual?

II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ano de conclusão da graduação:

Instituição de Ensino:

Nível de formação atual:

() Aperfeiçoamento/Atualização em:

Ano:

completo () incompleto ()

() Especialização em:

Ano:

completo () incompleto ()

⁵⁹ O nome da entrevistada é apenas para controle particular durante a coleta dos dados. Como foi visto anteriormente não aparece o nome verdadeiro e sim um fictício neste trabalho.

() Mestrado em:

Ano:

completo () incompleto ()

() Doutorado em:

Ano:

completo () incompleto ()

() Outra graduação em:

Ano:

completo () incompleto ()

III. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Condições de Trabalho

3.1. Situação funcional do assistente social na instituição

Há necessidade de contratação de outras Assistentes Sociais?

() Sim () Não. Por quê?

3.2. Espaços físicos e recursos materiais disponíveis para a realização do trabalho

Quais espaços físicos estão disponíveis?

() Sala atendimento/trabalho () auditório () sala de reuniões () outro

Possui recursos materiais suficientes?

() Sim () Não Por quê?

Quais?

() Móveis (cadeira, mesa, armário, arquivo)

Equipamentos eletrônicos

() telefone () fax () ar condicionado () xerox

Equipamentos de informática

() computador () impressora

() Material de consumo (material de escritório)

() Locomoção (carro)

() Outros

3.3. Atividades assumidas, programas e projetos desenvolvidos na instituição

Área de atuação:

() Serviço Social

() Reabilitação Profissional

Quais as suas atribuições na instituição (individualmente e/ou na equipe)?

Quais são os programas e projetos a que está vinculada?

Há dificuldades encontradas no exercício profissional?

() Sim () Não

Caso responda SIM, diga Quais?

Supervisiona estágio?

obrigatório não-obrigatório Não Por quê?

3.4. Planejamento, avaliação e forma de registro das ações profissionais

Há planejamento das atividades?

Sim Não

Há avaliação das atividades?

Sim Não

Caso haja, como é realizada?

individualmente em equipe

Com que frequência?

semanal quinzenal mensal semestral

Outros

Há registro das ações profissionais?

Sim Não

Se SIM, onde é feito o registro?

Se NÃO, porquê não há o registro?

Você possui plano/ projeto de intervenção?

Sim Não

Caso responda sim, que tipo? (individual, multidisciplinar, outro)

IV. CAPACITAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

A instituição realiza algum curso/ treinamento de atualização profissional?

Sim Não

Se SIM, com que frequência?

semanal quinzenal mensal semestral

Outros

Participa de grupos de estudo?

Sim Não

Quais?

Participa de eventos da categoria?

Sim Não as vezes raramente nunca

Quais?

Tem acesso a bibliografia atualizada acerca do Serviço Social?

Sim Não

Caso SIM, qual tipo de bibliografia?

livro artigos científicos revistas da área outros

De qual área?

Previdência Trabalho Serviço Social outra

Participa de algum Conselho de Direito?

Sim Não

Caso sim, qual conselho?

Conhece a Lei de Regulamentação da Profissão?

Sim Não

Conhece o Código de Ética Profissional em vigor (1993)?

Sim Não

Se SIM, você consegue relacionar os princípios fundamentais do Código com o trabalho que realiza na instituição? Explique.

V. ENTENDIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA DEMANDA E DESAFIOS

5.1. Sobre Reforma da Previdência

Para você, o que significaram as Reformas da Previdência?

Os Assistentes Sociais do INSS sofreram algum impacto ocasionado pelas Reformas da Previdência?

Sim Não

Caso sim, diga quais?

5.2. Sobre Trabalho

Para você é importante o trabalho do Assistente Social no INSS?

Sim Não

Caso SIM ou NÃO, diga o porquê.

5.3. Sobre Demandas

Quais as demandas postas para o Assistente Social na instituição?

Você identifica novas demandas para o Assistente Social pós-Reformas da Previdência?

Quais?

Que instrumentos de intervenção você utiliza para atender as demandas postas?

Existem demandas destinadas, ao mesmo tempo, ao Assistente Social e a profissionais de outras áreas?

Sim Não

Se sim, quais são essas demandas?

Quando isto ocorre, há conflitos ou sobreposição de ações? Como se resolve esta questão?

5.4. Sobre os Desafios

Há algum desafio a ser alcançado no seu trabalho?

5.5. Sobre Autonomia/Liberdade

O que você entende por autonomia profissional?

Você considera que tem liberdade / autonomia no desempenho de suas atividades?

totalmente razoavelmente, com limitações nenhuma

Explique porque considera tal resposta

Se a resposta foi “razoavelmente com limitações” ou “nenhuma”, quais seriam as limitações?

É necessária autorização ou respaldo de outro profissional para execução de suas atividades?

() Sim () Não. Se sim, qual a função/cargo desempenhada por este profissional?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista (Assistentes Sociais Aposentadas)

Entrevista nº _____

Instituição: INSS Agência: _____

Setor/Programa: _____

Entrevistada⁶⁰: _____

I. DADOS PESSOAIS

Faixa etária:

() 20 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41anos ou mais

Estado Civil:

() Solteiro

() Casado

() Viúvo

() Outros Qual?

II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ano de conclusão da graduação:

Instituição de Ensino:

Nível de formação atual:

() Aperfeiçoamento/Atualização em:

Ano:

completo () incompleto ()

() Especialização em:

Ano:

completo () incompleto ()

⁶⁰ O nome da entrevistada é apenas para controle particular durante a coleta dos dados. Como foi visto anteriormente não aparece o nome verdadeiro e sim um fictício neste trabalho.

Mestrado em:

Ano:

completo incompleto

Doutorado em:

Ano:

completo incompleto

Outra graduação em:

Ano:

completo incompleto

III. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Ano da aposentadoria:

Tempo que passou na Instituição

Por quê se aposentou?

tempo de serviço idade Reforma da Previdência

outros

IV. INSS: TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL – resgate histórico

4.1. Trabalho do assistente social

Como era o seu trabalho na Instituição.

4.2. Serviço Social

Você consegue identificar algum tempo áureo do Serviço Social na Instituição?

V. ENTENDIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA

5.1. Sobre Reforma da Previdência

Para você, o que significou as Reformas da Previdência?

Os Assistentes Sociais do INSS sofreu algum impacto ocasionado pelas Reformas da Previdência?

Sim Não

Caso sim, quais?

5.2. Sobre Trabalho

Para você é importante o trabalho do assistente social no INSS?

Sim Não

Caso SIM ou NÃO, diga o porquê

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)